

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

MARIELLA FELLINI

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE ENTRE TENSÕES E CONTRADIÇÕES: A
REFORMULAÇÃO INSTITUCIONAL DE 1968**

**São Leopoldo
2017**

Mariella Fellini

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE ENTRE TENSÕES E CONTRADIÇÕES: A
REFORMULAÇÃO INSTITUCIONAL DE 1968**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof.^a Dra. Isabel Aparecida Bilhão

São Leopoldo

2017

Fellini, Mariella

O MOVIMENTO BANDEIRANTE ENTRE TENSÕES E CONTRADIÇÕES: A REFORMULAÇÃO INSTITUCIONAL DE 1968 / Mariella Fellini. - 2017.

117 p.; 30 cm

Orientadora: Isabel Aparecida Bilhão

Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2017.

1. Movimento Bandeirante 2. Conservadorismo
3. Reformulação Institucional do Movimento Bandeirante
I. Bilhão, Isabel Aparecida II. Título III. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Mariella Fellini

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE ENTRE TENSÕES E CONTRADIÇÕES: A
REFORMULAÇÃO INSTITUCIONAL DE 1968**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Isabel Aparecida Bilhão - UNISINOS

Prof.^a Dra. Dóris Bittencourt Almeida - UFRGS

Prof.^a Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin - UNISINOS

Dedico este trabalho aos meus pais, Antenor e Vaneila, por serem meu porto seguro, pelo seu afeto, doação e incentivo durante toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, porém não consigo nomear todos e espero que entendam.

Agradeço aos meus pais, Antenor Fellini e Vaneila Fellini, pela compreensão, apoio emocional e financeiro, que apesar da preocupação com as horas dedicadas aos estudos, entenderam que seria necessário. Aos meus irmãos e cunhados pelas conversas e assessorias nos encontros e assuntos familiares. À minha sobrinha pelas várias brincadeiras que precisei trocar por estudos e que estão contabilizadas. Mesmo não gostando de ouvir “agora não posso” muito difícil de dizer, sempre procurou entender.

À minha tia, pelos bons conselhos.

À Gisele Queiroz pelo carinho, cumplicidade e apoio durante cada etapa do curso, mesmo a distância na maior parte do tempo, no entanto sempre muito presente.

À Prof.^a Dra. Isabel Aparecida Bilhão por ter me orientado com muita paciência e disponibilidade e pelas percepções muito assertivas.

À Prof.^a Dra. Dóris Bittencourt Almeida e à Prof.^a Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, por aceitarem participar da banca desta dissertação e pelas contribuições durante a qualificação.

A diretora Naira Barba, alunos e colegas, especialmente à Débora Schmitt, da EMEF Carlos Paese, da cidade de Farroupilha, por entenderem o tempo dispendido em função da pesquisa.

Aos colegas de curso pelas trocas de experiências e boa convivência durante estes dois anos, em especial à Marta Marques e ao Tiago M. S. Goulart por fazerem bons apontamentos em minha apresentação de projeto.

Ao Movimento Bandeirante, núcleo Anita Garibaldi, por serem uma família para mim e à Equipe Técnica do Escritório Estadual de Porto Alegre e de São Paulo, pelo auxílio sempre que precisei de suporte, informações e materiais.

Ao Escritório Nacional da FBB no Rio de Janeiro, em especial à Luiza Araújo, pela disposição e grande ajuda.

Às meninas da Equipe Nacional de Programa que, durante as reuniões de reformulação do programa de ramo, me agraciaram com questionamentos em

debates muito produtivos e que contribuíram significativamente para minha pesquisa. Obrigada a Caroline Florindo por me desacomodar, de forma positiva, com o Movimento Bandeirante.

Por fim, agradeço aos amigos bandeirantes, como a Samara Carvalho, e aos não bandeirantes, dentre eles o Tiago Guimarães, por me ajudar a manter o foco durante a pesquisa e à Simonela Nichel pelo incentivo nestes vários anos de amizade.

RESUMO

O Movimento, que no Brasil foi chamado de Bandeirante, surgiu em 1909, na Inglaterra, organizado pelo militar Robert Baden-Powell, denominado originalmente de *Girls Guides* que, como o nome indica, congregava meninas, enquanto seu correlato, o Movimento Escoteiro, atendia aos meninos. Em 1919, o Bandeirantismo chegou ao Brasil, introduzido por pessoas da elite carioca que o haviam conhecido na Europa. As atividades se voltavam à formação de meninas e moças que deveriam desempenhar os papéis de gênero próprios do período. Em suas primeiras décadas, o Movimento expandiu-se pelo país, contando com forte apoio do Estado e da Igreja Católica. De cunho conservador, o Movimento Bandeirante não havia passado por reformulações mais profundas até a década de 1960, quando o decréscimo do efetivo sinalizou para a necessidade de mudanças. A dissertação objetivou analisar a reestruturação do Movimento Bandeirante no período de 1967 e 1968, observando as tensões, contradições e os possíveis limitadores à inovação no interior do Movimento. A base empírica do estudo constituiu-se no relatório de reformulação da Federação de Bandeirantes do Brasil, o qual procurava apontar os problemas enfrentados bem como sugerir reformulações que permitissem a superação de possíveis anacronismos. Também foi consultada a revista *Bandeirantes*, cuja leitura, ao longo da década de 1960, permitiu cotejar distintas opiniões, tanto das diretorias quanto de participantes de diferentes níveis hierárquicos, sobre os rumos e os problemas enfrentados pelo Movimento. Finalmente, foram consultadas as atas das reuniões nacionais, nas quais se discutiam as concepções e ações do Bandeirantismo no país, especialmente após este de ter se tornado oficialmente misto, em 1968. As categorias analíticas que embasaram a leitura desses documentos foram: conservadorismo, definido a partir da leitura de Norberto Bobbio; gênero, com base nas discussões de Joan Scott; feminismo liberal, a partir dos estudos de Celi Pinto e coeducação, com base nas discussões de Aldenise Santos e Dinamara Feldens. Como resultados, apresentaram-se as principais contradições, presentes no interior do Movimento, que impediram inovações mais profundas e mantiveram uma cultura institucional predominantemente conservadora, ainda que permeada por discursos e práticas que, por vezes, poderiam ser consideradas progressistas.

Palavras-chave: Movimento Bandeirante. Conservadorismo. Reformulação Institucional do Movimento Bandeirante.

ABSTRACT

The Movement, in Brazil called Bandeirante, was created in England in 1909 by Robert Baden-Powell, a military officer. Originally nominated *Girls Guides*, this movement only congregated girls, while its counterpart Boys Scouts was for boys exclusively. In 1919, the Bandeirantismo was first introduced in Brazil by members of Rio de Janeiro's elite that had been engaged in it in Europe. The activities were then focused in the education of girls that should learn how to interpret their gender roles properly. In its first decades, the Movement expanded across the country, strongly supported by State and Catholic Church. Conservative by nature, the Movement kept its characteristics until 1960's, when a decrease in its members indicated the immediate need of reformulation. The aim of this dissertation is to evaluate the 1967-68's restructuring of Bandeirante Movement, observing tensions, contradictions and possible limitations to the Movement's innovation. The empirical basis of the study was the Reformulation Report of the Federação de Bandeirantes do Brasil, that seek to point out the existing problems as well as to suggest reformulations that could overcome possible anachronisms. Likewise, Bandeirantes magazine was consulted, and its reading throughout the 1960's decade made possible to distinguish different opinions from the most variate levels, such as directory and regular participants, about the problems inside the Movement. Finally, the minute of several national conferences were consulted, in which the conceptions and actions of the Guidism in Brazil was discussed, especially after its official transformation in a mixed movement, in 1968. The analytic categories that substantiate these documents reading was: conservatism, defined by the reading of Norberto Bobbio; gender, based on the discussions of Joan Scott; liberal feminism, through the studying of Celi Pinto; and coeducation, based on the discussions of Aldenise Santos and Dinamara Feldens. As results, was presented the main contradictions of the Movement, that precluded more profound innovations and kept a predominantly conservative institutional culture, even though surrounded by speeches and practices that, sometimes, could be considered progressive.

Keywords: Bandeirante Movement. Conservatism. Institutional Reformulation of Bandeirante Movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição do Bandeirantismo no Brasil (1971)	15
Figura 2 - Mapa da distribuição do Bandeirantismo no Brasil (2016)	16
Figura 3 - Lord Baden-Powell e sua esposa, Lady Olave	30
Figura 4 - As 11 primeiras bandeirantes a fazerem a promessa (13/08/1919).....	34
Figura 5 - Modificações nos Broches da Promessa	41
Figura 6 - Uniforme social bandeirante	44
Figura 7 - Uniforme social bandeirante	45
Figura 8 - Capas de revistas “Bandeirantes”	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Arena	Aliança Renovadora Nacional
B1	Ramo Bandeirante 1
B2	Ramo Bandeirante 2
BP	Baden-Powell
CDN	Conselho Diretor Nacional
CIA	Central Intelligence Agency
CN	Conselho Nacional
DA	Diretório Acadêmico
DB1	Documento Básico 1
DCE	Diretório Central De Estudantes
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB	Federação de Bandeirantes do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GA	Guia Auxiliar
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDN	Liga de Defesa Nacional
MB	Movimento Bandeirante
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Escoteiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PSD	Partido Socialista Democrático
SNI	Serviço Nacional de Informações
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Escoteiros do Brasil
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
WAGGGS	World Association of Girl Guides and Girl Scouts
WOSM	World Organization of the Scout Movement

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS ESCOTEIRO E BANDEIRANTE NO BRASIL	26
1.1 ORGANIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL	42
1.2 A QUESTÕES DA MILITARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NOS MOVIMENTOS ESCOTEIRO E BANDEIRANTE	45
1.3 O MOVIMENTO BANDEIRANTE A PARTIR DA DÉCADA DE 1960	48
1.4 UM OLHAR SOBRE A FBB/MB NA CONTEMPORANEIDADE	50
CAPÍTULO II - “CAMINHANDO E CANTANDO”: A DÉCADA DE 1960 E SUAS INFLUÊNCIAS NO MB	54
2.1 ANOS 1960: A DÉCADA QUE INFLUENCIOU SOCIEDADES	56
2.2 A “ERA DE OURO” REGADA A PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES.....	61
2.3 EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: MUDANÇAS NO MUNDO EDUCACIONAL COM REFLEXOS NO MB	69
2.4 ASPECTOS DA COEDUCAÇÃO E O PAPEL (IDEAL) DA MULHER BANDEIRANTE.....	75
CAPÍTULO III - O PROJETO DE REFORMULAÇÃO DO MOVIMENTO BANDEIRANTE EM MEIO À TENSÕES E CONTRADIÇÕES DOS ANOS 1960 ...	79
3.1 OS ARGUMENTOS QUE EMBASARAM O PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO MB ENTRE 1967 E 1968	83
3.2 TENSÕES E CONTRADIÇÕES DO MB E AS LIMITAÇÕES À SUA INOVAÇÃO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
FONTES DOCUMENTAIS	113
ANEXO A - ORGANOGRAMA	114

INTRODUÇÃO

Antonio Nóvoa (2014), ao escrever a *Carta a um jovem historiador em Educação*, dialoga com o leitor dando conselhos para quem se propõe a entrar no mundo da pesquisa. O primeiro conselho é "conhece-te a ti mesmo", ou seja, à medida que pesquisamos, precisamos pensar, conhecer, escrever e isso exige um autoconhecimento constante pela autoria do que produzimos, com o caráter autobiográfico plenamente assumido. Todo o conhecimento também é autoconhecimento, mesmo que a mudança de pensamento que se promove não seja o objetivo principal. Nesta pesquisa não será diferente, visto que já não me reconheço em minhas afirmações, que se transformaram em muitas outras dúvidas.

Outro conselho que considero fundamental é o sexto: "conhece para além das evidências", para além do que já conheço ou do que achava conhecer (NÓVOA, 2014, p. 18). Talvez meu maior desafio em realizar uma investigação enfocando o Movimento Bandeirante - MB, como qual tenho uma grande proximidade, seja a desnaturalização do óbvio para manter um olhar atento, o estar dentro, como mulher bandeirante e, ao mesmo tempo, fora, como pesquisadora, juntamente com a tarefa de analisar a trajetória de reformulação do Movimento, ocorrida em 1968.

Minha relação com o Movimento Bandeirante é de quase 25 anos. Nele ingressei aos 11 anos de idade, após ver um grupo de crianças devidamente uniformizadas fazendo atividades na praça central da cidade de Garibaldi, Rio Grande do Sul. Não entendia bem o que faziam, entretanto, a curiosidade levou-me às reuniões aos sábados na sede do grupo, que na época eram no Salão Paroquial da Igreja Católica. Ao recordar os motivos de permanecer no movimento, lembro-me dos amigos, em sua maioria meninas, embora a participação fosse mista¹; das atividades, principalmente as de campo; das possibilidades de escolhermos o que aprender e fazer, o que instigou minha vontade em conhecer mais. Me identifiquei com a forma de ensino e, já no primeiro acampamento, me senti muito bem adaptada às atividades

¹ Até 1967 o movimento era somente para o sexo feminino, a partir da reforma ocorrida em 1968, tornou-se misto. Essa mudança será analisada mais profundamente no capítulo III.

ao ar livre, na convivência em equipe e com a natureza, meu interesse só foi aumentando.

No entanto, entendo que estas lembranças do passado são impregnadas pelas impressões do presente e, para o dramaturgo Harold Pinter² (apud RODRIGUES; SERRES, 2013, p. 01) “o passado é o que você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge lembrar”. Ou seja, nossas memórias são seletivas, construídas a partir do presente e mudam a cada momento. Além disso, contribuem decisivamente para a construção da identidade, pois, conforme as análises do sociólogo Michael Pollak (1992, p. 201), a valorização dos acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram faz com que esses ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em eventos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação dos indivíduos com um determinado passado, com uma memória herdada. Inegavelmente construí uma identidade pessoal muito impregnada da memória de minha participação no MB.

Ainda no terreno da memória, recordo que ao longo do tempo passei pelas etapas de autoprogressão³ e recebi os distintivos que eram colocados no uniforme, representando meu “nivelamento” correspondente em cada uma delas. Diferente da escola, no MB eu lia e estudava muito, já que o “aprender fazendo” ressignificava a teoria. Tive coordenadores que me instigavam e exigiam-me resultados, o que me tornou perfeccionista na realização das tarefas que cumpria. Sentia-me livre e nem a timidez me impediu de ser, por diversas vezes, coordenadora de equipe⁴. Entre 1992 e 1996, participei de inúmeras atividades regionais, estaduais, campanhas comunitárias, projetos de saúde, dentre outras. A cada nova atividade meu sentimento de pertença, principalmente ao grupo⁵ da mesma faixa etária, aumentava.

Em 1996 passei para o grupo dos Guias (jovens de 15 a 18 anos) e no mesmo ano desisti de participar do MB. Pensando retrospectivamente, identifico algumas das

² Conhecido dramaturgo inglês que recebeu o prêmio Nobel de literatura em 2005.

³ As etapas são uma forma de avaliação, representadas por distintivos, que comprovam que a criança cumpriu os objetivos de cada fase do ramo (grupo de mesma faixa etária). Normalmente cada uma é realizada no período de um ano.

⁴ São divisões dentro de uma mesma faixa etária (grupo ou ramo), constituídas por um mínimo de 6 e máximo de 8 crianças. Cada uma delas possui um cargo e cumpre funções, sendo o coordenador o cargo central, pois é o responsável pelo bom funcionamento e relacionamento da equipe.

⁵ Grupo que também é conhecido como “ramo”.

desmotivações que resultaram em meu desligamento: a descontinuidade sentida na mudança de faixa etária, uma vez que o “novo” coordenador seguidamente nos dava liberdade de escolha, mas não tínhamos maturidade para concretizar essas escolhas ou sequer chegar a consensos; o grupo era mais “fechado” e omitia informações e decisões tomadas em minha ausência; as atividades que antes eram mais práticas passaram a ser mais teóricas, para elaboração de projetos sociais, cumprindo o lema de *servir*, que representava o grupo guia. A soma destes fatores, e provavelmente de outros que me falham à memória, fez com que eu fosse perdendo o interesse e, aos 16 anos, me afastei das reuniões⁶, contudo sempre que possível acompanhava, de forma indireta, as ações que o Núcleo realizava, divulgadas nos meios de comunicação da cidade de Garibaldi.

Durante o afastamento temporário do MB, adentrei no campo educacional pela via profissional e, no ano de 2013, graduei-me em Educação Física, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e desde então, venho atuando como professora de Educação Física no Ensino Fundamental em escolas públicas e, atualmente, na rede Municipal de Farroupilha, Rio Grande do Sul. Minhas práticas profissionais tiveram influência com o que aprendi no MB, especialmente na forma como me dirijo ao grupo de alunos, resolvo conflitos, no “aprender fazendo”, no estímulo à autonomia e responsabilidade nas ações, desde minhas primeiras experiências ainda no estágio universitário. Devido à demanda e necessidade de qualificação para trabalhar com os anos iniciais do ensino fundamental, ingressei no Curso de Pedagogia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, me graduando em 2016.

Meu retorno ao MB ocorreu em 2004, quando fui convidada pela Diretoria do Núcleo⁷ Anita Garibaldi, a fazer parte da coordenação do grupo ou ramo B2. Aceitei, dentre outros motivos, como forma de retribuição a tantas boas lembranças de experiências que tive e pelo contato com pessoas que me ajudaram a formar meu caráter. Mesmo em poucos anos afastada (de 1996 a 2004), percebi uma enorme

⁶ Nome dado aos encontros para as atividades. Normalmente duram em torno de 3 horas semanais. Salvo atividades como acampamento, com duração de no mínimo dois dias.

⁷ Localizado na cidade de Garibaldi. Entende-se Núcleo como um Grupo bandeirante com no mínimo dois ramos, formados com um mínimo de 18 crianças. Sua diretoria é representada por coordenador(es) de núcleo, presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

mudança na forma de seguir o método educativo descrito nas apostilas didáticas⁸. Por exemplo: acampamentos com menos construções rústicas ou refeições quase prontas, menos saídas ao ar livre, poucos momentos de conversa em grupo ou interações, mais trabalho aos coordenadores no planejamento e menos aos jovens, reduzindo-lhes a autonomia e a prática do “aprender fazendo”, previstas no método. A partir destas percepções comecei a me questionar sobre o papel do MB na vida dos jovens contemporâneos.

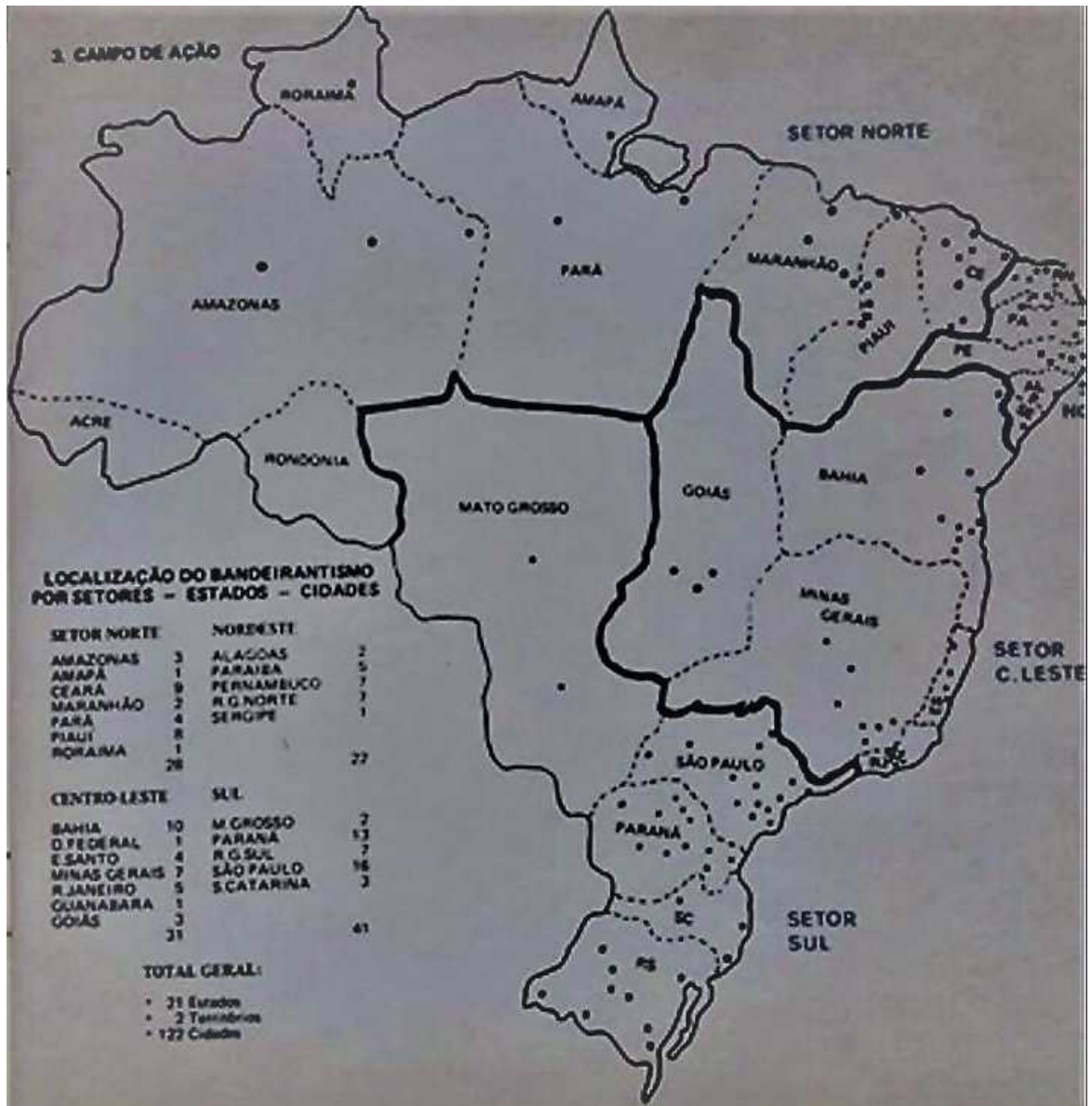
Esta interrogação ocorreu a partir de minhas lembranças e, como dizia Mario Quintana (2009), “a memória tem uma bela caixa de lápis de cor”, ou seja, se apresenta com as cores com que a pintamos. Minhas recordações do Bandeirantismo foram coloridamente pintadas e talvez tenham tornado as comparações, após meu retorno como coordenadora, muito parciais. Durante 9 anos coordenei os grupos B2, B1 (9 a 12 anos). O grupo Guia em eventos específicos. Continuei minha autoprogredição como coordenadora de grupo, coordenadora técnica estadual e coordenadora em equipes nacionais. Participei em eventos nacionais, internacionais e representei o Brasil em evento promovido pela ONU, no México.

Em todas estas funções, procurei conhecer como era a realidade do MB em outros lugares e comparar com o trabalho que realizávamos (enquanto núcleo, estado e país). Em minha experiência pude perceber que esta Associação é muito respeitada, valorizada e reconhecida em diversos países, sendo uma das maiores associações de educação não escolar do mundo. Por meio dela, um número expressivo de jovens, predominantemente do sexo feminino, tem a chance de ser ouvido em suas vivências, a partir dos mais diversos contextos sociais e características nacionais.

No Brasil parece não ser esta a realidade, ao menos em se tratando do número “expressivo”. Um dos dados que apontam neste sentido é o constante decréscimo de participantes no MB. No início da década de 1960, o movimento atingiu seu número máximo de integrantes no país, com cerca de 20.000 meninas, moças e mulheres, resultado de treinamentos e programas de expansão.

Figura 1 - Mapa da distribuição do Bandeirantismo no Brasil (1971)

⁸ Os chamados programas de ramo serão descritos na página 42 e 43.



Fonte: Revista Bandeirante de 1971.

Figura 2 - Mapa da distribuição do Bandeirantismo no Brasil (2016)



Fonte: Censo de 2015-2016 da FBB⁹

Como se pode observar nos mapas, desde a década de 1970 o Movimento perdeu muitos membros e fechou núcleos. Na figura 1, os pontos pretos representam as cidades onde o bandeirantismo acontecia, podendo ter mais de um núcleo por cidade. Observa-se maior participação nos estados do Sul, conforme a divisão de setores feita em função dos treinamentos de chefia e controle estatístico. Uma quantidade considerável de cidades, em 1971, se comparado ao mapa de 2016. A figura 2 leva em conta o número de núcleos (estrelas azuis), de acordo com os dados do censo de 2016. Não aparecem mais as divisões por setores, pois os treinamentos e levantamentos de dados são estaduais, enviados ao setor nacional que concentra

⁹ As estrelas representam os núcleos formados. No Rio de Janeiro eram em torno de 9, mas não havia espaço para mais estrelas. Estes números oscilam e muitas vezes são enviados à direção nacional de forma incompleta, dificultando a compilação e o conhecimento do número exato.

essas informações. Percebe-se maior redução no que seria a região sul, que antes era a de maior representatividade.

Nos resultados do censo de 1968 o MB contava com 15.838 bandeirantes e em 1969 com 14.480. Apresentou uma pequena melhora em 1970, mas a partir de 1971 o número de integrantes passou a decrescer e, em 2015, este número estava em 3.922 bandeirantes. Esta baixa, conforme dados extraídos de censos apresentados anualmente em Assembleias Nacionais, foi de 32% e iniciou em 1965 com a média de perda de 2% ao ano, perdurando por mais de 50 anos (CENSO, 1960-1972; CENSO, 2015-2016). Conversas informais, com dirigentes e coordenadores mais antigos, sobre os motivos da gênese deste decréscimo, me remeteram à reformulação de 1968, ano em que o MB se tornou misto. Nesses relatos, diferentes interpretações para a questão foram apresentadas, dentre elas, a descentralização de poder da Direção Nacional aos Estados e a forma mais autônoma de aplicação das atividades, dando a impressão de falta de planejamento. A escassez de estudos acadêmicos dificultou possíveis esclarecimentos tanto teóricos quanto empíricos. Não encontrei também, análises sobre as mudanças socioculturais, econômicas e políticas externas ao MB que poderiam ter contribuído para torná-lo pouco atrativo às novas gerações.

Ao constatar essa situação, me vi diante de novos questionamentos, especialmente aqueles relativos à reestruturação do MB, em 1968 e, com o propósito de investigar mais profundamente as modificações e impactos advindos desse processo, ingressei no mestrado do PPG em Educação da UNISINOS. Ao iniciar a revisão bibliográfica, pesquisando em repositórios digitais de dissertações e teses no banco de teses da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no portal Domínio Público e no Portal Scielo, constatei que o MB ainda é pouquíssimo estudado em âmbito acadêmico. Nesses repositórios encontrei poucos artigos¹⁰, apenas dois trabalhos de conclusão de curso (TCC) e uma dissertação de mestrado¹¹. O que permite justificar a necessidade de mais pesquisas sobre esse Movimento que, em quase 100 anos de atuação no Brasil, tem atingido milhares de crianças, jovens e adultos.

¹⁰ Em torno de 6 artigos, sendo que a maioria apenas menciona o MB ou o comparava com o Movimento Escoteiro.

¹¹ São eles: CARVALHO (2013b; 2014) e FLORINDO (2011).

Uma das primeiras constatações, ao observar os trabalhos realizados, é que as investigações sobre o MB praticamente restringem-se aos documentos institucionais e são realizadas por pessoas que têm algum nível de vinculação com o Movimento. Esse é o caso do TCC e da dissertação em Ciências Sociais realizados por Samara S. de Carvalho, respectivamente em 2013 e 2014, na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, de Marília, São Paulo.

A autora, Samara S. de Carvalho, que foi bandeirante durante 10 anos, justifica suas intenções de pesquisa e seu distanciamento em relação MB a partir de um sentimento de incômodo com algumas contradições observadas no interior do Movimento. Dentre elas, a segregação de classe social e a desarticulação entre o que se preconizava e o que realmente se praticava em seu grupo, principalmente nas questões de democracia, de liberdade religiosa e de igualdade de gênero. Além disso, a autora afirma que “as questões sociais que eram contempladas pela instituição eram sempre revestidas de um discurso assistencialista” e não se chegava ou não se queria discutir a gênese do problema social (CARVALHO, 2014, p. 21).

No TCC, Carvalho (2013b) buscou compreender as repercussões do MB na vida das mulheres que dele participaram nas décadas de 1960 e 1970. Além das entrevistas com três ex-integrantes, o embasamento empírico da investigação deu-se pela consulta em jornais da cidade de Assis, São Paulo, e publicações internas, como estatutos, manuais de metodologia, revistas e fotografias. Entre as constatações da pesquisa, Carvalho destacou que os discursos e práticas do Movimento reforçavam o ideal de mulher da época: aquela que serve ao marido, católica, mãe, não proporcionando nenhuma ruptura com a visão dominante no período.

No mestrado, Carvalho (2014) continuou analisando as relações de gênero no Bandeirantismo, procurando compreender como elas se estabeleceram na instituição e se o objetivo proposto por Baden-Powell, de atender as necessidades específicas de cada gênero, haviam contribuído para o desenvolvimento e a formação de moças e rapazes (no caso dos escoteiros). O recorte temporal da segunda pesquisa estendeu-se da implementação, em 1920, período de participação estritamente feminina, até 1969 a 1974, referente à reestruturação (CARVALHO, 2014, p. 14).

No campo empírico, a dissertação embasou-se em documentos institucionais e periódicos bandeirantes, entre 1928 e 1980. Carvalho (2014) buscou as publicações

que mais evidenciavam aspectos da construção de noções de gênero. Nestes periódicos, o padrão típico da instituição era: meninas brancas e católicas, pertencentes de famílias de grande poder aquisitivo. A bandeirante era descrita como uma moça de caráter reto, pura, amável, sensível e sempre disposta a servir ao próximo. Este caráter elitista e estritamente feminino, raramente permitia o acesso institucional às moças que não fossem de classes abastadas (CARVALHO, 2014, p. 21).

A dissertação remete à origem histórica do Bandeirantismo no mundo e no Brasil, a partir do Escotismo, visto que um Movimento está ligado ao outro. Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz (1999) são citados como referências na pesquisa sobre a história do Movimento no Brasil. Na simbologia das representações de gênero, Carvalho problematizou questões como a estreita relação com a religiosidade (católica), patriotismo e conservadorismo (disciplinamento, nacionalismo, trabalho, uniforme), formação moral e a influência higienista, como aspectos centrais para se compreender a representação de gênero difundida pelo MB, ligados à elite urbana (CARVALHO, 2014, p. 96). A autora definiu a instituição como feminista liberal, ou seja, “umas das manifestações daquilo que é didaticamente caracterizado como primeira onda do feminismo no Brasil, que tem como principal foco de atuação a luta das mulheres por direitos políticos, mediante o direito ao voto, que foi conquistado em 1932” (CARVALHO, 2014, p. 105). Ainda nas palavras da autora:

O feminismo liberal era composto majoritariamente por mulheres da classe média e da elite, que dispunham de acesso à educação e vasto capital cultural. As principais críticas feitas ao feminismo liberal enfatizam que as demandas levantadas por este segmento se restringiam às particularidades das mulheres das classes médias e elite. Reivindicavam direitos políticos a partir de negociações com as instituições burguesas sem criticar efetivamente o lugar de subordinação feminina em relação aos homens (CARVALHO, 2014, p. 105).

As investigações de Carvalho (2014) colaboraram para a abertura de caminhos analíticos e temáticos para os trabalhos posteriores. Ela mencionou, no período final do recorte temporal de sua dissertação, a reestruturação do programa, justificada pela necessidade de ampliar a flexibilidade, a autonomia e o protagonismo juvenil no Movimento e na sociedade. Entretanto, a autora constatou um aumento das rupturas internas e da diminuição do efetivo de adultos e crianças, após 1969. Não foi

aprofundada a análise das motivações desse processo, pois isso estava fora do alcance de seus objetivos, mas instigou a curiosidade para a realização da pesquisa que aqui apresento.

O TCC do curso de Pedagogia da UNESP de Rio Claro, realizado por Caroline W. Florindo (2011), analisa as relações entre o Movimento Bandeirante e o desenvolvimento moral. A autora também integra o movimento e atualmente cursa o Mestrado em Educação, também pela UNESP. Seu TCC apresenta as ideias de Baden-Powell - BP sobre a instrução moral direta e enfoca as áreas do programa de ramo que servem de apoio às ações bandeirantes de jovens guias de 15 a 18 anos.

A autora procurou estabelecer diálogos entre a teoria do desenvolvimento moral, elaborada por Jean Piaget¹², e a análise do material documental da Federação de Bandeirantes do Brasil - FBB e de textos do fundador do Bandeirantismo e Escotismo, Baden-Powell, correlacionando o código, a missão e os objetivos do programa com os princípios éticos a eles subjacentes. Na discussão dos resultados, Florindo (2011) conclui, que tanto nas leis quanto na missão, há implícito um princípio ético ou uma virtude moral. Se eles contribuem ou não para a construção da autonomia, segundo a teoria de desenvolvimento moral de Piaget (1994), vai depender de como elas são trabalhadas na prática com os jovens bandeirantes por seus coordenadores e na interação com o grupo.

Procurando outros estudos sobre o Bandeirantismo, encontrei o livro *A Escola de Baden-Powell: Cultura Escoteira, associação voluntária e Escotismo de estado no Brasil*, de Jorge Carvalho do Nascimento (2008). Nele, o autor analisa detalhadamente o Movimento Escoteiro, desde a sua origem, em 1907, até a década de 1950, discutindo sua consolidação no Brasil e abordando a relação entre seus aspectos educacionais. O autor defende que o Escotismo deveria ser compreendido como cultura, já que se constituiu com base em um conjunto de normas que definiram valores e condutas, com práticas que levaram à auto incorporação desses valores,

¹² Florindo menciona as teorias de Kant, Durkheim e Freitag em sua pesquisa sobre juízo moral. Conclui que as noções de justiça evoluem e que, conforme Piaget, “É por isso que a ideia de expiação perde progressivamente seu valor e as sanções tendem a não ser mais regulamentadas senão pela lei de reciprocidade” (PIAGET, 1994, p. 179).

normas e comportamentos que expressam objetivos religiosos, da vida coletiva e dos interesses individuais, se ajustando a diferentes culturas infantis e juvenis.

No primeiro capítulo do livro é dedicado um subtítulo à *bandeirante* e às ideias de BP ao iniciar um movimento para meninas e às dificuldades sentidas por sua irmã, Agnes BP, nos primeiros anos, pois não era bem visto pela sociedade uma garota correr ou praticar atividades até então consideradas típicas de meninos. O autor aponta as divergências entre alguns estudiosos do tema. Segundo alguns, BP dizia que as meninas precisavam ter um programa exclusivo, já outros, afirmavam o contrário, que ele sempre foi incentivador de atividades mistas. Segundo Nascimento (2008, p. 72-75), entre as pretensas finalidades do Bandeirantismo estavam: oferecer às moças atividades consideradas sadias e alegres e que fossem capazes de proporcionar a educação extraescolar.

Ainda numa abordagem histórica, o livro *História da educação*, de Cynthia Greive Veiga (2007), apresenta no capítulo sobre *Proposições conceituais e modelos didáticos* uma breve menção à contribuição do Movimento Escoteiro à educação como proposta didática. Nas palavras da autora:

[...] merece registro o Movimento Escoteiro criado por Robert Baden-Powell (1857-1941) [...] que foi concebido como atividade paralela à escola e possui feição militar: os jovens usam uniformes, obedecem a rituais de disciplina e são divididos em faixas etárias, de acordo com uma hierarquia – lobinhos, escoteiros, guias. Os objetivos educacionais do Escotismo são uma autodisciplina, o sentimento de dever, a lealdade, a responsabilidade e o amor ao próximo, à natureza e à pátria (VEIGA, 2007, p. 229).

Observando estas pesquisas sobre o MB, verifica-se que um ponto em comum nos trabalhos é a ênfase à importância em se perceber a mudança de atitudes e valores nos bandeirantes, principalmente pelas experiências, sendo o fracasso ou sucesso considerados intrínsecos à forma de aplicação do método de BP. Os estudos ressaltam as tentativas de mudanças para melhora de entendimento do método com os programas, porém concluem que estes, aparentemente, não sanaram as dificuldades diagnosticadas nas pesquisas. A principal hipótese é a de que as soluções propostas não chegavam à raiz dos problemas, que continuam recorrentes. Há nos argumentos certo consenso de que no interior do MB faltam discussões e análises aprofundadas sobre questões de gênero, serviço social, educação e

protagonismo juvenil, que deveriam ser uma constante frente às mudanças da sociedade.

Feita a síntese dos estudos que compõem o campo temático, esclareço que essa dissertação pretende participar da discussão, tendo como objetivo geral analisar a reestruturação do MB no período de 1967 e 1968, procurando observar as tensões e contradições internas do Movimento, em interrelação com as transformações socioculturais do contexto nacional e internacional do período. Os objetivos específicos, orientadores da trajetória investigativa, foram: contextualizar o momento histórico/cultural de protestos e mudanças do Brasil e do mundo à época da reformulação; compreender, a partir da análise documental, as justificativas elaboradas pela direção nacional para essas reformulações; e observar as possíveis tensões e contradições do MB, no período, que dificultaram o processo de inovação.

Nessa dissertação pretende-se responder aos seguintes problemas de pesquisa: Quais são as relações entre as mudanças socioculturais observadas na década de 1960 e os argumentos que embasaram o projeto de reestruturação do MB entre 1967 e 1968? Como as tensões e contradições, vividas pelo MB da época, marcaram os planos de reformulação e constituíram-se em limitadores à inovação no interior do Movimento?

Como embasamento empírico da pesquisa foi analisado o relatório de reformulação da Federação de Bandeirantes do Brasil¹³ - FBB, iniciado em 1967 e entregue à Diretoria Nacional em 1968, para ser aplicado nos anos seguintes com os grupos de bandeirantes do país, tendo como principal orientação o incentivo às atividades de educação mista e não mais somente feminina. E, como fonte de confrontação a esse documento, foram analisadas a revista *Bandeirantes*, com tiragem bimestral, e as atas dos Conselhos (Assembleias) Nacionais de 1960 até 1976, ano em que se consolidaram as avaliações da implantação da coeducação.

Realizei, portanto, uma pesquisa qualitativa, com base na análise documental. Esta, guiou-se pelos procedimentos apontados por André Cellard (2012, p. 299-303), que destaca a importância da avaliação do contexto no qual foi produzido o documento; dos conceitos nele apresentados, das características sociais, e dos locais

¹³ Marca institucional registrada.

aos quais faz alusão; procurando-se observar ainda os autores, a confiabilidade e a natureza do texto.

As categorias analíticas que embasaram a leitura desses documentos foram: conservadorismo, definido a partir da leitura de Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998, p. 242), como sendo a designação para o conjunto de “ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se em contraparte às forças inovadoras seja em âmbito social, político, econômico ou cultural”. Gênero, pensado com base nas considerações de Joan Scott (1990, p. 21) para quem, esta é uma “categoria útil de análise”, por tratar-se de “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, permitindo analisar a articulação entre poder e diferenças de gênero e compreender os mecanismos de dominação masculina e subordinação feminina. E feminismo liberal que, conforme Celi Pinto (2003), remete às organizações de mulheres ligadas à luta de direitos civis e políticos, dentre as múltiplas manifestações e pretensões diversas dos movimentos feministas. Este feminismo incide sobre a capacidade das mulheres em manter a sua igualdade através de suas próprias ações e escolhas, porém não propõe mudanças nas estruturas sociais.

Esta dissertação divide-se em três capítulos, assim organizados: no primeiro capítulo, intitulado *Contextualização histórica dos Movimentos Escoteiro e Bandeirante no Brasil*, com base nos documentos produzidos pelo MB, especialmente o livro *Chama Acesa* e os livros publicados por Baden-Powell, apresenta-se a gênese do Bandeirantismo no mundo, a partir do Escotismo, descrevendo-se brevemente a trajetória do fundador Baden-Powell; trata ainda da chegada do Movimento ao Brasil, sua expansão, estruturação, bem como das reformulações, organização geral e atual da instituição. Utilizou-se, ainda, como bibliografia acadêmica, os livros *A escola de Baden-Powell*, de Jorge Carvalho do Nascimento, e *A União*, de Antonio Boulanger, sobre o Escotismo. Optou-se por realizar uma narrativa baseada na ordem cronológica, buscando situar o leitor e alertar para algumas contradições nos materiais analisados.

No segundo capítulo, *“Caminhando e cantando”*: a década de 1960 e suas influências no MB, apresentam-se os principais aspectos do contexto sócio cultural da década de 1960, procurando compreender as possíveis correlações entre as

transformações no panorama nacional e internacional e o projeto de reestruturação do Movimento, formulado no período. Embasa-se nos trabalhos de Regina Zappa e Ernesto Soto (2008) e de Mary Del Priore e Francisco Venancio (2010). O primeiro subcapítulo, trata das mudanças educacionais no país, foi realizado com base nos estudos de Franco Cambi (1999) e Otaísa Romanelli (1988). Nele, buscou-se estabelecer aspectos que se assemelham à reforma institucional do MB. Sobre a implantação da coeducação nos Movimentos Bandeirante e Escoteiro, embasou-se nos escritos de Aldenise Santos e Dinamara Feldens (2013). Nesse capítulo, além do embasamento bibliográfico, utilizou-se também, como fonte documental, alguns excertos de textos publicados na revista *Bandeirantes*.

No terceiro capítulo, intitulado *O projeto de reformulação do Movimento Bandeirante em meio as tensões e contradições dos anos 1960*, apresenta-se a análise do *corpus* documental que serviu de base empírica a essa investigação, ou seja, além do periódico acima mencionado, analisou-se o *Projeto de Reestruturação da Federação das Bandeirantes do Brasil - 1968-1974*, com descrição física e de conteúdo, bem como o processo de elaboração e sugestões de mudanças no MB. Escrito por equipes técnicas, com ele se buscava sanar os problemas e solicitações de atualizações dos coordenadores do período. No capítulo procurou-se, ainda, observar as repercussões e avaliações pelas quais passaram o documento, embasando-se na leitura das atas dos Conselhos Nacionais, das décadas de 1963 e 1976, as quais relatam as principais decisões assumidas pelos coordenadores representantes dos estados.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS ESCOTEIRO E BANDEIRANTE NO BRASIL

Como já mencionado, esta sucinta apresentação será construída com base nas informações contidas em documentos produzidos pelo MB, nos livros *A educação pelo amor substituindo a educação pelo temor* e *Lições da escola da vida*, ambos publicados pelo fundador do movimento Robert Sthephenson Baden-Powell. Conta, ainda, com a leitura dos livros *A escola de Baden-Powell*, de Jorge Carvalho do Nascimento, e *A União*, de Antonio Boulanger.

Baden-Powell, conhecido como Lord BP, nascido na cidade de Londres, em 1857, iniciou sua carreira militar aos 19 anos, por volta de 1876, como membro da cavalaria inglesa. Segundo seus relatos, suas muitas habilidades, liderança, diplomacia, condicionamento físico e facilidade em seguir pistas em território inimigo, contribuíram para o progresso de sua carreira, chegando a major-general, em 1900, posto máximo da escala militar. Participou de inúmeras expedições em países da África e da Índia, atuando em serviços da Inteligência Inglesa.

Segundo Jorge C. Nascimento (2008), no exército BP apresentava facilidade na mediação de conflitos e aprendeu a crer na missão civilizadora dos ingleses, em pleno período de expansão imperialista, defendendo os interesses da Grã-Bretanha nas conquistas de territórios da Ásia, África e Oceania. Ao final da Guerra contra os Zulus em 1879, na África, BP foi revendo seus conceitos sobre este colonialismo. Por volta de 1900, o Exército Inglês havia perdido o controle da cidade de Mafeking, na África do Sul, sendo atacado pelos Bôers¹⁴. Resistiram por 217 dias, até que chegasse reforços, e Baden-Powell, na ocasião, organizou pelotões de adolescentes para as funções de enfermeiros, cozinheiros e comunicação, elementos que utilizaria ao final do conflito para organizar o Movimento Escoteiro (NASCIMENTO, 2008, p.32).

Dentre esta e outras expedições, BP foi fazendo anotações e ilustrações que serviram, posteriormente, para o treinamento de rapazes através de manuais, como o

¹⁴ Colonos de origem holandesa e inglesa que disputavam as minas de ouro e diamante da região com o exército inglês. Samara Carvalho (2014) discute essa “missão civilizadora da Europa aos povos primitivos e atrasados”, inclusive o fato de não ter encontrado o outro lado da versão da história dos que foram “colonizados”.

da *Arte da exploração*. O manual ficou famoso e fez com que os jovens começassem a se interessar pela exploração e observação da natureza e pela formação e convivência em patrulhas (FBB, 2008, p. 47).

Durante seu trabalho no exército britânico, BP constatou que recebia jovens que sabiam ler e escrever, bem-comportados na sua maioria e sabendo aceitar a disciplina. Tornavam-se com facilidade soldados apresentáveis em paradas, porém não tinham individualidade ou força de caráter, eram completamente sem iniciativa, imaginação ou disposição para aventura, chegando à conclusão de que a sociedade moderna estava criando “rebanhos” e as qualidades que deveriam ser ensinadas não eram sequer mencionadas nos manuais escolares (BADEN-POWELL, 1986, p.49-50). A educação escolarizada da época preparava o jovem para passar em exames, não se preocupando em torná-los “capazes de utilizar o melhor possível de suas vidas como cidadãos conscientes” (BADEN-POWELL, 1986, p. 49).

Quando voltou para a Inglaterra, Baden-Powell organizou, a partir de seus diários de viagens, livros sobre educação de diferentes épocas e culturas que “trouxessem oportunidade aos jovens” (BADEN-POWELL, 1986), iniciando assim a criação de seu método de educação que visava a elaboração de uma “proposta para jovens que quisessem se preparar para a vida, viver aventuras e promover a paz” (FBB, 2008, p. 47), ou seja, algo próximo do que na época começava se definir como “educação integral”¹⁵.

Segundo Lorde BP,

Aprender latim e grego parece-me ser perda de tempo [...] sei que estou dizendo isso expondo minha ignorância sobre ciência e teoria de educação ao dizer isso, entretanto estou apenas me guiando pelos resultados que vejo no mundo à minha volta (BADEN-POWELL, 1986, p. 14).

Percebe-se que ele possuía ressalvas sobre a educação escolar da época. Propunha até que as escolas observassem os fundamentos do Escotismo, visto que este ensinava a trabalhar em equipe, em cooperação para um bem comum e que as

¹⁵ Educação integral seria, conforme Jaqueline Moll (2012), a educação para a vida em seus distintos aspectos, sociais, culturais, afetivos, profissionais. Tal concepção precisaria contar com a ação de muitas forças sociais que se articulariam para reinventar a escola. A designação também tem sido usada como educação de turno integral (MOLL, 2012, p. 28-30).

escolas não estavam à altura dos jovens das futuras gerações (BADEN-POWELL, 1986, p. 47). Contudo, ele via também a necessidade de que uma instituição complementasse a outra, defendendo que a instrução do Escotismo “poderia ser dada fora das horas de aula, pois não convém que os estudos escolares fiquem prejudicados” (BADEN-POWELL, 1923).

Nascimento (2008) explica que BP realizou inúmeras pesquisas sobre o conhecimento científico da psicologia das primeiras décadas dos anos 1900 para elaborar seu método. Era apreciador das ideias sobre a tolerância de John Locke e do Liberalismo, recebeu reflexões de James Russel¹⁶, expressou algumas ideias da Psicologia do Desenvolvimento, assumiu alguns elementos da educação para a cidadania e, principalmente, a ideia do aprender fazendo¹⁷. Para Nascimento (2008), BP assumiu o entendimento da Escola Nova, segundo o qual a educação deve respeitar a natureza global da criança com atividades práticas juntamente com atividades intelectuais, preferencialmente afastada do ambiente urbano. As escolas novas “se nutrem predominantemente de uma ideologia democrática e progressiva, inspirada em ideais de participação ativa dos cidadãos na vida social e política, de desenvolvimento no sentido libertário das próprias relações sociais” (CAMBI, 1999, p. 515).

A Escola Nova baseou-se na noção de educação integral, que no Brasil foi defendida por Anísio Teixeira e depois por Darcy Ribeiro, já como educação em tempo integral. Assim como a Escola Nova, a pedagogia escoteira teve como uma de suas intenções levar as ideias dos meninos em consideração e incentivá-los a moldar sua própria vida: a autoeducação. Por isso, naquele momento, o Escotismo empolgou os intelectuais da educação europeus, brasileiros e de outras nacionalidades. BP estava propondo um conjunto de práticas rituais e simbólicas, que serviriam de disseminação de valores e normas sociais, tal como desejavam os reformadores da educação da

¹⁶ Para Russel, o programa da BP adaptava o trabalho do homem à idade da criança, conduzindo-a num determinado ponto. Propunha que as escolas observassem melhor o método escoteiro, ao dizer que ao estimular a cooperação para um fim comum, seria extremamente democrático (NASCIMENTO, 2008, p. 47).

¹⁷ Este seria o aprendizado com base em experiências práticas, na vivência dos processos de elaboração do conhecimento.

época. Pensadores da educação, como Montessori, Freinet, Claparede e Bovet¹⁸ se entusiasmaram com as vantagens da autoeducação, se opondo aos métodos convencionais de ensino (NASCIMENTO, 2008, p. 48)

Nas palavras de BP,

É preciso saber servir-se de todos esses atrativos para “dourar a pílula” da educação. A educação, tal como a entendo, não consiste em introduzir no cérebro da criança uma certa dose de conhecimentos, mas sim, em despertar-lhe o desejo de conhecer e indicar-lhe o método de estudo [...] e esta educação seria uma autoeducação voluntária, em que a mocidade colocaria toda a sua energia e todo seu entusiasmo (BADEN-POWELL, 1923, p. 05).

Seguindo estas formulações, BP fundou, em 1907, o Movimento Escoteiro (ME) e escreveu o livro *Escotismo para rapazes*, que tem como base: 1- saber claramente sua finalidade e expressá-la; 2- que seja atraente; 3- formular uma lei que sirva de linha condutora; 4- formar uma organização convincente sob a liderança de chefes competentes. O movimento teria como finalidade melhorar o padrão dos futuros cidadãos, especialmente seu caráter e sua saúde. As habilidades manuais, as atividades ao ar livre e o serviço ao próximo sustentavam este programa. O plano estava baseado no princípio do jogo educativo, numa recreação que levasse o rapaz à autoeducação (BADEN-POWELL, 1986, p. 53).

Em 1910, Baden-Powell desistiu da carreira militar, ficando apenas à frente do Movimento Escotista. Até 1909, o Escotismo era exclusivamente masculino. Nesse período, durante a realização de uma atividade no Palácio de Cristal, em Londres, seu fundador teria sido surpreendido por um grupo de meninas vestidas com o uniforme escoteiro e se dizendo escoteiras, percebendo então uma nova oportunidade de utilização do método. Em seus escritos a questão se justificava da seguinte maneira:

¹⁸ Maria Montessori: pedagoga italiana nascida em 1870. Desenvolveu o método que ficou conhecido por seu nome, o qual propõe uma enorme diversificação das tarefas e a máxima liberdade possível à criança, seguindo o ritmo de suas próprias descobertas. Célestin Freinet: nasceu em 1896, na França. Foi crítico da escola tradicional e criador do movimento da escola moderna. Seu objetivo básico era desenvolver uma escola popular. Édouard Claparède: nasceu em 1873 na Suíça. Foi neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil, se destacou pelos seus estudos nas áreas da psicologia infantil, da pedagogia e da formação da memória. Pierre Bovet: psicólogo e educador suíço, nascido em 1878. Teve grande envolvimento com o movimento da escola nova e com o Movimento Escoteiro, escrevendo inclusive o livro *O gênio da Baden-Powell*, em 1920.

As mulheres começavam a tomar seu devido lugar no mundo [...] uma vez que poucas oportunidades lhes haviam sido dadas até ali em suas vidas, comparativamente mais protegidas e isoladas, precisavam de caráter para enfrentar suas crescentes responsabilidades na vida social e no lar. A finalidade do treinamento das meninas era o mesmo dos escoteiros: desenvolver o caráter, a saúde e o sentimento de serviço ao próximo, numa plena cidadania enquanto ia dando às meninas noções práticas para as atividades maternas (BADEN-POWELL, 1986, p. 79).

Ou seja, BP defendia um papel mais ativo para as jovens, inserindo-as em uma atividade social e cidadã em que a educação para elas, da mesma forma que para os meninos, tinha um papel preponderante. Mas, consoante com o pensamento de seu tempo, as noções de cidadania feminina ainda estavam muito ligadas à maternidade futura, da qual, por essa concepção, dependeria o bom funcionamento da sociedade. Em 1910, BP escreveu o artigo *Programa para as guias* (UEB, 1987, apud SANTOS; FELDENS, 2013) e, assim, foi criado o movimento Bandeirante (nome usado no Brasil), ou *Girl Guides* (meninas guias) como é mais conhecido internacionalmente¹⁹. BP teria então solicitado a ajuda de sua irmã, Agnes Baden-Powell, para que ela desse continuidade e formulasse os fundamentos do novo movimento, para que este não fosse apenas uma versão feminina do Escotismo. Agnes escreveu, o livro “Como as meninas guias podem ajudar a construir o império?” - *How girls can help build up the Empire?*²⁰, com algumas destas orientações. Inicialmente o movimento permaneceu restrito à Inglaterra. Em 1912, a organização foi assumida pela esposa de BP, Olave Baden-Powell²¹, iniciando a expansão do Guidismo²² para o mundo.

Figura 3 - Lord Baden-Powell e sua esposa, Lady Olave

¹⁹ O termo Guia faz referência ao Corpo de Guias que trabalhava na fronteira da Índia, em regiões montanhosas de difícil acesso e por isso seu trabalho era reconhecido.

²⁰ Esse texto foi originalmente escrito em 1912. Inicialmente achou-se que o movimento das *Girl Guides* ficaria restrito à Inglaterra.

²¹ Olave St. Clair Soames nasceu no dia 22 de fevereiro (mesma data que seu marido) de 1889, na Inglaterra. Era de família de aristocratas, que mudavam constantemente de lugar para administrar seus negócios. Foi educada pela família e por governantas, se interessava por música, esportes e ações sociais, como cuidar de crianças com deficiência física. Aos 23 anos casou-se com Lord BP, alguns meses depois de conhecê-lo. Faleceu na Inglaterra, em 25 de junho de 1977, e lhe foi oferecido um serviço religioso na capela de Westminster com a participação de membros da nobreza e oficiais Escoteiros e Bandeirantes de todo o mundo. Foi enterrada no Kenya, ao lado do marido.

²² Nome original traduzido e adotado em vários países da América Latina.



Fonte: UEB [s.d.].

O Guidismo cresceu rapidamente e, em pouco mais de mais de 20 anos de atuação, estava presente em mais de 40 países, com 1.094.000 membros, sendo 885.000 inglesas (BADEN-POWELL, 1986). Nesse período, os movimentos eram separados por sexo: Guidismo para as meninas e Movimento Escoteiro para os meninos. O método adaptava-se ao contexto e às demandas da época: os homens eram preparados para as guerras e as mulheres para administrar a casa e cuidar das crianças e dos mais velhos. As meninas precisariam desenvolver mais as habilidades e técnicas domésticas, os primeiros socorros e cuidados com crianças, enquanto para os meninos as atividades visavam o desenvolvimento do vigor físico, trabalhos manuais, preparação ao trabalho, observação e sobrevivência na natureza, construção de abrigos rústicos, etc.

O alicerce do método escotista era a educação cívica para a formação do caráter, segundo as considerações de Rosa Fátima de Souza (2000, p. 110),

[...] grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para o soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade. É nesse contexto que surge e

se intensifica nos meios educacionais e políticos a defesa do Escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria.

No Brasil, a proximidade do ME com o MB ocorreu nos primeiros anos de surgimento de ambos, em 1910 e 1919, respectivamente. A separação dos movimentos por sexo parece não ser algo consensual, pois no livro *A União*, que conta a história do Escotismo no Brasil, Antonio Boulanger (2014) afirma que a participação feminina no Movimento Escoteiro é mais antiga do que o Movimento Bandeirante, sendo estas informações inexistentes em material da Federação de Bandeirantes do Brasil - FBB. Em arquivos da União dos Escoteiros do Brasil – UEB, consta que em dezembro de 1914, logo após a criação do ME no Brasil, foram criadas as “brigadas de escoteiras” em São Paulo e, em 2 de outubro de 1915, haviam escoteiras também no Rio de Janeiro.

O programa de escoteiras incluía a educação física com objetivos higiênicos e estéticos, danças “com graça e leveza nos movimentos” e natação. As brigadas possuíam corte de honra, com o intuito de resolver os problemas em relação ao grupo e estas decisões eram tomadas por maioria dos votos. Seu uniforme era blusa e saia pregueada cor caqui, meias longas pretas, chapéu de abas largas e lenço vermelho. A promessa era: “amar a Deus, Pátria, Família, observar código e proceder sempre com grandeza d’alma”²³ (BOULANGER, 2014, p. 391). O Escotismo procurava desenvolver nas moças: o caráter; a solidariedade; a saúde; o patriotismo; a assistência aos enfermos e crianças; o conhecimento dos trabalhos manuais e domésticos, defendendo que as Brigadas de Escoteiras teriam a finalidade de fornecer à pátria boas cidadãs, boas donas de casa e boas mães de família, aspirações muito coerentes com a expectativa social dominante na época sobre os ideais e a atuação feminina (BOULANGER, 2014, p. 391).

O Guidismo chegou ao Brasil em 1919, dez anos depois de sua fundação na Inglaterra, com o interesse da “elite da época da então capital do país, o Rio de Janeiro” (FBB, 2008), por uma carta trazida pelo Sr. William Barclay, amigo de Olave Baden-Powell (Chefe Mundial), que viajava a negócios de Londres, onde propunha a

²³ Atualmente, a fórmula da promessa é, “prometo pela minha honra que farei o melhor possível para: cumprir meus deveres para com Deus e minha Pátria; ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião; obedecer à Lei escoteira”.

abertura do Movimento. Esta carta foi entregue a uma família tradicional britânica, residente no Rio de Janeiro, a família de May e Alexander Mackenzie. May já havia participado do movimento na Inglaterra, podendo assim apresentá-lo às moças e meninas da sociedade e incentivar sua implantação. A carta foi repassada para a família Lynch e, na residência da Sra. Adele Lynch, aconteceu a primeira reunião e a criação do I Conselho Diretor da Associação de *Girl Guides* do Brasil, contando com a presença de autoridades do governo, da Igreja e de vários membros da sociedade carioca, entre elas, a Sras. Anita Eugênio de Barros, May Mackenzie, Clara Santos e Jerônima Mesquita, que então ocupou o cargo de Comandante Chefe (FBB, 2008, p.59; BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 32).

Jerônima Mesquita²⁴, cunhada do Sr. Edmund Lynch, havia conhecido a pedagogia escoteira na Europa, durante o período em que trabalhou como enfermeira na Primeira Guerra Mundial. Ela se empenhou no Movimento por considerá-lo uma proposta pioneira para uma época em que “era quase um escândalo um grupo de mulheres se uniformizar e reunir”. Devido à sua atuação destacada na sociedade brasileira, ficou responsável em preparar as líderes no desenvolvimento do Bandeirantismo no país. Nesse primeiro grupo somavam 11 moças, entre 17 e 19 anos, chefiadas por Jerônima²⁵. Em 13 de agosto de 1919, com a cerimônia da promessa das 11 primeiras bandeirantes, fundou-se oficialmente a Associação *Girl Guides* do Brasil (nome provisório).

Em 1920, discutiu-se a necessidade de um nome que identificasse e representasse a Associação, pois, até então, o que se usava era *Federação Brasileira*

²⁴ Jerônima Mesquita (1880-1972), filha da Baronesa de Bonfim, além de ser um dos principais nomes do Movimento Bandeirante, teve vários engajamentos sociais: trabalhou como enfermeira voluntária na I Guerra Mundial, conhecendo o Movimento Escoteiro na Europa. No Brasil, participou da fundação da Cruz Vermelha, para assistência aos doentes e refugiados. Ajudou na criação do *Pró-Matre* (instituição que cuida de gestantes carentes). Foi uma das fundadoras da Federação do Progresso Feminino (FBPF), em 1922. Participou ativamente do movimento sufragista, de 1932. Lançou, com Bertha Lutz e Maria Eugênia, em 1934, o chamado *Manifesto Feminista*. Em 1947, ajudou a fundar o Conselho Nacional das Mulheres (Rio de Janeiro). Recebeu o título de *Oficial da Ordem Nacional do Mérito*, conferido pelo presidente da República. Foi homenageada com o título de Chefe Fundadora do Movimento Bandeirante Brasileiro, por sua extensa dedicação. O dia 30 de abril, data de seu aniversário, é considerado o Dia Nacional da Mulher, como forma de reconhecimento pelo seu trabalho (NOGUEIRA, 2014).

²⁵ Eram elas: Clara Santos, Gasparina Santos, Ivonne Masset, Zaira Lisboa, Solange Ramos, Kate Bulhões de Carvalho, Phyllis Saville, Heloisa Graça Couto, Maria Elisa Costa, Rosita Sampaio Bahiana e Edel Ramos.

das *Girl Guides*. A pedido de Jerônima Mesquita, o professor Jonathas Serrano fez uma pesquisa na história do Brasil e postulou que o nome Bandeirantes, entendido como “pioneiros”, “desbravadores”, “aqueles que abrem caminho para os outros”, seria o mais adequado ao Movimento nascente (FBB, 2008, p. 60). Cabe lembrar que, na época, ainda predominava, mesmo entre os intelectuais, a narrativa heroica do Bandeirantismo justificando a homenagem²⁶.

Figura 4 - As 11 primeiras bandeirantes a fazerem a promessa (13/08/1919)



Fonte: FBB, 2008.

No mesmo ano chegou ao Brasil a chefe Violet Grimshaw, enviada pelo *Girl Guides* inglês para realizar a formação de algumas coordenadoras brasileiras. Essa formação baseava-se no manual de Normas das *Girl Guides*. Posteriormente, foi elaborado o primeiro livro bandeirante editado no Brasil, o manual Brasileiro com “regras e organizações”. As décadas de 1920 e 1930 foram de implementação e consolidação do MB, numa sociedade em que o capitalismo crescia e as desigualdades sociais também. O Bandeirantismo procurava se equilibrar nestes extremos e também lidar com uma rígida delimitação dos papéis de gênero que, em alguns momentos, chegava a ser sutilmente testada. Assim, ao ingressarem no MB,

²⁶ As narrativas construídas sobre os movimentos de expansão territorial conhecidos como “expedições bandeirantes”, ocorridos entre os séculos XVI e XVIII, embasaram-se em discursos apologéticos e se constituíram num forte alicerce da construção da nacionalidade brasileira, portanto, não se deve estranhar o fato do nome ser atribuído como uma forma de marcar o pioneirismo do Guidismo no Brasil.

ao mesmo tempo em que as moças cumpriam os desafios de fazer acantonamentos²⁷ ou outras atividades consideradas “avançadas” naquele contexto (se reunir com outras moças para discutirem problemas da sociedade, fazerem campanhas financeiras, exercerem a liderança e o trabalho em equipe, etc.), as participantes esforçavam-se por conquistar os distintivos de serviço doméstico, primeiros socorros e higiene infantil (FBB, 2008, p. 61), ou seja, esforçavam-se para desenvolver melhor o papel que lhes era esperado como futuras mães e esposas.

Em 1925, o Conselho Diretor da UEB decidiu convidar as bandeirantes a colaborarem em seus trabalhos, sem serem filiadas²⁸, e isso influenciou na absorção das escoteiras pela FBB. O Conselho tentou uma aproximação para uma fusão ou mesmo a criação de uma terceira instituição, mas foi em vão e nunca vingou, mesmo com a estreita relação de Jerônima Mesquita com o ME²⁹.

A expansão do Bandeirantismo naquela época foi prejudicada por algumas restrições impostas pela FBB, como a de só serem aceitas meninas católicas e chefes que fossem católicas e brasileiras, com a justificativa de estarem “de acordo com a fé do povo brasileiro”, mas respeitava outras companhias filiadas, como a UEB, por exemplo, que não fazia distinção religiosa (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999). A criação da Companhia Sagrado Coração de Jesus, em 1926, solidificou o movimento, dando-lhe a orientação que haveria de nortear o desenvolvimento de sua atuação em todo o país (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 33). Apesar de desconhecer-se como ocorreu esta orientação, a proximidade com Igreja Católica sempre foi uma constante na trajetória do MB.

Em 1927 foi inaugurada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira sede nacional, construída em terreno emprestado, ao lado da Matriz do Sagrado Coração de Jesus, onde permaneceu até 1958. Naquele mesmo ano, foi iniciada a publicação da revista *Bandeirantes*. Mesmo sendo divulgada a todo o país, o “jornalzinho” como também era conhecida, foi considerado insuficiente como difusor da uniformidade de trabalho, havendo a necessidade de integração e treinamentos mais específicos. Assim, em

²⁷ Quando se passa o pernoite em local abrigado, sem utilizar barracas.

²⁸ Carta do secretário da UEB ao presidente da FBEM, de 1º de fevereiro de 1925 (acervo CCME) (BOULANGER, 2014).

²⁹ Jerônima Mesquita foi uma das primeiras pessoas a receber o Tapir de Prata, máxima condecoração a UEB.

1928, foi realizado o primeiro acantonamento para Chefes, na cidade de Itaipava, Rio de Janeiro, contando com um número expressivo de chefes de todo o Brasil. Naquela ocasião, em que essas moças se reuniram “longe de seus cotidianos domésticos”, foram discutidos assuntos relevantes e inéditos ao Movimento, como a ampliação do campo de atuação em escolas municipais, em favelas e em “bairros proletários”, o que se tentou aplicar nos anos seguintes (FBB, 2008, p. 63).

Em 1930, a FBB se tornou Membro Oficial da *World Association of Girl Guides and Girl Scouts* – WAGGGS e, em 1932, foi registrado em cartório seu primeiro estatuto, com base na legislação do Código Civil e nos Manuais de Organização Interna. Logo após esta legalização fundaram-se as regiões³⁰ do Espírito Santo, Bahia e Pará (FBB, 2008, p. 64).

Os anos 1940 a 1950 foram de expansão. O Movimento ampliou suas atividades de práticas assistencialistas e engajou os jovens num período de guerra³¹ e de forte nacionalismo³², característico da era Vargas, e continuou a se expandir, tornando-se presente em 18 estados do Brasil. Em 1944, a então presidente da FBB, Vera Roxo Delgado de Carvalho, em audiência com o presidente Getúlio Vargas, leu um memorial com as ações e abrangências do MB no Brasil e no mundo, para justificar a solicitação de:

- I. Uma sede própria no centro da cidade, a fim de que possa mais frequentemente atender ao seu trabalho nos diferentes Estados e zonas do Distrito Federal, e receber e hospedar bandeirantes, para maior intercâmbio nacional e internacional;
- II. Uma verba de subvenção anual, que v. Excia. fixará após exame do relatório e orçamento anexos, a fim de que a Federação de Bandeirantes do Brasil possa ter sua sede funcionando diariamente, com funcionários efetivos, para poder dar maior expansão ao movimento, aumentando a quantidade de bandeirantes que [...] tem o único defeito de serem pouco numerosas (BANDEIRANTES, 1944, p. 276-278).

³⁰ Designação dos núcleos estaduais.

³¹ Em 1942, devido à II Guerra Mundial, vários grupos Bandeirantes prestam os primeiros socorros ou oferecem abrigo aos náufragos dos navios atingidos por torpedos nas costas brasileiras (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999).

³² O nacionalismo é entendido nesta pesquisa como a ideologia do Estado nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas, centralizadoras e autoritárias possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação (BOBBIO, 1998, p. 799). O regime político de Getúlio Vargas, também conhecido como Estado Novo (1937-1945), manteve estas características.

Uma das demandas foi atendida e, em 1947, o Governo Federal doou um terreno, no centro da cidade do Rio de Janeiro, para a construção de uma sede própria, onde se encontra até hoje. A primeira dama, Darcy Vargas, acabou se tornando membro do MB ao conhecer seu trabalho. A construção da sede contou com a ajuda de bandeirantes, pais e alguns setores da sociedade, ficando pronta dois anos depois. Na inauguração, em 1959, esteve presente o presidente Juscelino Kubitschek.

Todavia, em São Paulo, em 1938, haviam companhias ligadas diretamente às *Girl Guides* britânicas que foram fechadas por possuírem membros estrangeiros (judeus e ingleses) como coordenadores e frequentadores, em desacordo com o decreto do Estado Novo, que proibia os estrangeiros de organizarem qualquer tipo de associação com membros brasileiros. A solução encontrada foi os grupos de São Paulo se filiarem às bandeirantes, após consulta com a WAGGGS, ainda em 1938 (GORDINHO, 1992, p. 50). Porém, nem todos se enquadraram à exigência de obrigatoriedade do catolicismo, um dos núcleos, inclusive, adotou como símbolo da promessa a estrela de Davi, posteriormente aceita pela FBB (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999, p. 133). Este evento, aconteceu exclusivamente em São Paulo, por ser o único estado a criar grupos sem o reconhecimento da FBB.

Já unificados os grupos e visando sua integração, em 1957, o Brasil sediou a 16ª Conferência Mundial de Bandeirantes na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, recebendo 23 países membros da Associação. Lady Olave não pode comparecer, mas visitou o Brasil no ano seguinte para a inauguração da sede nacional (FBB, 2008, p. 65-69).

O Governo Federal reconheceu, pelo decreto nº 34.463, de 04/11/1953, a Utilidade Pública Federal³³ da Federação de Bandeirantes do Brasil. Para manter esta certificação, anualmente devem ser encaminhados relatórios de resultados ao Conselho Nacional de Assistência Social e ao Ministério da Justiça. Em 1956 a FBB foi reconhecida pelo Governo Federal como entidade máxima do Escotismo Feminino

³³ Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social, por despacho exarado no processo nº 13.659, de 22/07/1940.

no Brasil³⁴. Percebe-se uma confusão de entendimento entre os Movimentos (Bandeirante e Escoteiro), o que é justificável pela semelhança entre eles, porém nem este fato fez com que houvesse uma fusão, tendo apenas tentativas. O que se conseguiu foi um acordo documentado em ata, entre a UEB e a FBB, de que as escoteiras passariam para as “companhias de bandeirantes” e, em troca, as alcateias (grupo de meninos) que mantinham, passariam a ser escoteiros. Cabe registrar que a FBB não cumpriu sua parte do acordo³⁵ (BOULANGER, 2014, p. 394-398).

Na década de 1960, o MB observando uma queda em seu efetivo, sentiu a necessidade de reformular seu funcionamento. Até 1969 o Movimento Bandeirante era oficialmente feminino e os meninos participariam apenas do Movimento Escoteiro. Todavia, os meninos já estavam participando informalmente das atividades, por acompanhar suas irmãs ou por motivos outros que não poderiam ser reconhecidos dentro do Movimento, já que isso ainda fugia aos princípios institucionais. A mudança nos estatutos do MB foi realizada sob a liderança de Elvira Gomes Fernandes, a então bandeirante chefe, quando foi

[...] aprovada a proposta de coeducação e incentivo às atividades mistas, pois já era uma realidade nos estados do Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro. Isto é, o Movimento Bandeirante começava a abrir as suas portas para os meninos e rapazes. Esta mudança se mostrou importante para o MB, pois começava um movimento na sociedade e nas escolas de afirmar a necessidade da educação conjunta (FBB, 2008, p. 73).

³⁴ Lei nº 2.717, de 24 de janeiro de 1956: o Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida a Federação das Bandeirantes do Brasil, no seu caráter de instituição destinada à educação extraescolar como órgão federal máximo de Escotismo feminino brasileiro e obras de utilidade pública.

Art. 2º A Federação das Bandeirantes do Brasil manterá organização própria com direito exclusivo ao porte e uso de uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e terminologia adotados nos seus estatutos e regulamentos, necessários à metodologia bandeirante.

Art. 3º A Federação das Bandeirantes do Brasil realizará, mediante acordo, seus objetivos, em cooperação com as autoridades do Governo.

Art. 4º A Federação das Bandeirantes do Brasil será subvencionada pela União, de acordo com a dotação consignada anualmente na lei orçamentária.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

³⁵ Os motivos para este fato ainda são desconhecidos, pois essa informação inexistente no material publicado pela FBB.

Essa reformulação, iniciada a partir do Conselho Nacional - CN³⁶ de 1967, foi pensada devido às mudanças sociais ocorridas nos últimos anos e os programas institucionais serem considerados desatualizados, pois eram os mesmos desde a década de 1920 e por haver a necessidade de uma reorganização interna. Segundo a revista *Bandeirantes*, o objetivo principal desta reformulação era proporcionar maior flexibilidade e autonomia aos jovens e maior integração com a comunidade, apontados como alguns dos pontos frágeis na pesquisa diagnóstica inicial (BANDEIRANTES, 1989, p. 06).

No Conselho de 1969, a reformulação trouxe mudanças de estrutura e nomenclatura do MB, acompanhando a adequação de uma proposta educativa e na tentativa de se dissociar do Movimento Escoteiro, que mantém esta nomenclatura até hoje. As patrulhas (grupo de bandeirantes), passaram a se chamar equipes; as companhias (conjunto de equipes) passaram a se chamar grupos ou ramos; a chefia passou a ser coordenação; o ramo das Fadas (somente meninas) passou a se chamar Ciranda (por conta da adesão dos meninos à instituição, com “fadas” e “magos”) e o ramo Bandeirante foi dividido em Bandeirante 1, ou B1, e Bandeirante 2, ou B2, ou seja, as faixas etárias foram divididas de 9 a 11 anos e de 12 a 15 anos (FBB, 2008, p. 73).

Nos anos 1970, o FBB voltou a ter entendimentos com a UEB em termos de cooperação ideológica, difusão de conceitos e princípios no sentido de exteriorização, bem como acampamentos de integração e reuniões semestrais entre Conselhos Nacionais, buscando estabelecer áreas de atuação comum e integrada, mas foi mantida a independência dos respectivos campos de ação (BOULANGER, 2014, p. 400).

No período em que o Brasil era governado por uma ditadura civil militar (1964-1985), vivenciando instabilidade política e repressão aos movimentos sociais, o MB ampliou sua atuação na comunidade e especializou-se na elaboração de projetos sociais, por fazer parte do seu lema (servir), pela exigência da União e para aproveitar as oportunidades dos recursos oferecidos pelo governo. Dentre esses projetos

³⁶ Atualmente chamado de Assembleia Nacional, em que representantes dos estados se reúnem para votar e propor moções e propostas a nível nacional.

estavam o de saneamento básico, saúde, recreação, alfabetização de adultos e educação ambiental, firmando convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL³⁷, com cursos de monitores de alfabetização para adultos na sede da FBB³⁸. A ideia de lançar este programa de alfabetização, aconteceu a nível mundial depois do Congresso Mundial contra Analfabetismo, realizado em Teheran, no Iran, promovido pela Unesco e estendido aos países membros, dentre eles o Brasil, como programa experimental. O MB, em parceria com a Unesco, realizou algumas ações educativas. Conforme a narrativa institucional:

[...] um grupo de guias substitui professoras primárias nas divisões de ensino. Outro grupo fundou um clube de mães e fez programa de alfabetização. Em outros estados, guias fazem programas educativos com crianças inválidas e atendem crianças nas favelas entre 4 a 11 anos educando através da recreação (BANDEIRANTES, 1967/1968, p. 116-122).

O MB se considerava laico, mas não era o que os materiais institucionais mostravam. Por exemplo, os livros de canções e o programa de atividades do coordenador e do bandeirante, reforçavam a importância da oração, do respeito e do agradecimento a Deus. Na década de 1980, o MB precisava se reorganizar e expandir. Cada estado estava ainda em transição da redemocratização e abertura do movimento para meninos. Houve grande preocupação para atender e treinar os coordenadores para atender aos jovens e treinar a diretoria para que conseguissem administrar os núcleos. Nas décadas de 1990 e 2000, sentiu-se a necessidade de uma nova reformulação dos programas de ramo (o livro didático que o coordenador adulto segue e aplica), procurando dissociar o movimento da imagem religiosa (católica e judaica) conservadora (FBB, 2008). Também se procurou modificar a imagem, chamada de “simbolismo”, representada pelos broches, distintivos,

³⁷ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968 e implantado a partir de 1971. A criação do MOBRAL, pelo governo civil militar, tinha como principal objetivo promover a alfabetização funcional de jovens e adultos a partir dos 15 anos, por meio de cursos especiais, com duração prevista de nove meses.

³⁸ Assinale-se que esse momento de mudanças estruturais coincidiu com o desaparecimento das figuras que representavam a tradição do movimento: em 1972 faleceu, aos 92 anos, a chefe fundadora Jerônima Mesquita e, em 1984, Rosina Sampaio Bahiana, a última das 11 primeiras bandeirantes a fazer a promessa (FBB, 2008, p. 75).

saudações, uniforme, bandeiras e outras formas de apresentação, com significados e valores a serem seguidos.

A modificação mais expressiva ocorreu com o Trevo da Promessa³⁹ que não estava de acordo com a proposta e atento à pluralidade e à brasilidade, como apresentado na figura 06. O novo símbolo foi criado em 1996 e é usado até os dias de hoje. Inicialmente foi adotado o trevo mundial, até 1938, depois foi nacionalizado com o símbolo da cruz de Malta⁴⁰, símbolo do cristianismo, e para as bandeirantes israelitas com a estrela de Davi, símbolo do judaísmo. O “novo” trevo representa em cada uma de suas folhas um item da promessa, a agulha da bússola, apontando para o norte (para o alto) num círculo que não se fecha, no sentido de continuidade e abertura (BOULANGER, 2014, p. 143-144).

Figura 5 - Modificações nos Broches da Promessa



Fonte: FBB (2008, p. 143).

Em um período mais contemporâneo, a atuação do MB vem sendo marcada pela realização de projetos e parcerias com ministérios, Organização das Nações Unidas - ONU, Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS – UNAIDS, com maior ênfase na área da saúde e meio ambiente, como por exemplo, atividades, distribuição de *kits*, jogos e cartilhas de orientações para aplicar e explicar sobre valorização da mulher, combate à violência (principalmente infantil e feminina),

³⁹ Símbolo que só pode ser conquistado por merecimento no cumprimento de etapas de progressão. É recebido com numa ritualística de juramento com os dizeres: prometo que farei o melhor possível para ser leal a Deus e à minha Pátria, ajudar ao próximo em toda ocasião e obedecer ao código bandeirante.

⁴⁰ Símbolo do descobrimento do Brasil pelos Portugueses.

reaproveitamento de alimentos, combate à AIDS e à Tuberculose, sustentabilidade e *bullying* (FBB, 2008, p. 83).

Em 2004, na Assembleia Nacional, foi aprovado um novo estatuto cumprindo as exigências do Código Civil Brasileiro e Estatuto Social das Organizações não Governamentais⁴¹. As alterações foram principalmente de estruturas e nomenclatura. Visando coibir fraudes, o código exige, por exemplo, que seja feito um termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço voluntário. Outras alterações de nomenclaturas foram: de instituição para associação; de região para estado; de distrito para núcleo. As crianças que antes iniciavam com 6 anos, passariam a participar a partir dos 5 anos, não por exigência estatutária e sim por opção institucional em função da demanda.

1.1 ORGANIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL

Como mencionado, o MB é organizado segundo um Programa de Ramo⁴². Cada ramo corresponde a um grupo de determinada faixa etária: Ciranda, de 5 a 8 anos; B1 (Bandeirante 1) de 9 a 11 anos; B2 (Bandeirante 2) de 12 a 14 anos, com o lema *semper parata*⁴³ e Guia, de 15 a 18 anos, com o lema *servir*. Seus membros são divididos em crianças, adolescentes e jovens, por faixa etária, e os adultos (coordenadores), são divididos em cargos, com contato direto com as crianças, ou administrativos para compor a diretoria. O Conjunto dos ramos é chamado de Núcleo. Dentro do Núcleo há uma diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro (s), Secretário (s) e Coordenador (es) de Núcleo. Os núcleos respondem para o Estado, se forem dois ou mais, se não respondem diretamente à Diretoria Nacional. O Estado também tem uma diretoria composta pelos mesmos cargos, além de Coordenadores Técnicos no lugar dos de Núcleo. Os Estados respondem ao Conselho Nacional (mulheres eleitas pelos estados para administrar a FBB), cuja

⁴¹ Em janeiro de 2003 entrou em vigor o Novo Código, com mudanças nas regras estatutárias das associações, na constituição de fundações, com o prazo de um ano para as organizações se adaptarem (ABONG, s.d.).

⁴² O Programa de ramo é a combinação do método organizado por Áreas Temáticas e que será melhor explicado na próxima página.

⁴³ Expressão do latim que significa estar sempre pronto ou sempre preparado.

diretoria é formada por Presidente, Secretária, Tesoureira, Assessoras Regionais e Diretora Executiva, segundo organograma da instituição (Anexo A).

O MB define-se atualmente como uma instituição de educação não escolar, cuja missão é “Ajudar crianças, adolescentes e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo” (FBB, 2001) com atividades baseadas na metodologia desenvolvida pelo fundador, nas quais o “aprender fazendo” e o trabalho em equipe são a base estrutural do método, que será explicado a seguir. Os integrantes assumem o compromisso de participação com uma cerimônia de promessa⁴⁴, após um tempo de adaptação e progressão (FBB, 2008, p. 26-31).

Para cada ramo há um Programa de Ramo⁴⁵, que serve como apoio aos coordenadores para a criação de um Plano de Ação⁴⁶. Neste material encontram-se informações metodológicas, históricas e representativas do Bandeirantismo. O Programa de ramo é um sistema de educação auto progressivo⁴⁷, com atividades organizadas por Áreas Temáticas⁴⁸ que, voltadas às necessidades do contexto social, são progressivamente trabalhadas, aumentando o grau de dificuldade e complexidade, de acordo com o interesse dos participantes (FBB, 2001). O método do programa é constituído por oito elementos interdependentes. São eles:

- *Vivência do Código e da Promessa Bandeirante*: a promessa é a forma de assumir voluntariamente sua adesão e aceitação aos princípios e valores do Bandeirantismo. Tem no código sua representação: 1 - ser bandeirante é merecer confiança; 2 - ser bandeirante é ser leal e respeitar a verdade; 3 - ser bandeirante é servir ao próximo em todas as ocasiões; 4 - ser bandeirante é valorizar a estima e a amizade; 5 - ser bandeirante é ser amável e cortês; 6 - ser bandeirante é ver Deus na criação e preservar a natureza; 7 - ser bandeirante é saber obedecer; 8 - ser bandeirante é enfrentar alegremente todas as dificuldades; 9 - ser bandeirante é usar os recursos com sabedoria; 10

⁴⁴ Realiza-se com a colocação da mão esquerda sobre a Bíblia e mão direita fazendo a saudação bandeirante.

⁴⁵ Uma apostila, similar ao livro didático escolar.

⁴⁶ É o planejamento, normalmente anual, baseado nos elementos do método.

⁴⁷ O bandeirante precisa cumprir requisitos, adquirir conhecimentos e habilidades para passar pelas etapas (3 no total por ramo). A troca de experiências é fundamental para esta progressão.

⁴⁸ Que atualmente são: saúde, meio ambiente, cidadania, comunicação e cultura da paz.

- ser bandeirante é agir, pensar e ser coerente com os valores éticos (FBB, 2001);
- *Vida em equipe*: é o convívio e respeito às diferenças, o exercício da liderança com responsabilidade e do trabalho em equipe;
- *Aprender fazendo*: é o aprendizado pela experiência, o gosto pela descoberta. É a vivência dos processos do fazer e dar sentido ao aprender; incentivo à observação e à reflexão. Como definido no livro Guia do Chefe escoteiro: “Não faça de modo algum o que deve ser feito pelos jovens; induza-os a fazê-lo” (BADEN-POWELL, 2000);
- *Convivência com a natureza*: apreciação e preservação da natureza como parte integrante dela;
- *Serviço comunitário*: senso de responsabilidade social de cidadania;
- *Autoprogessão*: avaliação e autoavaliação como parte do processo de progressão individual, de acordo com as possibilidades, vontades e habilidades;
- *Convivência entre jovens e adultos*: o adulto é o facilitador, o coeducador que ajuda no processo de aprendizagem, nas orientações e incentivo aos mais jovens;
- *Simbologia*: marcos simbólicos do Bandeirantismo no Brasil e no mundo, devem gerar um sentimento de identificação, de reconhecimento com os demais. Além dos broches, já mostrados anteriormente, são representados pelos hinos, músicas, uniforme, cerimoniais, distintivos. Como se pode observar nas figuras a seguir.

Figura 6 - Uniforme social bandeirante



Fonte: FBB (2008, p. 149); FERRAZ (2015).

Figura 7 - Uniforme social bandeirante



Fonte: Isto é (2009).

1.2 A QUESTÕES DA MILITARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NOS MOVIMENTOS ESCOTEIRO E BANDEIRANTE

Ao longo do governo Vargas percebeu-se um projeto político-ideológico que se baseava em práticas de civismo, por exemplo, ao instituir disciplinas como Educação Moral e Cívica nas escolas. Como mencionado, o MB acompanhava os passos do ME e em muitos pontos se assemelham ou, ao menos, se associam. O MB herdou, em parte, o caráter militar e educacional do ME. Cabe mencionar que o Escotismo, no início do século XX, teve grande projeção ao ser introduzido em escolas públicas, principalmente paulistas e mineiras. Para Nascimento (2008) alguns educadores consideravam importante a educação militar por entenderem como sentimento de patriotismo, o desenvolvimento das virtudes cívicas, a moralização dos hábitos, a eugenia e a disciplina corporal, o que justifica programas militares do ensino primário. Estes programas foram introduzidos antes mesmo do Escotismo chegar ao Brasil, mas desde o início enfrentaram vários problemas, entre eles a falta de uniformidade⁴⁹.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil viveu uma onda de nacionalismo efervescente. Vários movimentos eclodiram, tendo como finalidade a elevação moral e política do país e grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade. É nesse contexto que surge e se intensifica, nos meios educacionais, a defesa do Escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria (SOUZA, 2000, p.109-110). No Distrito Federal, em 1917, se iniciou o Escotismo na escola pública brasileira, porém foi em São Paulo que a prática melhor se firmou. A administração do ensino no estado de São Paulo assumiu (patrocinou) a implementação do Escotismo nas escolas, proporcionou cursos de Escotismo para os inspetores e diretores de grupos escolares para acelerar a aplicação do programa. De acordo com o Decreto nº 3.355, de 27/5/1921, que regulamentou a Reforma da Instrução Pública, todos os alunos matriculados nas escolas públicas seriam considerados aspirantes a escoteiros. Em estreita relação com a Liga de Defesa Nacional - LDN⁵⁰, o Escotismo configurava-se como uma associação escolar e civil, com práticas ocorrendo dentro e fora das

⁴⁹ Cada instrutor utilizava um sistema de instrução, cada escola usava um uniforme diferente e diversos materiais didáticos (SOUZA, 2000, p. 108).

⁵⁰ A LDN foi criada em 1916, no Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais liderados por Pedro Lessa, Miguel Calmon, Olavo Bilac e o então presidente do Brasil, Wenceslau Braz. A finalidade da liga era desenvolver o civismo, difundir a instrução militar e o culto ao heroísmo pátrio, conseguindo grande receptividade entre a população, especialmente entre os estudantes (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999, p. 16 -17).

escolas. As aulas de educação cívica, educação moral, ginástica e evoluções faziam parte do horário regulamentar. Era uma espécie de militarização da infância de forma mais sistematizada e racionalizada. A partir de 1925, o Escotismo continuou a ser praticado nas escolas públicas paulistas até meados do século XX, sem caráter obrigatório (SOUZA, 2000).

Para Nery (2003) e Nascimento (2008), existe outro lado das tentativas de militarização de infância por meio do Escotismo escolar. Os autores descreveram como um processo polêmico e conflituoso, visto que não estava de acordo com os princípios pedagógicos do Escotismo. BP procurava fazer uma abordagem que distanciasse o Escotismo ao militarismo, pois não admitia que seu projeto militarizasse a infância. Isto seria reduzi-lo a uma proposta político-ideológica na construção da nacionalidade (NASCIMENTO, 2008). Em várias oportunidades, BP se manifestou claramente contra isso, como por exemplo, em palestra realizada na Suíça, em 1922, intitulada *A educação pelo amor substituindo a educação pelo temor*, em que defendia que o sucesso do Escotismo está na educação dos adolescentes, na necessidade de trabalhar, no equilíbrio entre o “eu” individual e o “eu” coletivo, sempre com amor na busca da paz, contra à guerra e à educação por castigos ou conquistas: “Urge substituir a educação militar por outra educação” (BADEN-POWELL, 1923, p. 04).

A crítica de BP também foi percebida por diretores de escola, pelas transformações e variáveis desta forma de ensino. Diziam que o ME não era capaz de atingir os objetivos de formação para as quais fora pensado, uma vez que os responsáveis por ministrar tais práticas não possuíam a formação adequada, ficando abandonada a função educativa das atividades (NASCIMENTO, 2008, p. 285).

Críticas à parte, a escola ajudou muito na expansão do ME e, em 1922, São Paulo, por exemplo, contava com mais de 100 mil escoteiros escolares, número que continuou a crescer nos anos seguintes, mesmo depois da reforma da instrução pública, de 1925, quando o Escotismo perdeu caráter de disciplina ensinada no currículo das escolas. A expansão do Escotismo fez com que, em 1933, o Código de Educação levasse os interessados a criar a Associação Escolar de Escoteiros.

No MB o militarismo ocorria mais em função da disciplina. Conforme o texto de uma coordenadora, denominada apenas Maria Beatriz, “a palavra vem de discípulos, o que segue a chefe. É muito mais que só obedecer, é espírito de colaboração, crítica

construtiva e lealdade” (BANDEIRANTES, 1961, p. 101). Exemplificando, “o civismo era transmitido em doses modestas, mas muito válidas em forma de deveres dos cidadãos, começando pelas pequenas obrigações: respeito às coisas públicas, parques, ônibus, obediência às leis e às autoridades constituídas” (GORDINHO, 1992, p. 16). Além desta diferença com o civismo, o Bandeirantismo não recebeu incentivo da escola em sua consolidação, mas sim da Igreja Católica⁵¹, numa parceria que durou muitas décadas, observando-se desde o empréstimo de espaços físicos para as reuniões de grupos à assessoria e parceria eclesial.

1.3 O MOVIMENTO BANDEIRANTE A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

A evasão tornou-se uma preocupação constante do MB no período. Toda e qualquer medida de mudança assumida, mesmo de ordem legal, procurava reverter este problema. O documento do Projeto de Reestruturação de 1967-1969, após pesquisa iniciada em treino de coordenação e, posteriormente, sendo aprovada sua execução em Conselho Nacional, descreve o momento de crise pelo qual passava o MB. O diagnóstico apontou vários problemas, como: desconhecimento de conceitos e temas trabalhados, mesmo que indiretamente, (sexo, feminismo, moral, cidadania, elitismo, serviço social, preconceito), objetivos vagos e amplos, despreparo das chefes, forma retrógrada na aplicação da metodologia, distanciamento da comunidade, sobrecarga de trabalho das chefes e dirigentes, religião católica predominante e definindo comportamentos (PRI, 1968). Além dos problemas, a equipe que elaborou o relatório também apontou soluções, compilando as ideias das coordenadoras do período. Dentre elas: mudança geral da estrutura da FBB (normas, documentos, condutas, algumas nomenclaturas), revisão das etapas (avaliações), aceitação de meninos no MB, melhora dos treinamentos às chefes, ideias mais práticas de atividades, reflexão sobre o papel da mulher, espiritualidade sem conotação religiosa e abertura a outras religiões (PRI, 1968).

Mesmo tendo ocorrido outras reformulações e adaptações no programa de ramo ou nos documentos da FBB nos anos seguintes, a de 1968 foi percebida como

⁵¹ Em texto escrito por uma coordenadora nacional na revista *Bandeirantes*: “[...] nosso movimento desde 1924 aderiu ao movimento litúrgico (BANDEIRANTES, 1964, p. 74).

uma ruptura pelos coordenadores e dirigentes em sua forma de aplicar o método ou trabalhar o Bandeirantismo. Segundo relato que me foi concedido pela Diretora Executiva Nacional, a senhora Lúcia Tavares Ramos, houve uma descentralização de poder e maior autonomia dos estados e incentivo à autonomia dos jovens. Como nem todos os estados tinham estrutura física, organização de pessoal ou recursos econômicos para oferecer treinamentos e monitoramento aos núcleos, houve uma falta de organização e, conseqüente, baixa no efetivo e muitos núcleos acabaram fechando. A coordenação sentiu dificuldade com as mudanças e muitos adultos também acabaram evadindo.

Além desta reformulação (de 1968) houve outras duas, com base em pesquisas prévias de opinião. A “segunda” nos anos 1990, quando mais projetos foram criados e aplicados na área do meio ambiente e desigualdade social, duas grandes preocupações que marcavam aquele período. Aliado a isso, a mudança do símbolo da promessa, como explicado anteriormente, e a criação da denominação Guia Auxiliar – GA, em que jovens de 18 a 21 anos poderiam se preparar para assumirem a coordenação sem o total afastamento das atividades como bandeirantes. A ideia de criar um grupo na transição entre o bandeirante (jovem) e a coordenação (adulto) foi a tentativa de reter por mais tempo o jovem ao Movimento e incentivá-lo, aos poucos, a ser coordenador, pois a mudança de quem usufrui as atividades para quem as aplica, era muito abrupta para a maioria dos jovens que precisavam de um período de adaptação. A “terceira” reformulação de 2004, por sua vez, foi baseada nas novas exigências de nomenclaturas do Código Civil Brasileiro com conseqüente mudança no estatuto. Os programas educativos dos ramos também sofreram alterações, basicamente nos textos, para facilitar a consulta e o entendimento a partir da utilização de recursos tecnológicos para diversificar a forma de aplicar o método (FBB, 2008, p. 80-86).

Atualmente a FBB está passando pelo “quarto” processo de reformulação, conforme aprovado em Assembleia Nacional, em 2014. As pesquisas diagnósticas foram iniciadas em 2015 com bandeirantes, coordenadores e dirigentes de vários estados do Brasil. Essas pesquisas indagam sobre os principais problemas, dificuldades e sugestões em se trabalhar o método. Esta equipe de Reestruturação Nacional do Programa de Ramo (2015-2018) é formada por professoras vinculadas

ao MB, das cinco regiões do país, para que todos os estados pudessem ser representados. Faço parte desta equipe representando a Região Sul e constatei que de acordo com os resultados da pesquisa diagnóstica, os principais problemas apontados em 2015 são, praticamente, os mesmos de 1968.

Muitas dúvidas surgiram no percurso da pesquisa, principalmente o que foi que realmente mudou? Por que este “novo programa”, proposto em 1968, que sofreu resistência, continua o mesmo ainda hoje com poucas alterações? No que impactaram estas mudanças? E como bandeirantes que participavam do movimento naquela época perceberam a reestruturação iniciada em 1968? Em comparação com outros programas (anos 1990 e 2004), o que se percebe são poucas alterações, basicamente nos textos, mas sem levar em conta o porquê da aplicação ou não do método e se ele atende à demanda da juventude ou à missão da Federação. Estar no processo da reformulação atual me possibilita ter contato direto com material documental e com pessoas que, a nível nacional, acompanharam a elaboração e aplicação da reformulação em estudo nessa dissertação.

1.4 UM OLHAR SOBRE A FBB/MB NA CONTEMPORANEIDADE

Além da organização estrutural do MB, explicitado no subcapítulo 1.1, existe certa diferença entre a história, os documentos e o cotidiano dos núcleos. O Brasil apresenta contextos bem distintos, mas tentarei organizar uma narrativa ampla e geral do que seria atualmente o perfil dos participantes, a partir de meu olhar de visitante de alguns núcleos e de conversas informais, realizadas nos eventos nacionais.

A maior concentração de núcleos se encontra no interior dos estados, principalmente São Paulo, Bahia, Roraima, Pará e Rio de Janeiro, que contam com os maiores efetivos do Brasil. O público atendido pelo MB já não é mais a “elite”, e sim a classe média, média baixa e baixa. Os participantes não pagam mensalidade, mas realizam doações voluntárias e simbólicas, conforme suas condições financeiras. Em acampamentos e atividades externas em que terão gastos, as crianças juntamente com a coordenação, costumam fazer campanhas financeiras para custeá-los. O uso do uniforme, que antes era obrigatório, já não é mais. Atualmente é apenas incentivado e muitos que crescem ou evadem, deixam seu uniforme na sede para

quem quiser utilizá-lo. Incentiva-se a compra da camiseta do Núcleo para permitir a uniformidade, principalmente nas saídas coletivas. Além do uniforme, é importante que cada núcleo adquira outros materiais e ferramentas para ensinar técnicas, por exemplo, de como acampar. O espaço físico da sede normalmente é emprestado (imóvel de prefeituras, igrejas, escolas). Poucos são os núcleos com sede própria. As despesas com a sede e a taxa de anuidade ao estado, são mantidas com campanhas financeiras providas pela diretoria e pelos pais de apoio⁵². Se ao longo de décadas a menina bandeirante se encaixava perfeitamente no estereótipo de rica, branca, católica, heterossexual, atualmente já se tem uma pluralidade sem ter exclusividades, observam-se meninas e meninos de diversas etnias, orientações sexuais, condições sociais, crenças (teoricamente, desconsiderando o ateu por ir de encontro com a promessa).

A cada início de ano ocorre a divulgação para a adesão de novos bandeirantes, em redes sociais ou por panfletagem em escolas públicas. Uma estratégia muito comum é o convite para o “bivaque do amigo” no qual cada bandeirante leva seu amigo para passar a tarde fazendo brincadeiras em equipes. O número de participantes meninos e meninas praticamente se equipara, já não havendo mais a predominância feminina. As ações desenvolvidas ocorrem de acordo com a necessidade da localidade, contudo há uma predominância de atividades voltadas ao meio ambiente. As parcerias antes feitas com a Igreja Católica, hoje realizam-se com as prefeituras, em campanhas de saúde e assistência social.

A coordenação dos ramos tende a ser mais jovem do que a diretoria (de núcleo, estadual e nacional). Muitos adultos que tiveram algum tipo de ligação com o MB hoje levam seus filhos e filhas às reuniões e demonstram certa nostalgia ao lembrarem de seus momentos como bandeirantes e relatam que gostariam que seus filhos tivessem as mesmas experiências. Muitos pais e mães chegam a mencionar a intenção de voltarem para ajudar na coordenação ou diretoria, todavia isso acontece esporadicamente e dentre os motivos mais comuns mencionados informalmente está a frase: “no meu tempo era diferente”. É interessante observar que essa frase é muito recorrente, já foi usada numa publicação da década de 1960 e eu mesma fiz esse

⁵² Campanhas como a doação de papel e papelão, bingo, feijoada, brechó, trufas na Páscoa, etc.

comentário na introdução desse trabalho. Ano após ano escuta-se essa menção ao passado idealizado. Mas, se pode perguntar: que tempo será esse que foi bom então? Uma hipótese é de que esse seja o tempo da infância, colorido pelas tintas da memória.

Com a falta de adesão de novos adultos, a renovação não acontece, seja na coordenação ou de novos dirigentes, e esta é a realidade em muitos estados, tanto que, na Assembleia Nacional de 2014, o estatuto foi alterado para poder legalizar a permanência contínua de algumas pessoas nos postos que ocupam, o que vai de encontro ao próprio nome “Movimento” e demonstra a baixa efetividade das atividades de formação e liderança. Uma prática muito comum é o acúmulo de cargos e tarefas e não a troca de cargos, ou rodízio de tarefas, sobrecarregando os jovens e adultos, conforme apresentam resultados satisfatórios nos trabalhos que executam, o que pode levá-los a exaustão e ao afastamento.

Um dos fatores a se considerar é uma percepção social, ainda dominante, de que o MB é considerado um movimento de elite, devido tanto as suas efetivas ligações iniciais com grupos abastados na época de sua criação e durante um longo período de seu funcionamento e aos custos pela manutenção de participação⁵³. Outro fator mencionado anteriormente, é a percepção da influência da religiosidade como sendo um possível delimitador de participação para quem não é católico. Ou seja, quem efetivamente frequentava o MB, eram as crianças e jovens católicos, de classe média e média alta. O que pode constituir-se em uma barreira para a inserção e permanência atual de crianças e jovens mais pobres e não católicos. Acredito que esta visão ainda não tenha sido superada no imaginário comum, mesmo que já não condiga com o funcionamento de muitos núcleos atualmente.

Alguns estados conseguem manter poucos funcionários remunerados, mas a maioria são pessoas voluntárias que também precisam participar da gestão do estado. O setor Nacional conta com 21 funcionários remunerados em diferentes setores, alguns são coordenadores que foram aprendendo a desempenhar funções técnicas. A falta de renovação também acaba gerando certos comodismos e se estabelecem relações de confiança e amizade, prejudiciais numa instituição que precisa cumprir

⁵³ Confeção de uniformes, mensalidades, inscrições em eventos, etc.

várias questões burocráticas. No ano de 2016, o MB não ficou de fora da crise pela qual o Brasil vem passando e precisou rever sua administração e orçamentos. Alguns estados estão se mobilizando e discutindo formas de auxílio e/ou consultoria técnica. Ainda não se conhece o desfecho dessa crise e em que moldes se efetivará a continuidade do MB. No entanto, o que se sabe é que essa não é a primeira vez em que ele passa por um momento de tensões e contradições. Ao longo de sua história muitas vezes se confrontaram diferentes visões e projetos de continuidade e atuação. Essa dissertação procura analisar especificamente a conjuntura de reformas de 1968 e, no próximo capítulo, apresenta-se uma abordagem dos principais aspectos do contexto sociocultural da década de 1960, procurando compreender as possíveis correlações entre as transformações no panorama nacional e internacional e o projeto de reestruturação do Movimento, formulado no período.

CAPÍTULO II - “CAMINHANDO E CANTANDO”: A DÉCADA DE 1960 E SUAS INFLUÊNCIAS NO MB

Neste capítulo será feita uma breve contextualização das transformações que ocorreram no Brasil e no mundo na década de 1960 e, com maior ênfase, no ano de 1968. A intenção é estabelecer inter-relações entre o marco cronológico dessa pesquisa e os vários acontecimentos daquela década, tentando observar alguns nexos possíveis entre as transformações em âmbito macro e micrológico.

A década de 1960 entrou para o imaginário histórico como aquela em que se destacam acontecimentos importantes em diversas áreas: cultura, arte, música, ciência, política, educação, religião e sociedade, e também pela culminância de movimentos culturais e sociais alternativos, iniciados na década de 1950, principalmente estudantis, conflitos, reivindicações e avanços tecnológicos, com mobilizações inéditas.

No período, o mundo vivia um crescimento da industrialização e um acelerado processo de globalização cultural com as primeiras transmissões ao vivo pela televisão, encurtando as distâncias entre tempo, espaço e estilos de vida. As interações e relações destes processos fizeram surgir uma nova estrutura social, a qual Manuel Castells (1999) denominou de sociedade em rede. Faziam parte dessa sociedade em rede, além dos processos tecnológicos, os processos de contestação que percorriam o mundo a favor de uma causa coletiva própria, com realidades e nacionalidades específicas, porém com reivindicações semelhantes. Quase “entendidas como um único movimento que tinha ultrapassado fronteiras, mas na realidade eram movimentos isolados, com pontos de interface, mas cada um brotou do seu contexto” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 130).

Esses eram movimentos culturais, com valores que permeavam e repercutiam por toda a sociedade e alimentavam revoltas contra a repressão sexual e injustiças sociais, que pretendiam mudar estilos e concepções de vida e muitas vezes não tencionavam assumir o poder político. Não se definiam como de esquerda ou de direita, parâmetros estabelecidos com base nas divisões de classes, mas em alguns casos foram chamados de “nova esquerda dos contestadores: os socialmente excluídos, as minorias étnicas, sexuais e religiosas, os intelectuais, os estudantes,

escritores, poetas e pacifistas” (CASTELLS, 1999; ZAPPA; SOTO, 2008, p. 251). A nova esquerda sofria influências de muitas frentes: do movimento hippie; do movimento negro (*Black Power*); do movimento gay; de liberação da mulher; dos *Yippies* (Partido Internacional da Juventude) que organizavam festivais da vida com concertos, debates, encontros, aulas, etc. (ZAPPA; SOTO, 2008).

Nos anos 1960, observou-se um momento de exacerbação de radicalismos políticos de movimentos estudantis e de jovens contra, principalmente, as relações sociais autoritárias na educação e a precarização do ensino; movimentos civis em favor das minorias, especialmente dos negros, homossexuais e feministas. Eis alguns exemplos, dentre outros tantos acontecimentos: em Praga, tchecos e eslovacos acreditaram ser possível dar uma face mais humana ao socialismo; o Papa João XXIII abriu o Concílio Vaticano II⁵⁴ realizando uma tentativa de modernizar a Igreja Católica e abri-la às transformações do mundo contemporâneo. Fato este que teve grande repercussão no MB, por se tratar do incentivo à reformulação da instituição religiosa que há décadas orientava muitos dos procedimentos do Movimento.

No Brasil, a década também é lembrada como muito intensa. Estudantes, influenciados pela Revolução Cubana, atuaram em organizações político-militares. João Goulart, líder trabalhista, identificado com a herança política de Getúlio Vargas, se tornou presidente com a renúncia de Jânio Quadros, mas foi afastado com o golpe em 1964, marcando o início da ditadura civil militar e de importantes mudanças nas relações sociais⁵⁵.

Outra revolução, desta vez comportamental, do período foi a chamada *contracultura* que, baseada em manifestações de talento e criatividade, propunha um estilo de vida, a qual havia espaço para “sexo, drogas e rock’n’roll”. A difusão da pílula anticoncepcional, em 1960, também auxiliou na propagação de um comportamento que propunha liberdade sexual. Em contraste com o embate físico, a filosofia hippie, por exemplo, ganhou força nesta década com os ensinamentos orientais de paz e

⁵⁴ Evento ecumênico que reuniu mais de 2mil prelados de todo o mundo para discutir e regulamentar vários temas da Igreja Católica, iniciado em 1962 e terminado em 1965, objetivando a atualização das doutrinas e práticas católicas para tornar a Igreja mais próximas ao mundo contemporâneo.

⁵⁵ Fugiria às possibilidades dessa contextualização abarcar os meandros políticos nacionais e internacionais dos bastidores do golpe e do estabelecimento do novo regime. Para uma leitura mais aprofundada, ver entre outros: FICO (2008) e FERREIRA (2003).

amor (livre), contra o racionalismo e ligados à cultura de não violência. Segundo Cambi (1999), era uma época de experimentações, da poesia à música⁵⁶, da literatura à filosofia, com apelos à comunicação mais autêntica entre os sujeitos.

Contraditoriamente, após o golpe de Estado, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era propício para o surgimento de movimentos libertários, no Brasil vivia-se um momento de opressão a qualquer luta política, obrigando grupos de esquerda a agirem na clandestinidade (PINTO, 2010) e os movimentos a se adaptarem a esta condição. Mesmo em ambiente repressor o MB percebe na juventude o desinteresse às atividades tradicionais e diferenças de comportamento.

O MB também sentiu os sinais de mudanças e, por vários motivos, passou por um processo de reestruturação interna que teve como justificativa, “atender as demandas e os anseios da juventude”. Uma das facetas desse processo de reformulação foi a implantação da coeducação nos grupos bandeirantes. Naquele contexto de embates e transformações estavam em xeque a tradicional imagem do feminino e a influência religiosa considerada indispensável para a formação da mulher, segundo o modelo bandeirante do período. Além disso, começava a ser posta em discussão a herança da militarização da infância, atribuída aos movimentos criados por BP.

2.1 ANOS 1960: A DÉCADA QUE INFLUENCIOU SOCIEDADES

Após a segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria⁵⁷ dominou o cenário internacional na segunda metade do Século XX. Controlado pelas superpotências EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, que polarizaram o mundo em dois "campos" marcadamente divididos: capitalismo e socialismo. Os outros países teriam que se aliar a uma ou a outra ideologia (país), entretanto no chamado

⁵⁶ Oscilavam entre as baladas românticas e as de protesto, do rock progressivo ao psicodélico, do samba de terreiro ao pop tropicalista e MPB.

⁵⁷ A Guerra Fria era como uma “paz fria”. Baseava-se na crença de que as Guerras Mundiais não chegaram ao fim. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência, e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista. Em troca, um não intervinha na zona hegemônica do outro (HOBSBAWM, 2003, p. 227).

terceiro mundo, ocorria uma resistência à dominação colonial. Nesse contexto, Mirim Adelman (2004) enfatiza que as consequências foram muitas e emergiam novas tendências e reconfigurações políticas e culturais que modificaram significativamente a forma com que os grupos sociais se relacionavam e compreendiam o mundo.

O historiador Eric Hobsbawm (2003), em seu livro *a Era dos extremos*, descreve esta "longa onda"⁵⁸ da segunda metade do século XX como Era de ouro (1950-1980). O autor se coloca na posição de "observador participante" e jornalista, ou seja, ao mesmo tempo que escrevia a partir de registros, também apresentava suas memórias. Na década de 1960 a economia mundial crescia em ritmo acelerado, cada vez mais globalizada, incentivando o aumentando do consumo de bens. Esse crescimento independia de regimes econômicos, mas pertenceu principalmente à Europa e aos países "capitalistas desenvolvidos". A população do Terceiro Mundo não chegou a vivenciar tamanho crescimento econômico, mas teve grande crescimento demográfico (HOBBSAWM, 2003, p. 254).

Nesse contexto de mudanças nas relações sociais, culturais e políticas, o Movimento Feminista teve grande repercussão, indo além do sufrágio⁵⁹, as mulheres passaram a questionar seu papel tradicional de mães, esposas bem como as relações de poder entre homens e mulheres, embasadas nas visões biologizantes, que sustentaram durante séculos as desigualdades entre os sexos. O feminismo, de acordo com Céli Pinto (2010), configurou-se então em um movimento libertário, reivindicando espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação e por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, com mais liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

No Brasil, o regime civil militar limitava as condições para qualquer manifestação e o feminismo era visto com grande desconfiança pelo governo, por entendê-lo como prática política, sendo assim, perigosa. Apesar de ter origens predominantes na classe média intelectualizada, foi entre 1970-1980 que o feminismo entrou em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres,

⁵⁸ "Longa onda" principalmente em relação à guerra fria e ao capitalismo, que perpassam anos e países influenciando e dividindo as opiniões e que será descrito a seguir (HOBBSAWM, 2003, p. 18).

⁵⁹ Movimento de mulheres reivindicando o direito de participar politicamente, de votar e serem votadas.

juntamente com outros movimentos também de classes populares, nas palavras de Céli Pinto a organização compôs-se de:

[...] inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (PINTO, 2010, p. 17).

Essa postura da Igreja Católica, possivelmente iniciou-se em 1968, com a Teologia da Libertação⁶⁰. As novas reivindicações mantinham algumas características das anteriores que promoviam a mudança de comportamento, sem utilizar da força, buscando o respeito às diferenças. O MB iniciou um discurso de defesa dos direitos humanos. Na época tal intenção era assim explicitada em seus objetivos:

[...] o Bandeirantismo é um sistema educativo global e progressivo cuja finalidade é o homem todo e todos os homens. Entende-se por homem todo a mobilização de potencialidade e a valorização da pessoa, e por todos os homens, contribuir para a transformação da sociedade, dando igual oportunidade a todos (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 28).

Mais explicitamente o MB também passa a fazer um discurso em defesa dos direitos das mulheres. Entretanto, muitas de suas demandas ainda se encontravam fortemente marcadas pelo feminismo liberal, defendendo que

As mulheres do mundo, na quase totalidade das nações, gozam de direitos civis, mas não os exercem plenamente, recusando-se a votar ou a aceitar posições de responsabilidade nos órgãos legislativos ou executivos do governo [...] São conclusões do Seminário dos Direitos Civis e Políticos da Mulher, promovido pelas Nações Unidas: 1 - Condições decorrentes do subdesenvolvimento cultural, social e econômico: mas condições de habitação, trabalho doméstico pesado demais, analfabetismo, isolamento, falta de informação [...] 2 - Condições decorrentes de atitudes tradicionais, relativas aos respectivos papéis do homem e da mulher, que colocam o homem na vida pública e a mulher no lar. No Brasil as mulheres até se interessam por política, mas são poucas que ocupam cargos políticos [...] (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 104).

⁶⁰ Movimento de renovação da Igreja Católica, do qual voltarei a escrever na página 65.

Mesmo sendo ideias descritas em Seminário realizado por uma religiosa à coordenadoras e pais no Rio de Janeiro em 1968, já era uma forma de refletir sobre este assunto. Em contraponto, as coordenadoras se preocupavam em não se expor em eventos similares a esse, ao menos em São Paulo, pois, segundo Margarida Gordinho⁶¹ (1992, p. 16):

Não éramos e nem desejávamos dar a impressão de que fôssemos uma organização subordinada à tutela militar ou ligada a entidades de feminismo exacerbado, como proposta de libertação da mulher [...] cultuávamos sim, a disciplina e uma sólida noção da importância da mulher na sociedade.

Observa-se que, se por um lado a importância da mulher na sociedade ainda se restringia a pequenos espaços, de forma discreta, não havendo interesse numa libertação da mulher de seus papéis convencionais de gênero, por outro lado o relato enfatiza que o MB não queria ser associado ao governo instaurado com o golpe de Estado de 1964. Tal postura pode refletir uma memória seletiva, uma vez que esse texto foi escrito no período inicial da redemocratização, no qual amplos setores da sociedade já haviam condenado e não queriam manter nenhuma identificação com o regime ditatorial recém derrotado.

No âmbito filosófico-intelectual os tensionamentos também estavam presentes. A *escola de Frankfurt*, por exemplo, reunia teorias de pensadores que direta ou indiretamente formavam opiniões. Entre esses, podem ser mencionados os escritos de Wilhelm Reich⁶², que explicavam a gênese da neurose como consequência direta da luta de poder que se estabelece nas relações sociais, com suas implicações emocionais e psicológicas. Reich defendia a ideia da libertação do desejo sexual, que passava pelas repressões políticas. Max Horkheimer e Theodor Adorno

⁶¹ Autora do livro *Ser Bandeirante: memória da região de São Paulo*, encomendado para as comemorações do cinquentenário do estado. Foi bandeirante e com a ajuda de diversas dirigentes e coordenadoras, pesquisou sobre a história de São Paulo e sobre a história da FBB no Brasil. Não se pode afirmar que esta opinião é unânime do Brasil ou sequer opinião de um estado, mas pela falta de material documental que possa contrapor, acabei me valendo desta.

⁶² Médico nascido na Áustria, morou e estudou na Alemanha e durante a II Guerra Mundial quando, por ser de origem judaica, emigrou para os EUA. No novo país consolidou suas pesquisas na área da psicanálise, seguindo as teorias de Freud.

desenvolveram a teoria da dialética do esclarecimento, refletindo acerca da realidade e associando conhecimento ao poder, numa crítica à razão instrumental⁶³.

No entanto, para Franco Cambi (1999), o principal expoente da *escola de Frankfurt* foi Herbert Marcuse, cujo pensamento também ajudou a alimentar a contracultura. Marcuse, simpatizando com o movimento hippie, estudava a autoridade na família e nas relações interpessoais da sociedade. Resumidamente, pode-se definir que sua teoria defendia que toda a relação mecânica e alienada com o trabalho é castradora do orgasmo, propondo que o essencial seria a busca da atividade libidinal, aquela que permite chegar ao prazer.

Para exemplificar a expansão do pensamento de Marcuse, pode-se mencionar o fato de que, em 1968, o Movimento Bandeirante dedicou um artigo da revista *Bandeirantes* à explicação de sua teoria, enfatizando seu caráter atual:

Marcuse conclui que a noção de amor paterno reprime o instinto sexual, uma vez que nossa sociedade admite principalmente o sexo em função da procriação, da família. As pessoas, segundo ele, [...] buscam no trabalho uma compensação. E o trabalho leva à competição e à guerra. Daí o lema: "faça amor não faça guerra" (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 36).

Nessa teoria, a mudança social não dependia apenas do processo político, mas também de uma mudança radical no comportamento ético e sexual do ser humano (ZAPPA; SOTO, 2008). Mesmo não alcançando a mudança desejada, essa reflexão teve importante repercussão no comportamento juvenil. Para o MB, de acordo com os textos da revista *Bandeirantes*, com trechos do relatório da comissão "juventude", o jovem era a expressão da renovação, das mudanças, de acordo com seu ideal. Nota-se em alguns textos a exacerbação dessa cultura jovem:

A juventude busca participar ativamente da comunidade assumindo novas responsabilidades e funções [...] está mais aberta a uma sociedade pluralista e a uma fraternidade de dimensão universal [...] reclama transformações profundas e rápidas e muitas vezes é levada a exprimir suas aspirações por meio de violência. É um fato comprovado que o excessivo idealismo dos jovens os expõem à influência de grupos extremistas de tendências opostas (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 148-149).

⁶³ Conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos.

Os jovens estavam exigindo da sociedade adulta, em geral, e dos coordenadores do MB, em particular, revisão e participação de tarefas comuns. Esta foi uma época marcada por crises de gerações com conflitos que exigem um esforço sincero de compreensão e diálogo, tanto da parte dos jovens, quanto dos adultos. Essa crise atingia todos os meios e, ao mesmo tempo, produzia transformações e negava valores tradicionais (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 148). O entendimento dessa postura do jovem, inquieto quanto à definição de valores, que sente a necessidade de reformulá-los e adaptá-los à sua realidade atual (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 26) torna-se uma das principais justificativas para a reestruturação do MB.

No mesmo período, a ciência e a tecnologia inauguraram importantes avanços. Tratava-se, como escreveu Eric Hobsbawm (2003), de uma “Era de Ouro” que se baseou nas mais avançadas pesquisas provenientes da guerra e de suas demandas de alta tecnologia, mas que logo encontraram aplicações práticas na vida civil. A modernização pela via das novidades tecnológicas⁶⁴ permitiu maior agilidade e maior alcance da informação, permitindo que a televisão, posteriormente, se consolidasse como o mais importante veículo de comunicação. Esse fluxo tecnológico transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e, mesmo que em menor medida, no mundo pobre (HOBSBAWM, 2003, p. 259).

2.2 A “ERA DE OURO” REGADA A PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES

A vitória da Revolução Cubana, em 1959, e a transformação de Ernesto “Che” Guevara em símbolo revolucionário, especialmente após sua morte na Bolívia em 1967, são emblemáticos nesse quadro de tensões internacionais e se tornaram muito poderosos no imaginário político latino-americano. Mas, além desses, outros movimentos de lutas por direitos sociais e civis também influenciaram fortemente o comportamento e as ações de grandes parcelas da população no período. Entre eles,

⁶⁴ Entre elas, o radar, o motor a jato, o primeiro computador eletrônico com disco rígido e o circuito integrado (*chip*). Em 1967, ocorreu a primeira transmissão de televisão via satélite. Surgiu ainda, em 1969, o precursor da Internet, sendo enviado o primeiro *e-mail* entre computadores localizados em áreas distantes.

podem ser mencionados a luta dos negros estadunidenses pelos direitos civis, de Rosa Parks⁶⁵ a Martin Luther King⁶⁶, passando pela intensificação do movimento, com o surgimento de organizações negras como *Black Power*, *Black Panther Party* (Partido dos Panteras Negras) e as marchas pelo fim da segregação racial (ZAPPA; SOTO, 2008).

Nesse quadro insere-se, ainda, a luta pelos direitos dos homossexuais, que apesar de não ter um marco inicial tão bem definido como a dos negros, teve um ápice, o dia 28 de junho de 1969, com o confronto entre policiais e homossexuais em Nova Iorque⁶⁷. Esse evento originou o movimento *Gay Power*, que fez com que a data passasse a ser reconhecida como o dia do orgulho *gay* (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 164).

Procurando aproximar o MB do espírito da época, algumas lideranças acharam necessário fazer modificações nos elementos essenciais com a intenção de ampliar a atuação das bandeirantes, face à nova realidade que se delineava no contexto político-social. Essa modificação enfatizava uma visão mais pluralista do mundo, como vinha ocorrendo nas manifestações. A sociedade estava em processo de mudança e o MB também, mesmo que mantendo seus pilares e pontos de identificação. O pilar da religião foi o que sofreu mais alterações: uma autoridade eclesiástica era responsável por aplicar as provas respeitando-se o culto ao qual pertencia a bandeirante. “Hoje a religião está suprimida dos programas bandeirantes, fato que considero pessoalmente uma grande perda” (GORDINHO, 1992, p. 11). Este exemplo, ajuda a compreender o conservadorismo que muitas vezes impedia as mudanças necessárias, iniciadas em 1968, colocadas em prática nas décadas de 1970 e 1980 e criticadas por coordenadoras de São Paulo, por exemplo, como na citação acima, na década de 1990. O Brasil estava mudando e o MB, ao tentar ser mais pluralista, acompanhando a sociedade, provavelmente deve ter ficado mais no

⁶⁵ Costureira negra que se recusara a obedecer a lei do *apartheid* racial no Alabama, não cedendo seu lugar no ônibus à um homem branco que exigia que se retirasse do setor destinado aos brancos.

⁶⁶ Martin Luther King era pastor da Igreja Batista e tornou-se ícone do movimento negro, defendia o pacifismo como forma de luta no combate à discriminação racial. Tentou trocar o “*Black Power*” por “igualdade racial”, como organização nacional que pregava a não violência. Seu assassinato em 4 de abril de 1968, causou comoção e violentos protestos (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 96-99).

⁶⁷ Nesse dia a polícia nova-iorquina fazia uma de suas costumeiras batidas em um bar frequentado por homossexuais, expulsando e prendendo os clientes. Cansados das humilhações e perseguições, *gays* e *travestis* atearam fogo no bar e atiraram pedras contra a polícia. A batalha só terminou com a chegada de reforço policial.

campo teórico, pois as práticas das coordenadoras com as meninas, dependiam das experiências e afirmações e nem sempre levavam em consideração as novas orientações.

No contexto da década, o ano de 1968, escolhido pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional dos Direitos Humanos, merece atenção à parte. Poucos anos na história recente têm sido tão comentados e estudados quanto ele. Isso se deve, entre outros motivos, ao fato de que várias tensões, que já se pronunciavam em períodos anteriores, acabaram eclodindo em diferentes países e se irradiaram para outros tantos. A renovação da luta pelos direitos humanos empolgou as minorias a reivindicarem e, com a explosão demográfica, a Europa passou a ter mais jovens, fenômeno que implicou em mudanças sociais e conflito de gerações. Os jovens reivindicavam seu lugar na sociedade e o protagonismo de suas vidas. Lutavam por isso principalmente contra os governos e os protestos, e confrontos ocorreram durante o ano todo, com alguns meses mais emblemáticos que outros.

Na Itália e Espanha ocorreram confrontos entre policiais e estudantes que entravam em greve. Em Portugal chegava ao fim a ditadura de António Salazar⁶⁸. Todavia nenhuma das manifestações da Europa teve a dimensão da que ocorreu em maio, na França. Começou com uma reivindicação que, a princípio, poderia ser considerada banal, sobre o direito de moças e rapazes partilharem os mesmos alojamentos estudantis, passando para protestos contra a tentativa de reforma do ensino superior, com barricadas montadas nas ruas da capital. Influenciados pelos estudantes, operários de Paris passaram a realizar protestos, ocupando fábricas e organizando passeatas e greves. Rapidamente transformou-se no maior movimento de protesto social da França moderna e de contestação política ao regime gaullista⁶⁹. As greves e ocupações aumentaram e trabalhadores exigiram salário mínimo, 40 horas semanais, aposentadoria e seguro desemprego. No dia 20 de maio, Paris amanheceu parada, sem metrô, ônibus, telefonia e outros serviços públicos. O governo teve que ceder, atendendo a quase todas as reivindicações dos

⁶⁸ Salazar havia implantado em Portugal um regime fascista, corporativo e ditatorial, criou em 1931 um partido único, o qual se nomeou presidente. Foi somente a revolução dos cravos, em 1974, que teria a democracia aos portugueses (ZAPPA; SOTO, 2008).

⁶⁹ Regime do presidente da França, Charles de Gaulle.

trabalhadores. No dia 16 de junho os estudantes saíram em férias e os operários voltaram ao trabalho⁷⁰.

Além da França, a ex Tchecoslováquia⁷¹ passou pelo movimento que seria conhecido como primavera de Praga. O democrata Alexander Dubcek, ocupou o cargo de primeiro secretário do Partido Comunista e tentou fazer uma reforma na estrutura política do país, com a intenção de remover o autoritarismo do sistema socialista. Em agosto, cinco países do pacto de Varsóvia (Hungria, Alemanha Oriental, Polônia, Bulgária e União Soviética) com seus inúmeros soldados, tanques e aviões, fecharam as fronteiras de Praga e outras principais cidades. As imagens chocaram o mundo e criaram um forte embaraço para os comunistas soviéticos e solidariedade ao povo tcheco. Boa parte dos líderes revoltosos teve que deixar o país e exilar-se nos países vizinhos (ZAPPA; SOTO, 2008).

O governo estadunidense muitas vezes esteve no centro dos acontecimentos de 1968, mesmo que nem sempre os fatos acontecessem em seu território, mas sim sob sua intervenção, como é o caso de guerra do Vietnã, que mobilizou e revoltou o mundo. Para conter a expansão comunista, os EUA decidiram apoiar o Vietnã do Sul, atacando o Vietnã do Norte numa guerra que durou mais de 10 anos (ZAPPA; SOTO, 2008).

Na América Latina ocorreu o aprofundamento do autoritarismo nos regimes ditatoriais especialmente no Peru, Panamá, Argentina, México e Brasil. Um dos mais violentos acontecimentos foi a morte de milhares de estudantes alvos de disparos durante uma reunião, na Cidade do México⁷². A tragédia foi rapidamente abafada, pois os Jogos Olímpicos precisavam acontecer em poucos dias (ZAPPA; SOTO, 2008).

Naquela conjuntura, alguns setores da Igreja Católica perceberam a necessidade de renovação e engajamento político, nascia a Teologia da Libertação, após a II Conferência de Bispos Católicos da América Latina, em Medellín, Colômbia,

⁷⁰ Anos depois os líderes estudantis da França reconheceram que não tinham nenhum plano e sequer uma ideologia em comum, em maio de 1968, ou seja, provavelmente trataram-se de muitos movimentos que acabaram sendo rotulados como “maio de 1968” (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 286).

⁷¹ Atualmente é Eslováquia e República Tcheca.

⁷² Cerca de 10 mil universitários e secundaristas tinham saído às ruas para se manifestar contra o governo e quando se reuniram numa praça, membros de duas unidades militares começaram a atirar indiscriminadamente. Não se tem um número oficial de mortos, mas segundo testemunhas, foram milhares (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 237-238).

em 24 de agosto de 1968. Dessa conferência foi sistematizado um conjunto de práticas que hoje fazem parte do leque de enfoques doutrinários e teológicos da Igreja Católica. Sem ela, não se explicaria a postura de parte da igreja, contra a ditadura militar ou de defesa dos direitos dos pobres (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 284).

Na revista *Bandeirantes* se pode observar os ecos de todos esses acontecimentos. Em todas as edições se encontram textos assinados por expoentes mais conservadoras da hierarquia da Igreja Católica e estes parecem ter influenciado fortemente o MB. Normalmente os homens da Igreja opinavam sobre política e atualidades. Pode-se notar uma oscilação no estilo, dependendo de quem escrevia, de caráter meramente informativo e descritivos sobre, por exemplo, a Guerra no Vietnã, ou a bomba atômica, ou ainda sobre a corrida espacial, passando por assuntos mais polêmicos como na condenação ao comunismo. Num texto assinado por Helder Câmara⁷³, lê-se o seguinte trecho:

[...] os que amamos a liberdade, horrorizamo-nos diante do comunismo que não faz cerimônias em sacrificar a pessoa humana, com seus pretensos direitos e liberdades [...] seria imperdoável pecado de omissão se os brasileiros, inseridos no mundo subdesenvolvido não tivessem consciência da hora que passa [...] que alegria ver as bandeirantes decididas a tomar posição, assumindo papel de pioneiras (BANDEIRANTES, 1960, p. 01).

Esse trecho, a princípio endereçado às jovens bandeirantes, pode ser considerado uma faceta de um debate bem mais amplo e acirrado que ocorria em esfera internacional e do qual o Brasil fazia parte, pois os conflitos da guerra fria alcançavam os países subordinados e tanto EUA quanto URSS empenhavam todos os recursos na polarização de seus interesses universalistas e expansionistas. Os EUA falavam na defesa dos valores liberais e da civilização cristã e a URSS enfatizava a justiça, as reformas e a revolução social. Ambos os lados defendiam a democracia e, como salienta Hobsbawm (2003, p. 231), o anticomunismo estadunidense era visceralmente popular e difundido por seus aliados.

Um dos grandes temores era que a Revolução Cubana inspirasse movimentos similares na América Latina (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 34). O Brasil não

⁷³ Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999), ícone da Igreja Católica, nascido em Fortaleza. Bispo e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar. Recebeu vários prêmios por sua atuação tanto nacionais quanto internacionais e quatro indicações ao prêmio Nobel da paz.

ficaria a parte desta atmosfera. O país se encontrava entre aliados dos EUA, portanto estava sob sua constante vigilância e controle. O golpe de Estado que depôs João Goulart visava, entre outras medidas, barrar seu projeto nacional desenvolvimentista e o programa de reformas de base⁷⁴. Essas reformas, mesmo não colocando em xeque o modelo capitalista e até colaborando para sua modernização no país, aterrorizaram a elite brasileira⁷⁵ (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 272).

Nos primeiros meses de 1964 aprofundaram-se as tensões entre setores que defendiam a realização das reformas e aqueles que acusavam o governo de aliar-se ao comunismo internacional⁷⁶. Após a coalizão de forças políticas de militares e empresários e da construção de uma opinião pública favorável ao golpe, Goulart foi deposto no dia 1º de abril de 1964, exilando-se em seguida no Uruguai. Iniciou-se então o governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, eleito pelo Congresso Nacional, já esvaziado de políticos da oposição. Pesquisas mais recentes demonstraram que os EUA também apoiaram o golpe e que a *Central Intelligence Agency* - CIA havia montado uma operação, chamada "*Brother Sam*", para, em caso de resistência, apoiar o Exército Brasileiro (FICO, 2008).

Os apoiadores do golpe passaram a propagandear-lo como uma "revolução", intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo, o ateísmo, a baderna e a corrupção. Esse discurso afirmava ainda que os militares ficariam no poder provisoriamente, apenas para "arrumar a casa". O MB, diante do golpe de Estado, optou por manter uma postura pública de neutralidade em relação ao novo regime (GORDINHO, 1992).

⁷⁴ Reforma agrária (principalmente), urbana, bancária, financeira, universitária, educacional, das políticas públicas.

⁷⁵ Considerando a elite, neste contexto, como principalmente homens, escolarizados de classe alta, com influência e poder econômico. Pequena diferença da "elite" na qual o Movimento Bandeirante se inseriu.

⁷⁶ De um lado estavam, por exemplo, alguns sindicatos, as Ligas Camponesas, grupos do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e do Partido Comunista do Brasil – PCB, setores militares de baixa patente; do outro lado estavam os partidos conservadores como a União Democrática Nacional – UDN, o Partido Social Progressista – PSP e setores influentes do empresariado, da Igreja Católica e da imprensa (FERREIRA, 2003).

Mesmo com divergências de opiniões internas⁷⁷, os militares tinham um projeto próprio de desenvolvimento, apoiado pela maioria do empresariado nacional e que previa a cooptação ou criminalização do movimento sindical, estudantil e de outros setores de oposição como artistas e intelectuais. Aos poucos se mostrou insustentável a versão de que essa ditadura pudesse salvar ou construir uma democracia (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004). Grupos contrários à ditadura se formavam e, como em outros países, os jovens estavam dispostos a lutar contra o autoritarismo e as injustiças.

Além dos exemplos das manifestações políticas e artísticas que aconteciam pelo mundo, esses jovens foram influenciados também pela *contracultura* brasileira. Os festivais da canção revelavam uma geração de músicos⁷⁸ e artistas talentosos que chegava aos palcos revolucionando a MPB, o cinema e o teatro de vanguarda, manifestaram sua inquietação e abriram novos espaços para a arte. O Tropicalismo⁷⁹ influenciou fortemente a estética de filmes, peças teatrais, artes plásticas, livros e músicas, atraindo seguidores de talento. Tudo isso transmitido pela televisão (ZAPPA; SOTO, 2008).

A arte, ao mesmo tempo em que alegrava também instigava, e os opositores ao regime começavam a reunir algumas multidões em seus protestos. Como resposta, foram decretados os Atos Institucionais número 1 – AI-1, o AI-2, o AI-3 e o AI-4: nos quais o poder Legislativo ficava subordinado ao Executivo, foram abolidos os partidos políticos existentes e as eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos de capitais. Também foi elaborada uma nova Carta Constitucional, que entrou em vigência no ano de 1967, para formalizar o processo de total centralização política. Os militares consolidavam, assim, seu poder com as leis e a repressão. O conjunto de delações e investigações coordenadas pelo Serviço Nacional de Informações – SNI

⁷⁷ Entre as divisões internas estavam a “Sorbonne” grupo composto por militares com formação superior, oriundos da Escola Superior de Guerra, e a linha dura, composto de oficiais que não tinham passado por essa escola e defendiam maior centralização e fechamento do regime.

⁷⁸ Como: João Gilberto, Tom Zé, Maria Bethânia, Nara Leão, Gal Costa, Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jair Rodrigues, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, MpB4, Edu Lobo, Elis Regina, Os Mutantes, Jovem Guarda, dentre outros. A maioria destes artistas diversificou suas carreiras por diversos estilos musicais, enriquecendo ainda mais a música. No cinema: José Celso Martinez e Glauber Rocha.

⁷⁹ Tropicalismo foi o movimento de um grupo de compositores baianos, liderados por Caetano Veloso e Gilberto Gil, que resultou numa síntese assistemática de alguns elementos da brasilidade, em sintonia com as manifestações estéticas e culturais da mesma época 1967-1968.

enfraquecia qualquer tentativa de articulação contrária. Obrigando os grupamentos de esquerda a agirem na clandestinidade.

Em 1968, no Brasil, estudantes, artistas, intelectuais, sindicalistas e políticos lutavam por suas reivindicações, por liberdade e pelo fim da ditadura. Tudo isso incomodava os militares no poder e praticamente mês a mês ocorreram enfrentamentos, chegando ao auge em dezembro, com o AI-5, embora tenha sido também um ano de crescimento econômico. Esse era o período conhecido como “milagre econômico” que se estendeu, até 1973 (ZAPPA; SOTO, 2008).

O fato que indignou o país, e marcou o início de um período de enorme agitação, foi o assassinato do estudante secundarista, de 16 anos, Edson Luís de Lima Souto em um restaurante universitário no Rio de Janeiro no dia 28 de março de 1968. As organizações estudantis decretaram greve geral para o dia seguinte. Os teatros suspenderam espetáculos e os artistas leram um comunicado manifestando solidariedade aos estudantes. A “sexta feira sangrenta”, como foi chamada, foi o estopim para a radicalização do movimento estudantil, cujos objetivos continuavam sendo os de reformular a organização e orientação das universidades e derrubar o governo militar (ZAPPA; SOTO, 2008).

Em junho deu-se a culminância do maior protesto pacífico do Brasil: a marcha dos 100 mil, no Rio de Janeiro. Foi um momento de unificação da luta dos estudantes universitários, que atraía camadas descontentes de diversos segmentos da sociedade, como escritores, artistas, religiosos e professores. Nesse contexto ampliou-se a repressão e o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado, sendo reaberto somente com a posse de um novo militar na presidência, o general Emílio G. Médici, que, embasando-se nas prerrogativas do AI-5⁸⁰, encabeçaria o governo responsável por um dos períodos mais tenebrosos da história do Brasil (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 271).

⁸⁰ As principais prerrogativas do AI-5 foram: a suspensão do habeas corpus em casos de crimes contra a Segurança Nacional, que na prática, permitia a tortura e o abuso contra os presos; a regulação das manifestações artísticas pela censura e o impedimento ao livre acesso a informações de natureza pública; o governo poderia decretar, sem apreciação judicial, o recesso do Congresso Nacional, a intervenção nos estados e municípios, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão por 10 anos dos direitos políticos de qualquer cidadão e o confisco dos bens considerados ilícitos (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 284; ZAPPA; SOTO, 2008, p. 269).

Enquanto isso, o MB continuava-se dizendo “apartidário”. Mas, ao mesmo tempo encarava ditadura como algo “inevitável”, argumentando que esta já era realidade em alguns países do continente e que este seria o único regime capaz de estabelecer a ordem:

[...] a situação militar se verifica como uma grande tendência mundial [...] criaram-se problemas terríveis, onde se defrontam dois polos de responsabilidade, o civil e o militar. Daí se torna necessária uma forte militarização visando a defesa, a sobrevivência (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 14).

Em 1969 foi lançada a campanha “Brasil, grande potência” visando a recuperação da autoestima nacional (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 284). Com ela ampliou-se o discurso do país estável e próspero, base do chamado *milagre brasileiro* (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 41- 42). No entendimento de algumas lideranças do MB aquele seria o momento de atrair a parcela da juventude que não possuía outras formas de engajamento ou militância. Tal discurso era apresentado em tom otimista: “[...] os jovens desejam para si o que resvala da mão dos mais velhos [...] conseguem se organizar para realizar o que querem [...] parece que as perspectiva para os próximos 50 anos são ótimas para o Bandeirantismo” (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 13). Observando-se de longe, nota-se que o período foi marcado tanto pela noção de amadurecimento da juventude, quanto pelo ufanismo nacionalista, o “orgulho de ser brasileiro”. Por outro lado, o otimismo em relação ao crescimento do Bandeirantismo podia ser mera estratégica retórica, a qual tentava negar um futuro que teimava em se mostrar incerto.

2.3 EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: MUDANÇAS NO MUNDO EDUCACIONAL COM REFLEXOS NO MB

Na definição de Cambi (1999, p. 635), a pedagogia é sempre ciência, política e filosofia, e está inserida num tempo histórico-ideológico, assumindo uma perspectiva ideológico-política. Tal proposição embasa esse tópico no qual se procura refletir sobre as principais mudanças ocorridas no campo educacional/pedagógico do período e suas possíveis implicações na organização do MB. Assim, neste subcapítulo será

analisada a reforma Universitária, por ser considerada a mais significativa do período e ter pontos que se assemelham à reforma institucional do MB.

Nos anos 1960, em escala mundial, a guerra fria dividia também a pedagogia, esta entrou em crise ao ter sua identidade interna fracionada e disseminada em vários setores. Cambi (1999) analisou a pedagogia de forma panorâmica, reconhecendo suas implicações também com as revoluções da década de 1960 pelo mundo⁸¹. Para o autor, do lado comunista estava a pedagogia de Estado, fixada a partir dos clássicos do marxismo, já do lado estadunidense estava a pedagogia Deweyana, com modelos de educação democrática e experiencial. Mas essas divisões não eram estanques e foram permeadas por outras influências e outros pensadores⁸². Além da guerra fria, o desenvolvimento econômico-tecnológico colocava em pauta a questão da modernização dos sistemas de ensino para acompanhar as necessidades de formação de mão de obra qualificada.

Em 1968, os protestos estudantis em vários países, mencionados anteriormente, movimentaram também o campo educativo, escolar e pedagógico. A influência ocorreu, sobretudo, nas rupturas com a tradição e a retomada de sua fundamental politicidade. A crítica à ideologia escolar pedagógica, que marcou 1968, foi um dos temas mais significativos dos debates em educação do período. Teóricos “alternativos”, como Ivan Illich⁸³ e Paulo Freire⁸⁴, queriam romper com práticas tradicionais, conformistas e favorecer processos de formação mais abertos e capazes de dar vida a sujeitos mais criativos e independentes. Embora suas concepções não tenham se tornado hegemônicas, ajudaram a desconstruir a ideia de ensino da época.

⁸¹ Dentre elas a de Mao Tse Tung e a revolução cultural chinesa, o qual dizia que “todo o país deve se transformar numa escola” ou a revolução cubana que desenvolveu uma orientação educativa ao lançar uma campanha de alfabetização no combate à pobreza (CAMBI, 1999, p. 605- 606).

⁸² Além dos já mencionados Marcuse, Reich, Horkheimer e Adorno, que marcaram o período, também Antonio Gramsci, nas reflexões teóricas e práticas de intelectuais do partido comunista italiano; Noam Chomsky e Howard Gardner com a “teoria da instrução”, preocupada com a forma da instrução. Os totalitarismos na Itália e Alemanha, com suas práticas militaristas e organização escolar centralizada, também contribuíram para a crítica ao papel social, seu funcionamento interno e ambiguidade escolar: ora dedicada a formar consciências mais livres, capazes de emancipar-se dos condicionamentos sociais ora, pelo contrário, a conformar os sujeitos a ideais coletivos já definidos a serem assumidos como meta de formação individual (CAMBI, 1999, p. 620).

⁸³ Filósofo austríaco defensor da desescolarização: é preciso desescolarizar a sociedade para afastar a aprendizagem, dando vida a uma pedagogia alternativa operada pela escola, capaz de favorecer a independência dos jovens ao sentido da descoberta (CAMBI, 1999, p. 621).

⁸⁴ Pedagogo que se coloca ao lado dos pobres incentivando a pedagogia crítica, que lançou em 1968, um de seus mais famosos livros: pedagogia do oprimido (CAMBI, 1999, p. 622).

A reflexão sobre a pedagogia como ciência, assumindo uma perspectiva ideológico-política, introduz a análise de Frigotto (2010) e Romanelli (1988), da lógica vigente da sociedade capitalista brasileira, no processo educacional dos anos 1960. Nesta década, os programas de educação de nível superior passavam por um processo de reformulação com forte apelo economicista, tanto nas teorias educacionais quanto nas políticas públicas. A educação como negócio foi incentivada pelos seus beneficiários, as grandes empresas e os governantes (FRIGOTTO, 2010), que viam nela mecanismo de ascensão social e econômica.

Para Romanelli (1988) a gênese do problema educacional no Brasil se deu a partir da aceleração industrial, deterioração dos processos tradicionais e o crescimento da classe média. A escola, que deveria absorver essa demanda, não foi capaz de fazê-la. Na tentativa de organizar a educação foi aprovada, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 4.024/61)⁸⁵. A LDB reafirmou o papel dos institutos de educação e manteve a escola normal de grau ginásial e a de grau colegial; assegurou que a educação, com base nos princípios da liberdade e da solidariedade, fosse direito de todo o cidadão. Ao mesmo tempo em que foi criada para orientar a educação, estabeleceu parâmetros genéricos e conservadores para todo o território nacional e Ivani Fazenda (1988) ainda acrescenta que a lei favorecia a adequação de um propósito desenvolvimentista econômico. Nem assim o Estado assumiu o compromisso constitucional de prover educação para todos⁸⁶, se mostrando omissos muitas vezes.

Em contrapartida, o governo favorecia a iniciativa privada com subvenções e financiamentos para construir, reformar e aparelhar escolas particulares (VEIGA, 2007). Também em 1961, foi aprovada a lei que autorizava a criação da Universidade de Brasília - UnB, incorporando importantes características inovadoras. De forma

⁸⁵ Para Veiga (2007, p. 285) a LDB envolveu protagonistas de diferentes filiações político-ideológicas, desde representantes da ABE até políticos de direita e membros da igreja e isso, para Fazenda (1988) culminou numa defasagem entre o sistema educacional, o econômico, o político e o social. A LDB levou 13 anos para ser aprovada, por contradições no Congresso Nacional na sua tramitação. Em 1948 foi encaminhado à Câmara Federal o primeiro projeto, ainda incipiente, sem normas e procedimentos, apenas com as bases, não se levou adiante. Somente 9 anos depois começou a ser discutida, com alterações nos textos e propostas mais completa, sendo aprovada em 1961 (SAVIANI, 2001).

⁸⁶ No Brasil a realidade escolar na década de 1960: quem frequentava a escola era em sua maioria a classe média e alta. Poucos concluíam o ginásio e quem o fazia, conseguia empregos de melhor remuneração. Os mais pobres mal concluíam o primário.

geral, não só a educação básica, mas principalmente a universidade se mantinha incapaz de responder pela profissionalização de um número ampliado de candidatos ao mercado que não absorvia a demanda existente e não respondia com a variedade de cursos e programas adequados à divisão social do trabalho. Em meados da década de 1960 os debates e reivindicações em torno das questões universitárias deixaram o âmbito acadêmico para atingir a opinião pública (FÁVERO, 1977).

O movimento em favor da reforma universitária teve na União Nacional dos Estudantes - UNE, um grande incentivador. A instituição realizou seminários estudantis para discutir a universidade em sua missão cultural, profissional e social e propor caminhos para sua reformulação⁸⁷. O período inicial do regime civil militar, abortou esse processo ao decretar a ilegalidade da UNE e promover uma reforma educacional em bases autoritárias⁸⁸, buscando adequar o sistema educacional e universitário aos modelos de desenvolvimento econômico capitaneado pelos Estados Unidos.

Na segunda metade da década de 1960 o número de aprovados para ingresso nos cursos superiores era maior do que a oferta de vagas. O resultado foi a contestação do sistema educacional com manifestação estudantil, nos grandes centros. Os estudantes reivindicavam basicamente autonomia universitária, além da abolição da cátedra vitalícia, melhoria da formação dos professores, ampliação do número de vagas nas escolas públicas, atualização dos currículos e instalações adequadas, visto que as escolas superiores estavam superlotadas, com falta de recursos e qualidade no trabalho. Essa defasagem teve seu ponto alto no acúmulo dos “excedentes”, candidatos ao ensino superior que, apesar de aprovados nos exames vestibulares, não ingressavam nas faculdades por falta de vagas. O

⁸⁷ Foram eles: Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária (Salvador, 20 a 27 de maio de 1961); Primeiro Encontro da Região Sul (Porto Alegre, junho de 1961), Segundo Seminário Nacional da Reforma Universitária (Curitiba, março de 1962) e Terceiro Seminário Nacional da Reforma Universitária (Belo Horizonte, 1963).

⁸⁸ Que será descrito a seguir, mas basicamente com contenção de gastos, salário educação, expansão da rede escolar, eliminação de disciplinas desnecessárias (grego e latim); diminuição de dez para oito anos o tempo do ensino fundamental, pois era necessário que um grupo maior de pessoas tivesse acesso a esta qualificação de forma a maximizar a formação de técnicos. Iniciava o processo de universalização da educação.

crescimento das listas de excedentes, somado aos protestos contra a ditadura, inaugura uma fase de efervescência política (VEIGA, 2007, p. 309).

O governo teve que adotar uma série de medidas a curto⁸⁹ e a longo prazo para conter e absorver a crise. No final de 1968 o governo criou uma comissão especial de estudo para emitir parecer sobre reivindicações, planejar e propor medidas que possibilitem melhor a aplicação das diretrizes governamentais e supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes. O que se queria era corrigir o descompasso entre a composição da oferta e demanda de vagas, corrigir distorções do ensino médio/técnico e maior produtividade e eficiência do sistema escolar (ROMANELLI, 1988). Toda essa análise foi tecnicamente apresentada em relatório que, a partir dos “pontos críticos”⁹⁰ do sistema educacional, propuseram as mudanças consideradas necessárias, como o ajuste da formação do ensino superior às realidades do país, atendendo a uma demanda cada vez maior, adaptando cursos e currículos às imposições do desenvolvimento nacional; cobrança de anuidades do ensino superior; redução do currículo e a criação de carreiras de curta duração; criação de cursos de pós-graduação; eliminação de espaços e professores ociosos; fiscalização mais rígida às verbas públicas.

Coincidentemente, o MB passava por um processo muito semelhante e no mesmo período ocorria a composição de comissão especial e estudo para conter a crise, que no caso era a evasão e a reformulação, solicitada por suas participantes, como necessária à instituição, processo apresentado no relatório, que será analisado no próximo capítulo.

Em 1967 um decreto lei, dando continuidade à reestruturação do ensino superior, determinou que cada unidade universitária fosse estruturada em unidades menores que reunissem disciplinas afins. Foram mantidos os antigos diretórios acadêmicos – DAs para cada unidade e o diretório central de estudantes – DCE para cada universidade, com isso, eliminou-se a coordenação nacional do movimento

⁸⁹ Uma das contenções para as universidades e escolas foi o AI-5, proibindo atividades políticas de estudantes, funcionários e professores de qualquer nível de ensino (VEIGA, 2007, p. 311).

⁹⁰ A inadequabilidade estrutural do MEC; crise de autoridade do sistema educacional; LDB com atribuições muito amplas ao Conselho Federal da Educação, sem que este tivesse condições para arcar com todas elas; duplicidade de influências ideológicas ora da mentalidade empresarial, ora da estrutura de poder das Forças Armadas, mas ao menos ambas se completam (ROMANELLI, 1989, p.222).

estudantil, que havia alcançado uma força política considerável. A UNE passou a existir na clandestinidade, pois segundo a lei: “é vetada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (ROMANELLI, 1988, p. 217-218).

A reforma universitária de 1968 deu-se com base em alguns convênios entre o MEC e a USAID (*United States Agency for International Development*)⁹¹. Tais convênios previam assistência financeira e assessoria técnica a órgãos e instituições educacionais brasileiras (VEIGA, 2007, p. 310). A ação para solução implicava na doutrinação e treinamento de órgãos e pessoas intermediárias brasileiras, na atuação direta sobre as instituições escolares, na modernização dos meios de comunicação de massas e reforço do ensino superior, com vista ao desenvolvimento nacional (ROMANELLI, 1988).

O regime ditatorial estabeleceu a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), conseguindo organizar uma estrutura universitária com a predominância da integração de cursos; composição curricular; centralização da coordenação administrativa, didática e de pesquisa; cursos de vários níveis e de duração diferente; incentivo formal à pesquisa; extinção da cátedra. Tendo a ajuda financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE, criado em 1968, com a finalidade de captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa.

No período, a revista *Bandeirantes* começava a publicar críticas mais contundentes à educação. Ao se referir ao vestibular, por exemplo, afirmava em alguns textos isolados, existirem abismos entre o curso primário e o médio e entre o médio e o superior, instigando os estudantes e professores a reivindicarem (BANDEIRANTES, 1966/1967, p. 92). Estes textos, se distinguiam pela forma mais agressiva, se comparadas às opiniões sobre o regime militar, escritas anteriormente:

⁹¹ Os técnicos da USAID, como meta do Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso, fizeram acordo para o aperfeiçoamento do ensino primário, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e com o aumento da sua produtividade. Posteriormente houve um segundo acordo para “melhoria” do ensino médio, com a finalidade de treinar operários para a indústria e de outros cursos pelo rádio e televisão. Outros acordos influenciaram reformulações que serão descritas a seguir e atingiram também o controle de publicação e divulgação de livros didáticos, além de todo o sistema de ensino vigente na época (FAZENDA, 1988).

As reivindicações estudantis que tem como base a reforma educacional condicionam a tomada de posição do governo em relação à política educacional. Afinal para que se educa no Brasil? Para a democracia, responderão. Mas democracia implica no exercício da liberdade, na igualdade de oportunidades, no conhecimento e exercício de direitos e deveres, na real consecução dos direitos do homem e nos direitos da criança. E isso se faz no Brasil? A educação está correspondendo às expectativas? Respondendo nós (bandeirantes), estudantes e educadores: não (BANDEIRANTES, 1966/1967, p. 92).

Para completar:

A escola no Brasil é seletiva e qualitativa, não respeita as diferenças individuais e marginaliza aqueles que por influência sócio-econômico-cultural apresentam baixo rendimento escolar. [...]. Se o ensino no Brasil apresentasse um planejamento baseado na realidade social do país e estivesse ligado à economia nacional como fator decisivo, haveria uma unidade, uma progressão, entre os vários níveis. Desse valor o curso de admissão e o vestibular não teriam razão de ser pois esses cursos representam apenas treinamento e não educação, sendo também uma barreira para quem não dispõe de recursos financeiros. A educação no Brasil precisa ser revista e sua renovação deve partir de sua própria filosofia que visa a formação integral do Homem para a ação. Na posição de educadores não podemos tomar uma atitude passiva diante dessa realidade. Cada uma de nós deve tomar então consciência e uma posição e atitudes definidas (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 18).

Possivelmente este texto foi escrito por pessoas ligadas à educação, já que não se manifesta exclusivamente em nome do Bandeirantismo – como movimento educativo, e sim como alguém atuante no meio educacional mais amplo. Foi assinado pela Equipe Nacional do Ramo B2. Entretanto, ao ser publicado pelo órgão de difusão do Movimento, podemos inferir que pelo menos uma parcela de seus diretores e, talvez, de seus participantes, concordasse com essas críticas e apontamentos.

2.4 ASPECTOS DA COEDUCAÇÃO E O PAPEL (IDEAL) DA MULHER BANDEIRANTE

Este subcapítulo visa analisar a coeducação num contexto nacional que, assim como no MB, não ocorreu de forma linear. As experiências com o ensino misto no Brasil são variáveis em modos e tempos. Não se constituíram de uma única vez ou se caracterizaram por um percurso linear. O que une estas experiências, inicialmente, é o fato de que principiam em cursos de formação de professores, para só

posteriormente atingirem a escolarização primária. A educação mista aparece, muito mais associada às reivindicações feministas, pois quem frequentava a escola eram principalmente os homens das classes mais abastadas e a lei já previa a coeducação, ainda no início do século XX, mas não era cumprida (MELO, 2005).

Os ambientes escolares eram regidos por preceitos morais que determinavam a existência de professores para as classes de meninos e posteriormente professoras para as classes de meninas⁹². Assim a mulher foi adentrando a escola, onde sua participação era até então restringida, com a justificativa de que era preciso educar a menina, futura esposa e mãe. Além desta justificativa, Guacira Lopes Louro (2009) apresenta um retrospecto desta inserção da mulher na escola como tendo “ocupado” o espaço deixado pelos homens que foram trabalhar nas indústrias devido à intensa urbanização. Era necessário então, educar a mulher também, a fim dela capacitar-se para atuar no lar e na escola. No Brasil, assim como em outros países, o magistério foi se tornando aos poucos “trabalho de mulher”, era a “feminização do magistério” incidindo um ideário de que a mulher, com sua característica maternal, poderia lidar melhor com os alunos, pois era de certa forma “a extensão da maternidade” (LOURO, 2009, p 450). Em 1948, as mulheres passaram a auxiliar o Escotismo como chefes apenas de lobos⁹³, os demais grupos continuaram sendo chefiados por homens (SANTOS; FELDENS, 2013).

A reforma educacional no período Vargas também não avançou para a questão da coeducação, visto que a sociedade estava extremamente marcada pelos preceitos morais difundidos pela Igreja Católica. A escola mista foi se formando aos poucos, tendo como culminância os anos 1970, quando, segundo Céli Pinto (2010), aconteceram as primeiras manifestações feministas contemporâneas, mesmo sob vigilância do regime militar. As mudanças culturais no mundo possivelmente ajudaram a produzir posicionamentos críticos, iniciados nos anos 1960, com os movimentos de igualdade étnica, social e de gênero. A coeducação no MB, foi a principal e mais discutida mudança entre os membros, antes de ser aprovada em Conselho Nacional,

⁹² Às meninas cabia apenas ler, escrever, contar, e aprender como atuar em seus futuros lares (SANTOS; FELDENS, 2013, p. 419).

⁹³ Crianças de 7 a 12 anos.

justificada por atender a necessidade do país. Os motivos que levaram esta aprovação serão tratados no próximo capítulo.

Aldenise Santos e Dinamara Feldens (2013) fazem um contraponto entre a coeducação escolar e a coeducação no Movimento Escoteiro, que pode ser equiparado com o Movimento Bandeirante em alguns pontos. As autoras apontam as caracterizações e modelos do ser mulher, professora, chefe, bandeirante, escoteira que foram criados e reproduzidos nestes movimentos, bem como as delimitações dos papéis de esposa e mãe que foram fortalecidas pelos escritos de BP⁹⁴ em que ele descreve a mulher como uma pessoa doce (não masculinizada), companheira e colaboradora do marido, que tem como recompensas seu lar e seus filhos, cuja educação está sob sua responsabilidade. Ou seja, ambos os movimentos enquadraram a mulher em modelos estabelecidos pela sociedade e pela Igreja Católica.

A adoção da coeducação se difere um pouco nos dois movimentos, visto que no ME aconteceu entre os anos de 1979 a 1985, oficialmente de forma gradual, mas com registros, em Porto Alegre, de meninas nas atividades desde 1968. No MB a coeducação já acontecia na década de 1960, tornando-se oficial a partir de 1968. Cabe aqui uma ressalva de que escola mista e coeducação não são sinônimos. Como explica Daniela Auad (2006), escola mista é aquela que tem meninos e meninas juntos em classes denominadas mistas, mas isso não significa que participam juntos das atividades ou que se educam mutuamente, em um ambiente que permita a igualdade de gêneros, o que seria uma condição básica da coeducação. Entretanto, no período estudado, esses termos eram utilizados indistintamente tanto no MB quanto no ME. Em 1981, a UEB realizou o III Seminário Nacional de Programa no qual chegou a definir a coeducação como:

[...] um processo pelo qual meninos e meninas, rapazes e moças vivenciam um plano educacional para um melhor e mais harmônico desenvolvimento da personalidade, favorecendo a educação recíproca de uns pelos outros e levando em consideração as realidades locais e pessoais (SANTOS; FELDENS, 2013, p. 428).

⁹⁴ A recompensa da mulher e Mulheres masculinizadas ou companheiras (SANTOS; FELDENS, 2013).

Esclarecimentos de conceitos à parte, a intenção dos movimentos, acredita-se, era o incentivo à coeducação, assim como foi usada esta palavra. Algumas vezes foi usado movimento misto, entretanto por não haver ainda distinções mais claras naquele período, e sim formas diferentes de explicar a mesma coisa, como em Ata do Conselho Nacional, em 1973, a qual descreve como o procedimento estava sendo a implantado nos grupos:

Em 1972 constatou-se que a coeducação, uma das metas previstas na reformulação da FBB, não havia sido devidamente planejada. Foi sentida a necessidade de uma supervisão, em nível nacional, da educação mista nos grupos que realizavam a experiência sem uma preparação adequada (ACN, 1973).

A ideia de BP de que os movimentos fossem se modificando conforme as mudanças da realidade, prevalecia (SANTOS; FELDENS, 2013). Isso se fez presente ao menos quanto a aceitação de ambos os sexos em ambos movimentos, não cabendo aqui avaliar o alcance e a extensão em que isso ocorreu.

Acompanhando as mudanças no contexto sócio cultural dos anos 1960 observa-se que o MB – que se caracterizava por ser um movimento conservador e estruturado a partir de papéis de gênero bastante definidos – se viu confrontado por todas essas mudanças, embates e contradições do país e do mundo, percebendo que haveria necessidade de modernização e, durante a década, foi aos poucos divulgado a ideia de coeducação, incentivo às atividades mistas e uma possível reestruturação. No próximo capítulo buscou-se analisar os principais aspectos desse processo do movimento ao final da década de 1960 em meio a todas essas transformações do período.

CAPÍTULO III - O PROJETO DE REFORMULAÇÃO DO MOVIMENTO BANDEIRANTE EM MEIO ÀS TENSÕES E CONTRADIÇÕES DOS ANOS 1960

Este capítulo apresenta, como embasamento empírico, o relatório de reformulação do MB para o período de 1967-1974. O tratamento desse documento se organizará da seguinte forma: inicialmente realiza-se uma descrição física e de conteúdo, bem como sobre seu processo de elaboração e destinação; posteriormente apresenta-se os resultados formulados pela equipe técnica e pela equipe de coordenadores, que atuaram na confecção do relatório (sua preocupação com as mudanças na sociedade do período e justificativas nas áreas de conhecimento contempladas/previstas); a seguir trata-se das repercussões e avaliações pelas quais passaram o documento, procurando demonstrar a importância que esse processo teve para a FBB naquele período. Procurou-se, ainda, cotejar o relatório com outros documentos, como os textos da revista *Bandeirantes* e as atas dos Conselhos Nacionais, das décadas de 1960 e 1970.

Antes de apresentar a revista *Bandeirantes*, considera-se oportuno mencionar que, segundo Tania Regina de Lucca (2010), em grande parte das revistas predominavam conteúdos diversificados (crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda, regras de etiqueta, notas policiais, etc.). “Pode-se supor que tal uso cumpria função estratégica: diante do relativamente míngua público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados [...]” (LUCCA, 2010, p. 121). Essa estratégia não difere muito da que foi utilizada na revista *Bandeirantes*. Seu público alvo eram as chefes de todo o Brasil que recebiam gratuitamente a revista, desde que estivessem em dia com as mensalidades, mas obviamente não se restringia apenas a elas. Os outros membros da federação teriam que pagar sua assinatura.

Trata-se de um periódico, criado em maio de 1927, publicado por algumas chefes como jornalzinho da Companhia Sagrado Coração de Jesus. Até 1931, foi impressa em papel *couchê*, em formato tabloide. Em 1932, passou a ter o formato de revista, medindo 20x15 cm, com a capa de papel duro. Em 1931 passou a ter o nome *Bandeirantes* e a FBB assumiu o encargo de sua publicação. Em 1979 voltou a ter o

formato original, tabloide. As edições eram compostas por equipes editoriais que, passados alguns anos (2 a 3 anos), eram substituídas. Apenas os colaboradores que tinham colunas fixas permaneciam ao longo de muitos anos. As publicações eram bimestrais e a revista circulou por mais de 60 anos (BANDEIRANTES, 1984). Não se encontrou, no entanto, a data ou os motivos de sua extinção.

Algumas revistas não referem ao mês ou uma numeração de edição. Alguns anos foram publicados juntos, ou não respeitando o ano, exemplo: revista 1 - 1968/1969. Nem todas as revistas tem a numeração do exemplar (1 a 6, pois são 6 por ano, uma revista a cada 2 meses) e o que as diferencia é a cor ou algum detalhe da capa, pois a imagem é a mesma. A forma que se estabeleceu para saber o período para a citação, é pelo número da página, pois o primeiro exemplar do ano a paginação é do 1 a número total de páginas e as revistas 2, 3, 4, 5 e 6 seguem a sequência da paginação até mais ou menos a página 140 na revista 6.

Figura 8 - Capas de revistas “Bandeirantes”



Fonte: Revistas Bandeirantes de 1941, 1965, 1972⁹⁵.

Os textos publicados eram escolhidos pela equipe editorial vigente. Algumas vezes se percebe diferentes opiniões sobre um mesmo assunto. Em torno de 35% do

⁹⁵ As imagens serão utilizadas nesse trabalho com finalidade ilustrativa. Não se pretende utilizá-las em seu caráter documental, pois o aprofundamento da análise metodológica necessária fugiria ao alcance dessa investigação.

conteúdo da revista *Bandeirantes* era voltada à religião Católica, informando sobre acontecimentos do período, como por exemplo, o Concílio Vaticano II em 1965, ou contendo recomendações e opiniões de assessores eclesiais que tinham estreita relação com o MB, normalmente em temas sobre política, questões sociais, moral e os bons costumes.

Os relatórios se constituem num conjunto de 637 páginas, tamanho A4, amareladas, datilografadas somente de um lado e encadernado com capa dura, azul marinho, com o título *Projeto de Reestruturação da Federação das Bandeirantes do Brasil - 1968-1974*, em dourado e na lateral. É dividido em duas partes principais: a primeira (250 páginas) trata da pesquisa diagnóstica (problemas, justificativa, contextualizações, organização, categorias, sugestões), com sete capítulos. Em cada capítulo as páginas são numeradas de forma individualizada, ou seja, a paginação reinicia a cada capítulo, como se fossem unidades independentes. Essa parte é assinada por Wilson F. Hargreaves⁹⁶, como responsável pela equipe técnica.

Os estados receberam este material como informativo, ou seja, sem o poder de modificá-lo. A segunda parte (387 páginas) é o Documento Básico 1 – DB1, feito a partir da reformulação, somente sobre o método bandeirante descrito detalhadamente e como aplicá-lo nos ramos. Espécie de manual de consulta para o coordenador. Sua autoria foi assumida por uma equipe de vários segmentos do MB. Nem todas as páginas apresentam numeração, o que dificultou um pouco a pesquisa. Ao final constam as adaptações do DB1, pois foi aplicado e reavaliado durante a década de 1970. Os estados também receberam este material, um capítulo por vez, para estudo com os Conselhos Estaduais, para possíveis alterações que seriam sugeridas durante os Conselhos Nacionais vigentes. O DB1 manteve-se em fase experimental, durante a década de 1970, e foi adotado oficialmente nas décadas de 1980 e 1990. O relatório completo se encontra na biblioteca da FBB, no Rio de Janeiro, para consulta local.

O capítulo I – *Introdução*, mostra uma visão geral do relatório, com as justificativas, os problemas, a parte processual, o cronograma, e algumas conclusões. O capítulo II – *Bandeirantismo e educação*, é o estudo sobre as condições e exigências para o funcionamento como Movimento Educativo. Apresenta a revisão

⁹⁶ Em 1968, Wilson Ferreira Hargreaves era coordenador nacional do Movimento de Educação de Base, ligado à Igreja Católica.

dos objetivos e os resultados das pesquisas na área (central) da educação, se articulando com civismo, política, recreação, sexualidade, etc. Este capítulo será melhor analisado a seguir. O capítulo III – *Organização e funcionamento do Bandeirantismo no Brasil*, é o mais longo, com 149 páginas. Contém a explicação da estrutura, dos cargos, das diretrizes, dos documentos, dos departamentos, do funcionamento da sede, da formação e da possibilidade de remuneração das chefes, cada um destes itens com avaliação dos pontos críticos e sugestões. Observa-se que as alterações mais significativas se referem às nomenclaturas, à fusão de cargos em âmbito nacional e à divisão de um ramo em dois. O Capítulo IV – *Outros aspectos*, é dedicado ao “Bandeirantismo e religião” e às vantagens dessa religiosidade tão presente nas práticas. Trata ainda da comunicação interna, da participação dos jovens no MB. O Capítulo V - *Sugestões de Implantação*, teoriza sobre as mudanças e suas consequências; na sequência, aparecem a listagem da Bibliografia utilizada e os Anexos que, infelizmente, não se encontram no documento, apenas constam no sumário.

A segunda parte do relatório, o DB1, foi escrito em 1969, não está exatamente organizada em capítulos e sim em “títulos”, já que alguns assuntos parecem ser independentes dos demais. Nos *subsídios educacionais para a reformulação*, Therezinha Fram⁹⁷ contextualiza a crise na educação, no sistema social, a globalização e como o Bandeirantismo se encontra nesta situação, defendendo que o Movimento precisava ser flexível, sem perder os valores que o fundamentavam. Constam também no DB1 as linhas gerais da *ação educativa e sugestões de programas de ação*, a *fundamentação teórica* de cada um dos itens do método (vida em equipe, progressão, compromisso, natureza). O documento apresenta ainda a justificativa ou fundamentação teórica com uma introdução contextualizadora em cada item distinto. Sempre com argumentação para embasar as mudanças previstas, justificando sua efetiva necessidade. Os textos dialogam também com as mudanças na sociedade e as mudanças percebidas no MB. Algumas ideias são recorrentes como a questão educativa do método, o próprio método bandeirante, a importância da religiosidade e a coeducação ligada à sexualidade. As citações não remetem a

⁹⁷ Membro da Patrulha Nacional de estudos, principal responsável do DB1. Professora e pesquisadora em educação.

autores, também não são realizadas indicações ou referências ao longo dos textos. Mas, ao final de cada tópico, aparece uma lista dos autores e livros utilizados.

Os últimos tópicos são destinados aos ramos. O texto é organizado quase como um guia prático, com características físicas e psicológicas, contendo ainda a parte técnica das nomenclaturas, simbologias, progressões e atividades práticas para a coordenadora aplicar aos grupos. O documento apresenta também o planejamento destas atividades, contemplando os objetivos educacionais. Em anexo estão os modelos de fichas de inscrição, de saúde, de avaliação, de progressão, dentre outros. Algumas informações sobre o processo de elaboração e aplicação do relatório serão confirmadas com as atas dos Conselhos Nacionais, que narram as discussões e decisões tomadas por seus membros votantes representativos.

Fazendo contraponto, serão analisados alguns textos da revista *Bandeirantes*, com o objetivo de analisar possíveis concordâncias e discordâncias em relação ao relatório.

3.1 OS ARGUMENTOS QUE EMBASARAM O PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO MB ENTRE 1967 E 1968

Neste subcapítulo buscou-se relacionar as mudanças socioculturais, observadas na década de 1960, com os argumentos que embasaram o projeto de reestruturação do MB entre 1967 e 1968. Também se apresentou brevemente as discussões iniciais constantes no documento que se referem ao período da elaboração e entrega do relatório de reformulação. A escolha para análise da primeira parte do relatório (os sete capítulos descritos acima) ocorreu em função de ser este o material orientador da reformulação. O DB1 será menos analisado, por tratar-se de um material técnico de Bandeirantismo, sobre práticas em função das orientações do relatório.

O contexto da década de 1960, como referido, foi de grandes mudanças em diferentes áreas e de manifestações por igualdade de direitos, em ritmo não uniforme, que exigiram “que os coordenadores adaptassem o método às suas condições locais, mas que reafirmassem sua unidade em torno dos valores e objetivos fundamentais” (PRI, 1968, p. 132). O Brasil vivia a ditadura civil militar, com embates e protestos

políticos de jovens que se articulavam. Aqueles jovens, em sua maioria meninas e moças, que começavam a ser influenciados pela *contracultura*, também faziam parte do MB.

A FBB, na década de 1960, também precisou buscar novas formas de atender aos anseios desses jovens, novas soluções, novos padrões de organização e reflexões sobre comportamentos. Tais demandas apareceram em alguns textos da revista *Bandeirantes*: “o Bandeirantismo deve ser dirigido, vivido e planejado por jovens, jamais deve atender ao adulto” (BANDEIRANTES, 1966/1967, p. 127), instigando alguns deles a escreverem sobre suas angústias⁹⁸. Ou ainda: “que o Bandeirantismo precisa adequar seu método educativo às novas exigências da infância e da juventude” (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 25). Por outro lado, o mesmo periódico oferece exemplos de opiniões dissonantes, por exemplo, o texto de um assessor eclesiástico, vai no sentido contrário, minimizando a crise ou apontando para problemáticas distintas:

[...] fala-se muito de crise de juventude no mundo moderno. Vejo nessa crise a evolução natural que sempre houve e sempre haverá [...], mas a maior aberração está na nossa civilização cristã que nos oferece o Cristo sem a cruz e no comunismo que nos oferece a cruz sem o Cristo” (BANDEIRANTES, 1967/1968, p. 49).

O Movimento passava por um período de expansão de núcleos e de evasão de bandeirantes, simultaneamente (BANDEIRANTES, 1984). Em meados da década de 1960, o MB começava a se preocupar e pensar nas prováveis causas e possíveis soluções para a evasão. Dentre elas, poderiam ser listadas: a mudança de comportamento da juventude, as transformações educacionais e a crescente revolta contra o governo repressor, num mundo dividido pela guerra fria e pela proliferação dos meios de comunicação, criando novas perspectivas comportamentais e de integração dos povos. Mesmo com oscilações, em seu período de máxima expansão, o MB atingiu 20 mil membros no início dos anos 1960, contudo nos anos que se seguiram começaram os decréscimos que perduram por mais de 40 anos. A evasão

⁹⁸ Em um dos números é publicado o desabafo de uma jovem guia de 16 anos, que usou as iniciais D. V., ao escrever uma carta à FBB à procura de orientação sobre seu futuro e menciona que tem encontrado segurança apenas na religião (BANDEIRANTES, 1963, p. 82).

foi inicialmente discutida no Conselho Nacional – CN, em 1964. Na ata consta que a bandeirante chefe, Ana Maria Góes Calmon, apresentou um plano quinquenal de expansão, visando a atingir vinte e cinco mil meninas, para isso recomendou que as Regiões assumissem a sua responsabilidade, sendo conscientes de sua autonomia no âmbito regional.

Ao serem discutidos estes assuntos, os membros presentes no CN concluíram que não havia propriamente desinteresse das moças pelo Bandeirantismo, mas sim excesso de solicitações da vida social e talvez pouco preparo do elemento adulto para transmitir o valor educativo do método. Recomendou-se a abertura e incentivo a programas sobre problemas atuais e melhor entrosamento com outros movimentos de juventude, inclusive com rapazes (ACN, 1964, p. 03).

Novamente, em 1965, no CN, foi analisada a dependência das regiões em relação à coordenação nacional, sugerindo-se um plano de descentralização do Movimento, dando maior autonomia e responsabilidade às regiões e distritos, algo que foi solicitado pelas próprias regiões. A bandeirante chefe, Ana Maria Góes Calmon, destacou que em suas viagens de monitoramento “é bastante visível a falta de conhecimento das nossas chefes sobre o Bandeirantismo como movimento de educação: chefes mal preparadas, sem saber empregar o método em seu trabalho” (ACN, 1965). A falta de preparo das chefes também foi tomada como uma possível explicação para a redução das adesões e considerada motivadora da necessidade de uma reorganização geral.

Além dos registros nas atas, começam a aparecer indícios, na revista *Bandeirantes*, de que algumas chefes consideravam a formação de chefia deficitária. Em 1962, utilizando-se de pseudônimo, uma chefe reclamava das provas das etapas:

[...] Bandeirantismo não tem como finalidade preparar as meninas para serem boas mães, boas esposas e boas cidadãs? Onde entra o Morse nisso? [...] o programa precisa ser revisto [...] muitas chefes nem o leem, é por isso que muitas companhias diminuem ou fecham. Esquecem de ler? Nada disso, simplesmente não há como ler, a verdade é essa. Todas as chefes fazem seu curso por correspondência. Não existe material em português [...] então, o que fazer? Mudar todo o programa? Talvez [...], mas antes de mais nada é preciso uma campanha de esclarecimento às chefes (BANDEIRANTES, 1962, p. 140).

O MB não só utilizou o modelo de mulher vigente, com base em um discurso naturalizado, como também permitiu que esta matéria fosse publicada mesmo que num tom um tanto agressivo, possivelmente para fomentar a questão de uma reformulação. O texto da revista aponta também para outra questão recorrente nas atas dos Conselhos: a falta de formação ou capacitações específicas às chefes, mesmo sendo previstos treinamentos, como planos de ações da Diretoria Nacional. Em 1963 outro alerta para o mais grave e eterno de todos os problemas no MB: a evasão, desta vez sendo escrito por uma chefe representante estadual:

A hora é de inquietação [...] ignoramos os grandes problemas do momento? O Bandeirantismo estará ele superado? [...] iremos perder os jovens se não mudarmos? Estamos numa encruzilhada? [...] os jovens de hoje preferirão ingressar em outras entidades ou terão possibilidades de encontrar no Bandeirantismo o que desejam? [...] o Bandeirantismo tem tudo para interessá-lo [...], contudo o problema existe: muitas moças que poderiam ser chefes vão procurar outra atividade (BANDEIRANTES, 1963, p. 49-50).

Estas indagações sem resposta provocaram reações e fomentaram possíveis debates em âmbito nacional. O texto apresenta as chefes como jovens que acabavam se interessando por outras atividades. Mas, além disso, no interior do Movimento começava-se a admitir que outros problemas, como o acúmulo de cargos, a inexperiência de muitas chefes jovens que contavam com pouca formação e dispunham de pouco tempo, acabava por sobrecarregar e tornar muito difícil a permanência no MB (BANDEIRANTES, 1962, p. 38-39).

Mesmo com sugestões, palpites e teorizações, a pergunta “porque decresce o movimento?” (BANDEIRANTES, 1964, p. 135) continuava sem solução. Algumas pistas, que hoje são mais evidentes, apareciam em outras publicações, como

As jovens querem novas experiências e não se comprometer num movimento estruturado, rígido que lhes tolhe a liberdade [...] o que deve prevalecer não é a vontade que nós adultos queremos que a criança faça, e sim o que ela mesma escolher (BANDEIRANTES, 1966/1967, p. 26-31).

Pode-se supor que tal proposta ocorria justamente porque as jovens não eram ouvidas quanto às suas vontades e acatavam o que lhes era imposto. Tal situação

pode ser exemplificada no relato de uma guia⁹⁹, que enviou uma pergunta à revista questionando porque era proibido que seu namorado fosse buscá-la ou levá-la para as reuniões bandeirantes, achando que isto era norma nacional e não somente uma imposição de seu núcleo (BANDEIRANTES, 1965).

Notícias sobre atividades entre bandeirantes e escoteiros ou entre bandeirantes e grupos de jovens começavam a ser publicadas em 1964. Além disso, a revista começava a solicitar para as edições seguintes que os leitores escrevessem suas experiências com grupos mistos (BANDEIRANTES, 1964; 1967/1968). Também passaram a ser publicados textos informativos incentivando o entrosamento com outros movimentos de juventude, inclusive com rapazes, para que as bandeirantes passassem a conhecer “outras opiniões” (BANDEIRANTES, 1964, p. 50). Após a aprovação da coeducação, em 1968, as notícias da revista passaram a informar sobre como realizar atividades mistas, com ideias práticas, como promoção de debates, passeios e acampamentos com outros grupos que tenham meninos.

Em 1966, a existência de alguns grupos mistos isolados foi o primeiro sintoma de que novas necessidades e interesses estavam surgindo. A consciência difusa e a necessidade de mudança precederam o projeto iniciado em 1967. A diminuição do efetivo talvez fosse um dos principais sintomas, ou ao menos o mais concreto, do incômodo constante. Tal situação era resumida no relatado do grupo de diretorias e Patrulha Nacional de estudos na constatação de que o MB que “não atende a necessidade do jovem” ou ainda que

O Bandeirantismo não segue o ritmo das coisas do mundo atual; há o problema de como conservar as que fazem parte do Bandeirantismo e de como trazer as que estão de fora e há necessidade de introduzir coisas novas [...] que torne o Movimento mais atrativo para a juventude (PRI, 1968, Cap. II, p. 07).

Com essa preocupação evidente haviam sido encaminhadas ao Conselho Nacional proposições de se recorrer a técnicos para apontar e solucionar problemas variados (PRI, 1968, Cap. I, p. 03). A partir disso, a direção nacional promoveu estudos

⁹⁹ Bandeirante de 15 a 18 anos.

e pesquisas junto às lideranças do Movimento e contratou¹⁰⁰ uma Equipe de Profissionais em várias áreas específicas (educação, sociologia, psicologia) para diagnosticar as causas da insatisfação interna e buscar, em conjunto, soluções e alternativas de ação da entidade (BANDEIRANTES, 1984). O CN de 1967 foi estruturado então com esse sentido: funcionar como um grupo de estudo representativo para análise objetiva dos problemas da entidade, de forma a possibilitar a adequação desejada (PRI, 1968, Cap. III, p. 01). Durante sua duração, o Conselho foi dividido em diferentes grupos de estudo e discussão, envolvendo especialmente alguns temas polêmicos como sexo, feminismo, moral, cidadania, elitismo, serviço social e preconceito (ACN, 1967). Levando-se em consideração as críticas e sugestões apresentadas, chegou-se ao entendimento de que se teria de ir além desta sondagem inicial. O Conselho Nacional de 1967, assim, balizou algumas discussões futuras:

- a) Qual a perspectiva educativa assumida face às necessidades de participação na escala de decisões e de reflexão sobre a realidade?
- b) O MB possui uma perspectiva social que atenda aos anseios da juventude?
- c) Em que medida os jovens são preparados e se integram em suas comunidades?
- d) O MB prepara a juventude para um mundo de mudança ou para serem agentes de mudança?
- e) Sendo um movimento que visa à formação para a vida, qual a atitude crítica a respeito dessa vida?
- f) Qual a atitude crítica diante dos problemas reais, diários e da mídia?
- g) Como se coloca a função da mulher no mundo moderno? (PRI, 1968).

Estas questões ajudam a compreender o momento vivido pelo MB no Brasil. Era visível a avaliação que faziam sobre seu trabalho e sobre o futuro do MB, no entanto não conseguiam encontrar respostas assertivas ou mesmo as causas dos problemas. Soluções paliativas geraram certa insegurança entre os membros e as causas dos problemas se apresentaram mais profundas, exigindo uma reformulação estrutural. O CN e a comunidade bandeirante, em geral, demonstravam estar de acordo com a pesquisa, argumentando que não poderiam se contentar mais com as suposições. A revista *Bandeirantes* já havia chegado a publicar que o Bandeirantismo

¹⁰⁰ O contrato da equipe técnica teve finalidade de buscar recursos fora da entidade para facilitar o exame e estudo global do problema (Projeto de Reestruturação Institucional, 1968, Cap. III, p. 01).

é um sistema extraescolar de educação feminina e, assim como ele, a educação está em crise e não adiantaria “achar os culpados, mas sim diagnosticar as causas dessa crise” (BANDEIRANTES, 1963, p. 71).

As questões apontadas em 1967 e que deram continuidade à pesquisa, seriam propostas durante o “Treino de Fortaleza” no Ceará, para cerca de 400 coordenadoras de todos os níveis e regiões do Brasil. Além do CN e do treino de coordenação, o diagnóstico inicial para o levantamento de dados deu-se com exame sistemático pelos técnicos das publicações da FBB, documentos, arquivos, questionários, conceitos orientadores¹⁰¹, entrevistas com chefes de diferentes níveis de atuação, material de divulgação, periódicos¹⁰², relatório de atividades, atas, estatuto, manuais, observações e assessorias em treinos de chefia, produzidos desde 1919 até a década de 1960 (PRI, 1968, Cap. I, p. 01-02). Foram também realizadas análises organizacionais, administrativas, de convivência, profissional, de comunicação interna, de controle, avaliação, divulgação, recursos humanos e financeiros (PRI, 1968, Cap. III, p. 02). Ou seja, tratava-se de uma ampla e aprofundada consultoria, entretanto esta não previa a realização da pesquisa com as crianças e jovens participantes do MB ou com o público externo, deixando-se assim de ouvir tanto aqueles que evadiam quanto os que não aderiam.

A partir de 1968, criou-se um plano de renovação que procurou, por meio de uma análise conjuntural, pensar sobre as atualizações necessárias ao Movimento, uma vez que ele ainda mantinha a estrutura e as nomenclaturas originais da década de 1920¹⁰³, com poucas adaptações aos materiais da Associação Mundial, demonstrando estar desatualizado e sequer dialogar com outros movimentos sociais. Decorridos quase 50 anos da fundação do Movimento no país e após importantes e variadas transformações na sociedade nacional, foi realizado o primeiro movimento de reformulação na FBB que se tem conhecimento.

¹⁰¹ Por exemplo, os já citados: civismo, sexualidade, religião, feminilidade, educação (Projeto de Reestruturação Institucional, 1968, p. 226).

¹⁰² Revista Bandeirantes, dos últimos 5 anos.

¹⁰³ Houveram mudanças de estruturas e nomenclatura do MB, acompanhando a adequação de uma proposta educativa e dissociar do Movimento Escoteiro, que mantém esta nomenclatura até hoje (FBB, 2008, p. 73).

O chamado Projeto de Reestruturação foi antecedido por um trabalho de pesquisa realizado por uma equipe técnica interdisciplinar e com membros da FBB, que apresentaram um diagnóstico sobre a instituição. A ideia de procurar pesquisadores estranhos ao MB justificou-se, na época, porque estes apresentariam um distanciamento crítico, facilitando o reconhecimento dos “pontos de estrangulamento” e das dificuldades pelas quais a instituição passava (PRI, 1968, Cap. I, p. 02; ACN, 1968).

Ficou acordado um compromisso entre FBB e Equipe Técnica para trabalhos relativos à reestruturação do Bandeirantismo. Esta equipe era assim composta: Wilson Ferreira Hargreaves, Aldayr Brasil Barthy, Maria Aparecida Siqueira, José Inácio Parente, Noemi Hargreaves e Elizabeth Hermano¹⁰⁴. Perante contrato, esse grupo se comprometia a:

- Elaborar um estudo crítico da documentação existente a respeito da estrutura e funcionamento do Bandeirantismo no Brasil;
- Elaborar um plano para a ação educativa do Bandeirantismo;
- Estabelecer sugestões de programas de ação dentro das linhas propostas;
- Realizar o planejamento e a coordenação técnica do CN para exame da reestruturação;
- Apresentar ao CN o trabalho desenvolvido e o planejamento da reformulação.

Estas atividades eram complementares às etapas de diagnóstico e resultados previstos no projeto de reestruturação.

A Diretoria Nacional da FBB apresentou, na introdução do relatório, a seguinte justificativa para sua realização: “O que se propõe neste trabalho não se resume a um projeto, ou em medidas propostas, mas num processo contínuo e permanente de vontades, ações, intenções e esforço consciente de mudança e aperfeiçoamento da ação educativa” (PRI, 1968, Cap. I, p. 02).

No Projeto de Reestruturação Institucional (1968, Cap. IV), dentre os problemas apontados estavam:

¹⁰⁴ Não foi encontrado quem seriam estas pessoas ou o nome e a respectiva área de atuação. Apenas os nomes e as áreas foram citados, sem respectiva correlação.

- a) O efetivo (reduzido) não atingia as diferentes parcelas da população de forma regular;
- b) Objetivos que se apresentam demasiado vagos e amplos, podendo ser passíveis de
- c) Interpretações equivocadas; ou objetivos não operacionais, sendo “seguros” ao grupo sem oferecer desafios;
- d) Respostas superficiais da chefia e diretoria sobre alguns temas;
- e) A forma anacrônica como os documentos se referiam a questões como “cidadania” e “moral” e o modelo de “mãe e esposa”. O que seria ser uma boa esposa e boa mãe?
- f) A forma retrógrada de aplicação da metodologia, sem adequação entre as atividades e a situação brasileira de período;
- g) Incoerência entre o trabalho realizado e o preconizado nos documentos;
- h) As atividades mais voltadas ao lazer do que à formação comprometida;
- i) Problemas na comunicação interna: 52,3% consideraram deficiente e 13% muito deficiente, desde o nacional à patrulha e entre os motivos poderia estar no mau funcionamento das relações de autoridade e hierarquia (PRI, 1968, Cap. IV. p. 8-11);
- j) Dificuldade em se conseguir novas chefes (pelo excesso de tempo exigido, o não recrutamento do ramo guia, a falta formação continuada, etc.);
- k) Distanciamento entre bandeirantes e comunidade, sem levar em conta os problemas reais;
- l) O excessivo comprometimento com o catolicismo, causando problemas com outras religiões;
- m) Ser um grupo considerado fechado;
- n) Evasão no ramo guia: por namoro, estudo, trabalho, atividades sociais, grandes exigências pelo MB, necessidade de contato com rapazes.

Ao discutirem os diversos problemas e áreas a serem trabalhadas, os técnicos faziam um contraponto com citações de teóricos, como o sociólogo James D. Thompson e o psicólogo William J. McEwen, sobre a importância de se formular objetivos; o sociólogo Florestan Fernandes, sobre as relações entre sociologia e educação; os psicólogos Dorwin Cartwright e Alvin Zander, sobre comportamento humano em grupo; o pedagogo Lauro Oliveira Lima, sobre os conflitos entre o lar e a escola; o pediatra Donald W. Winnicott, sobre sexualidade; dentre outros. No próximo tópico apresentou-se a repercussão de algumas dessas discussões.

3.2 TENSÕES E CONTRADIÇÕES DO MB E AS LIMITAÇÕES À SUA INOVAÇÃO

Este subcapítulo dará continuidade à análise do processo de reformulação e seus desfechos, apresentando as tensões e contradições vividas pelo MB na época,

bem como seus limitadores quanto à inovação pelos discursos de gênero, feminismo e conservadorismo.

Com base nos resultados apresentados, a equipe técnica traçou algumas mudanças para tentar sanar os problemas apontados. Tais mudanças implicariam na necessidade de reconfiguração do MB em nível nacional. Os pesquisadores viram o método bandeirante como adequado e educativo, todavia mal aplicado e afirmaram que a reestruturação dependia também de uma alteração política de ação, nos meios de execução, nos mecanismos de previsão e controle. Dentre os objetivos (amplos e genéricos) estavam as providências para a expansão: ampliar os grupos em outros locais, regiões e outras classes; pesquisar sobre a falta de interesse nas novas adesões; aperfeiçoar o recrutamento de novas chefes; examinar o problema da evasão e as aptidões das (os) jovens; rever a metodologia e aplicação (tornando-as mais flexíveis); rever os programas de ramo. O relatório também incentivava a discussão dos conceitos de educação para a vida real, civismo, política, recreação, desenvolvimento, sexualidade, feminilidade, atividades mistas, religião, a mulher na sociedade e os papéis que vem desempenhando (PRI, 1968).

Os elaboradores do relatório sugeriram assim: mudanças nas nomenclaturas; a divisão de um ramo em dois; a redefinição das provas, etapas e atividades de cada ramo; a revisão dos objetivos e da simbologia, para ajustá-los ao contexto social; a redefinição dos cargos e funções. Os formuladores apontaram ainda a possibilidade de atuação técnica remunerada e para a renovação dos sistemas de planejamento; de avaliação e controle; de divulgação e publicações; de organização das finanças; de formação de chefes; e do programa (voltando-o mais para o jovem); defenderam a melhoria da comunicação interna; sugeriram a revisão das hierarquias estimulando a participação de jovens nos conselhos. Caso fossem postas em prática estas sugestões, as mudanças abrangeriam muito mais do que as práticas e atividades, elas demandariam uma transformação estrutural da entidade (PRI, 1968). Segundo a constatação do relatório: “O próprio projeto de reestruturação não pode se limitar a medidas de reorganização, ou modificação de estatutos [...] o êxito desse esforço de mudança depende de uma reorganização também na política de ação e nos meios de execução” (PRI, 1968, Cap. I, p. 03-04).

No CN de 1968, o relatório, ainda em fase de construção, foi examinado com maior rigor e várias das sugestões apresentadas foram objeto de críticas e revisões prévias. Quando transcritas as respostas das questões¹⁰⁵, o item central foi *educação*, que perpassava as áreas do conhecimento, contempladas no programa, definindo-se que, antes de tudo, o MB seria um “Movimento Educativo aos jovens” (PRI, 1968, Cap. I, p. 14). Ocorria que esta definição não necessariamente contemplava “o jovem” em sua formação integral, pois, como mencionado, o programa estava desatualizado, não atendendo suas necessidades e anseios. A educação constitui-se no assunto mais polêmico do relatório, aparecendo em outras páginas do documento na forma de itens. Num deles, destinado à relação entre educação e política pode-se ler que:

[...] uma organização educativa, é política por natureza, pois não está desligada de uma sociedade política e nem deixa de se preocupar com questões que interessam à coletividade e formar cidadãos nos princípios básicos que regem sua convivência (PRI, 1968, Cap. II, p. 35).

Esse trecho sinaliza para a situação vivida pelo país e permite observar que o MB começava a se distanciar do governo instaurado pelo golpe de 1964. Tal posicionamento foi reiterado em um texto, assinado pela Equipe Nacional do Ramo B2, publicado no auge dos protestos estudantis de 1968, no qual a FBB, mesmo enfatizando seu apartidarismo, se posicionava como defensora da democracia:

[...] acreditamos que o manifesto de apoio aos estudantes, publicado pela região da Guanabara e aceito em reunião da Patrulha Nacional de Estudos, tenha esclarecido a linha política da FBB: a democracia. O regime democrático está implícito na própria vivência do método bandeirante, desde que os processos que visam desenvolver e formar valores e atitudes são caracteristicamente democráticos. Nossa posição é política conservando-nos apartidários, não assumindo nenhum compromisso com grupos desta ou daquela tendência. Acreditamos que seja necessária uma reestruturação social que possibilite a vida democrática em toda sua plenitude. Reestruturação essa que atenda melhor a justiça social (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 17).

¹⁰⁵ Perguntas semiestruturadas feitas pelos técnicos responsáveis pelo relatório às chefes, deixando-as livres para darem sua opinião sobre determinados assuntos, como por exemplo: Como se encara, em um movimento educativo que agrupa jovens, a questão da educação sexual? Por que não é desenvolvida? Por que os grupos bandeirantes são exclusivamente femininos? Como se encara a coeducação? (PRI, 1968, p. 226).

Esse posicionamento visava ainda alcançar às coordenações dos núcleos, para que estas passassem a trabalhar novas noções de Bandeirantismo e civismo, tornando-as concepções mais ricas e dinâmicas, praticando o que passou a ser chamado de “educação política”. Segundo o documento, seria “importante ter uma maior presença e marca na sociedade, participando, vivendo, se engajando no processo de desenvolvimento do país” (PRI, 1968, Cap. II, p. 37). A definição de Civismo tornou-se uma preocupação reiterada, aparecendo diversas vezes nos documentos da FBB. Em 1968, por exemplo, foi considerado como “a participação consciente na sociedade para se trabalhar para o bem comum e como a educação para a vida em comunidade”. Já a educação cívica foi definida como “a formação de pessoas atualizadas e alertas, capazes de expressar opiniões independentes e bem fundamentadas sobre todos os aspectos da vida pública [...]” (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 105).

Essas definições afastavam-se daquelas que haviam orientado o MB, ao longo de décadas, nas quais a relação com a comunidade e o “comportamento exemplar” eram vistas como bases do civismo. Entretanto, o fato de que alguns grupos no interior do Movimento estivessem tentando redefinir suas posturas, aproximando-o da democracia e de uma noção mais participativa de civismo, não significa que essas mudanças alcançassem ou fossem aceitas pelo conjunto de suas lideranças ou participantes.

Um indício de que as reformulações não contavam com uma adesão tão significativa pode estar no fato de que, mesmo depois de passadas algumas décadas, ainda se fazia necessário insistir na construção da autoimagem do MB como um movimento flexível e capaz de se adaptar às demandas da sociedade. Como se pode ler no trecho abaixo:

O Bandeirantismo é um movimento, não uma instituição rígida. Por isso mesmo vai se modificando de geração em geração, procurando sintonizar-se com a realidade [...] por estar fundado em valores atemporais, o movimento não perdeu sua atualidade, soube permanecer igual e também adaptar-se a novas necessidades que a passagem do tempo sempre acaba por produzir (GORDINHO, 1992, p. 23).

Outra questão interessante, discutida no período da reformulação, era a definição de liberdade, que começava a aparecer nos discursos da direção do MB e nos textos dos clérigos publicados na revista. A liberdade era então apresentada como o estímulo às coordenadoras ao desenvolvimento autônomo, a não serem tão dependes das equipes de capacitação, a criarem suas próprias atividades e fomentarem o pensamento crítico de suas bandeirantes (PRI, 1968, DB1, p. 133). Mas, esses discursos acabavam por criar uma contradição de difícil resolução: como fomentar a autonomia e a liberdade de ação e pensamento no interior de um movimento regido por normas, regras, códigos, exigências e procedimentos bastante rígidos e naturalizados nas práticas cotidianas?

Para tentar aproximar a ação das coordenadoras do discurso de flexibilidade e tolerância, a direção do MB passou a publicar orientações como essas:

[...] temos de usar um programa adaptado às necessidades das meninas [...] a finalidade do MB é a de educar a menina para desempenhar bem seu papel na sociedade moderna. Aceita todas as jovens de qualquer credo, raça ou condição social, desde que possam cumprir lealmente a promessa e o código (BANDEIRANTES, 1961, p. 34).

A cada edição e/ou Conselho Nacional muito assuntos eram remetidos à equipe da Patrulha Nacional¹⁰⁶ para que esta estudasse possíveis alternativas que tornassem as ações cotidianas do MB mais compatíveis com os novos tempos. No trecho a seguir tem-se um exemplo de discussão relacionada à reformulação da promessa das chefes, pois

Tal como vinha sendo feita, em caráter de voto perpétuo da moça para com a Federação, a torna irreal, pois nenhuma moça pode se comprometer pra sempre a ser chefe, uma vez que pode se casar ou ir servir em outro lugar. Ou a própria FBB pode deixar de ser o que é agora. E nesse caso, o que fazer daquele compromisso? [...] a tendência é adotar um compromisso da chefe com sua companhia, feito diante das meninas e no máximo por dois anos (podendo ser renovado). Está em estudos uma fórmula simples da promessa (BANDEIRANTES, 1966/1967, p. 46).

Para uma parte da Igreja Católica, que começava a aceitar as deliberações do Concílio Vaticano II e até mesmo dialogar com a teologia da libertação, as propostas

¹⁰⁶ Equipe representativa de pessoas técnicas em educação e em bandeirantismo.

de modificação no MB tornavam-se aceitáveis (BANDEIRANTES, 1966; BANDEIRANTES, 1970).

Outro item importante do relatório dizia respeito às relações entre Bandeirantismo e sexualidade e a exposição dos motivos que levaram o MB a se tornar misto, mas primeiramente faz-se necessário algumas considerações sobre como se definia sexualidade e feminismo nos documentos do período. Nas revistas *Bandeirantes* (1961, p. 71), o discurso é característico da sociedade patriarcal, ao dizer que a mulher “evolui” de simples esposa à rainha do lar e por receio à imagem, aconselha a menina a se cuidar mais, com dicas de beleza e conselhos para que a jovem mantenha sua vaidade, para evitar a masculinização. A mulher se restringia a poucos ambientes e em pergunta à revista sobre onde se poderiam encontrar boas moças para os conselhos, a resposta foi “nos meios educacionais, culturais, religiosos e artísticos” (BANDEIRANTES, 1960, p. 47).

Segundo o relatório, o papel do MB para as mulheres, em 1945, era “formar o caráter das jovens para serem boas esposas, boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza moral do Brasil”. Em 1967, sugeria-se a “formação da jovem para desempenhar seu papel de mulher” (PRI, 1968, Cap. II, p.40). Parecia ser, esta última, uma ideia interessante e condizente com os princípios de autonomia da missão, mas não se confirmou nas sugestões de soluções tomadas, já que nas perguntas sobre a questão *educação sexual adequada às exigências de hoje*, aparecem respostas como havendo demonstrações de comportamentos considerados “inadequados” naquele momento. Prontamente foram apontadas soluções, sem projeção de um ideal futuro ou discussão do cerne da questão:

Problemas como a masculinidade das jovens e chefes em grupos exclusivamente femininos por falta de contato com rapazes [...] há problema de apego individual entre meninas, e que teoricamente, seria bom um Movimento misto [...] o Bandeirantismo deve propiciar a convivência mista para possibilitar uma educação sexual natural e como meio de se preparar a jovem a vida em sociedade [...] as bandeirantes são marcadas como modelos de comportamento (PRI, 1968, Cap. II, p. 41-42).

A partir destas respostas, o Conselho Nacional sugeriu:

[...] iniciar contatos com os escoteiros e incentivar atividades com rapazes; incluir educação sexual na formação da chefe; atentar para que haja feminilidade no MB e estudar a possibilidade de coeducação no Bandeirantismo (PRI, 1968, Cap. II, p. 43-44).

O incentivo às atividades mistas tornou-se uma moção, aprovada em Assembleia com 95% dos votos. Seguindo as ideias do Conselho, foram elencadas outras recomendações mais específicas sobre educação sexual, tida como “natural”:

[...] para um bom convívio com rapazes, deve-se evitar desajustadas sexuais [...] as chefes devem estar atentas quando a feminilidade [...] uma verdadeira educação sexual só pode ocorrer em uma comunidade mista que respeite as tarefas próprias de cada período, ao mesmo tempo em que favoreça sua cooperação mútua [...] a escola mista compreendida como uma comunidade heterossexual relacionada com atividades heterossexuais, parece representar a única possibilidade de sair do impasse em que a sociedade coloca seus adolescentes (PRI, 1968, Cap. II, p. 47-48).

Observando-se esse trecho, pode-se interpretar que, partindo de relatos preocupantes das chefes sobre atitudes “pouco femininas” de parte das bandeirantes, percebeu-se a necessidade de não só incentivar as atividades mistas, como também de explicar melhor a importância da conduta da mulher, em ser feminina, em se comportar como seria o esperado para a época, em evitar desajustes sexuais. Caberia ao Movimento a função de orientar melhor suas moças, que eram exemplo de conduta. Evidentemente essa orientação baseava-se na heteronormatividade, único modo considerado adequado, legítimo e normal de sexualidade para os padrões da época.

Mas não bastava ser feminina, era preciso também parecer como tal. Assim, a participação de meninos e rapazes no MB também foi justificada por uma noção de divisão do trabalho quando os grupos estivessem em contato com a natureza. Como se pode ler no trecho que segue, uma das preocupações manifestas no período era de que as bandeirantes fossem estigmatizadas como “masculinizadas”

[...] o fato de ter um grupo exclusivamente feminino e que se encarrega da realização de tarefas diversas, muitas socialmente atribuídas aos homens (uso de ferramentas, montagem de acampamentos, etc.) tem desenvolvido estereótipos a respeito das jovens bandeirantes, que representam diretamente sobre elas. Estão neste caso, os modelos de bandeirantes e chefes masculinizadas” (PRI, 1968, Cap. II, p. 51).

Possivelmente a inclusão de meninos no MB, fez com que as tarefas fossem distribuídas de acordo com o gênero. Os meninos teriam que realizar as atividades como cortar taquara, armar barraca, cortar lenha, carregar material, etc. As meninas voltariam às atividades que restavam, abrindo mão de um espaço anteriormente conquistado. O que aponta para mais uma contradição de difícil solução: uma entidade que quer e precisa modernizar-se, contudo que se encontra mergulhada em estereótipos rígidos e bastante arcaicos de gênero.

Essa versão sobre os motivos do MB ter se tornado misto, que aparece no relatório, não é, todavia, a mesma que pode ser encontrada no livro *Chama Acesa*¹⁰⁷. A versão apresentada na atualidade refere-se ao fato de que a oficialização da entrada de meninos e rapazes no MB, apenas legalizava algo que já estava acontecendo em muitos núcleos e nas escolas. Segundo essa versão, os meninos já vinham participando das atividades, por acompanhar suas irmãs ou por motivos diversos. Conforme o livro:

[...] aprovada a proposta de coeducação e incentivo às atividades mistas, pois já era uma realidade nos estados do Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro. Isto é, o Movimento Bandeirante começava a abrir as suas portas para os meninos e rapazes. Esta mudança se mostrou importante para o MB, pois começava um movimento na sociedade e nas escolas de afirmar a necessidade da educação conjunta (FBB, 2008, p. 73).

Mesmo incertas, parece que as duas justificativas para o MB ter se tornado misto são válidas e se complementam, pois seria inevitável a participação mista nos movimentos já que na escola, a frequência também se tornava mista. O Conselho de 1968 chegou ainda a algumas outras definições de rumos:

- A linha de ação do Bandeirantismo para os jovens deve ser a de engajamento no processo de desenvolvimento do país;
- Deve ser elaborado um plano-piloto por uma Equipe Nacional de Estudos para a formação e aperfeiçoamento das chefes em todos os níveis da organização;
- O plano-piloto deve ser estudado nas regiões e distritos antes de se tornar definitivo (BANDEIRANTES, 1967/1968, p. 01).

¹⁰⁷ Livro mais consultado pelos bandeirantes e coordenadores, por ser o guia atual mais completo e orientador.

Algumas dessas medidas já haviam sido adotadas, mesmo que experimentalmente, como a direção (presidente, vice, secretário, tesoureiro) da FBB passando para o regime de colegiado, que teve como uma das consequências a redução da idade média dos membros, ficando na faixa dos 40-50 anos. A coordenação técnica ficou na faixa dos 20-30 anos. Esse colegiado e a Equipe Nacional de Estudos, formada por membros das regiões¹⁰⁸, elaboraram o Documento Base 1 – DB1 que, segundo o discurso do MB, seria baseado “nas tendências educacionais mais modernas”. O DB1 cumpriu com a finalidade de lançar as bases da reformulação do programa que as coordenadoras passariam a aplicar em seus grupos, visto que o relatório apontava os problemas e soluções e não os procedimentos operacionais ou práticos. O DB1 foi aprovado em 1969, pelo então Conselho Nacional, sendo considerado o início de um trabalho a ser desenvolvido e testado nos anos seguintes (BANDEIRANTES, 1989).

Em 1969, os debates da CN, sobre o DB1 focaram na polêmica da coeducação. Os presentes acharam que, embora a sociedade brasileira não estivesse suficientemente preparada para aceitar a convivência de meninos e meninas, a educação mista era necessária para uma educação integral¹⁰⁹. Mas, considerava-se necessário conseguir apoio da comunidade de pais para que essa medida alcançasse o sucesso. O tema coeducação foi discutido, mas não se traçou nenhum plano de ação no sentido de efetivar o início da experiência. O DB1, entretanto, já apresentava algumas considerações, baseadas em dados estatísticos do período, sobre a igualdade entre homens e mulheres (PRI, 1968, DB1, p. 220) e sobre as necessidades do relacionamento com o sexo oposto, para um desenvolvimento mais saudável, apontando tanto as razões biológicas quanto as sociais para a coeducação (PRI, 1968, p. 225). A coeducação era ainda justificada como uma forma importante de atualização no MB, uma vez que as escolas públicas do país já vinham se tornando mistas:

A escola pública mista dá a oportunidade de uma convivência sadia entre os dois sexos, através do respeito a igualdade de direitos, da complementação

¹⁰⁸ Os principais nomes apresentados no DB1, como sendo as responsáveis foram as coordenadoras Andrea Mandin, Maria Luiza Vasconcellos, Therezinha Fram e Vera David Sanson.

¹⁰⁹ Educação das áreas de desenvolvimento e não a educação de turno integral.

e enriquecimento intelectual de ambos [...] a coeducação no Brasil já está bastante difundida. As classes mistas trazem excelentes resultados, possibilitando a camaradagem e reações positivas nos adolescentes. A classe mista é a consequência normal da sociedade contemporânea, particularmente nos centros urbanos (PRI, 1968, p. 222-223).

Apesar do número de grupos mistos serem reduzidos, o número de atividades mistas esporádicas foi se tornando cada vez maior e, na revista *Bandeirantes*, também apareceram textos, com autoria dos assessores religiosos e equipe de metodologia, que ajudavam a divulgar a ideia:

[...] a sociedade brasileira aceita a coeducação e as entidades educacionais e religiosas a recomendam. O Bandeirantismo como sistema educativo integrado na comunidade deve aceitar, também, a coeducação? Sim, embora a sociedade ainda não esteja suficientemente conscientizada da necessidade da coeducação, a opinião dos grupos foi unânime em admitir que ela faça parte de uma educação integral, pela convivência que ela propicia aos dois sexos (BANDEIRANTES, 1968/1969, p. 120).

A *World Association of Girl Guides and Girl Scouts - WAGGGS*, naquele ano, não se mostrou muito favorável, mas reconheceu que as novas necessidades educacionais não deveriam ser negligenciadas e, na 21ª Conferência Mundial, com representantes dos países membros, aprovou a moção que veio permitir ao Brasil a continuação de suas experiências com grupos mistos até a próxima Conferência Mundial em 1975¹¹⁰. A Associação Mundial solicitou que o MB e o ME dialogassem, já que ambos estavam neste processo (ACN, 1969).

A implantação do novo método (DB1) foi avaliada em 1970 através de relatórios de atividades e, em 1971, por meio de um questionário sobre aplicação de alguns aspectos do Novo Programa (objetivos educacionais, vida em equipe, compromisso e progressão). Em 1972 foi elaborado um questionário semelhante, dando continuidade à avaliação. Este questionário procurou manter, tanto quanto possível, as mesmas perguntas, com formulação diferente, e acrescentando perguntas que necessitavam de maiores esclarecimentos, tendo como referência o questionário de 1971. Desta maneira, mantendo o mesmo conjunto de ideias, podem-se comparar as informações

¹¹⁰ Não foi possível definir, com base na documentação consultada, se o Guidismo brasileiro foi o primeiro a tornar-se misto, as trocas de nomenclaturas e certas confusões entre Escotismo e Guidismo dificultam essa informação. O que se sabe é que a aprovação da WAGGGS, para que os países pudessem se tornar mistos, durou alguns anos e atualmente isso não é mais permitido.

dos dois questionários e, a partir daí, concluir se houve modificação ou não. Neste conjunto de respostas, os resultados de 1971 correspondiam a um índice “insuficiente”, enquanto os de 1972, subiram para uma faixa “regular” (ACN, 1971).

As dificuldades e dúvidas das coordenadoras em trabalhar com grupos mistos persistiram, por isso, o CN de 1973 discutiu o Documento Diretrizes para a Implantação da Coeducação – apresentando um diagnóstico da situação, partindo do documento sobre coeducação, aprovado no CN de 1969. Foram ainda propostas e aprovadas as seguintes moções: “que a coeducação seja implantada nas regiões, em todos os ramos simultaneamente e que a coordenação destes grupos seja mista, formada num curso de treinamento e assessorada por pessoas especializadas, que seja implantada por etapas”. Foi sugerido também a formação de uma Equipe Nacional de Coeducação, para elaborar um anteprojeto de sistematização da experiência, a ser estudado e aprovado no Treino de Equipes de Estudo dos Setores (ACN, 1973).

Em 1974, a experiência obtida a partir da aplicação das conclusões do Treino de Equipes, definiu que a FBB não deveria promover capacitação específica para coordenadores de grupos mistos, e sim para todo e qualquer coordenador que quisesse. A efetivação dessa medida, entretanto, resultou numa falta de acompanhamento e supervisão e em uma ausência de sistemática de controle e avaliação da experiência que vinha sendo realizada em nível regional. Em alguns Conselhos Nacionais seguintes, as avaliações se repetiram e também as discussões sobre dificuldades na implantação e no estabelecimento de critérios de continuidade, bem como sobre quem realizaria os treinos de capacitação. Alguns estados se queixaram de que os programas não foram adequados ao público masculino, mas o programa se manteve vigente por mais de 20 anos. Houve iniciativas de aproximação com o ME e foi até mesmo assinado um documento de cooperação entre as entidades com a aprovação dos participantes, porém essa cooperação não se confirmou (ACN, 1977).

Em 1976, foram estabelecidos os critérios para a organização e funcionamento dos grupos mistos experimentais na FBB. Em síntese:

- A autorização de abertura do grupo será concedida pelo conselho regional e devem ser consideradas a opinião e autorização dos pais;

- Deve haver um equilíbrio numérico de no máximo 40% do sexo masculino e 60% do sexo feminino (ACN, 1976).

Essa última definição se mostrou incoerente, pois havia grupos com muitas diferenças numéricas e alguns chegavam a contar somente com meninos.

Refletindo as dificuldades encontradas para a nova modalidade de trabalho, pode-se observar o exemplo do relatório apresentado pelo estado de São Paulo, no qual se destacava a “dificuldade de conciliar atividades mistas de interesse para os dois sexos e falta de orientação da FBB nesse sentido” (ACN, 1976).

Anos depois, a repercussão desta reformulação foi a seguinte:

Acabaram-se os programas fixos, onde todas as atividades deviam partir exclusivamente do grupo. Segundo Ana Maria Soares de Camargo, embora fosse uma proposta interessante, as coordenadoras, que tinham entre 16 e 17 anos, tiveram dificuldade em cumpri-la [...]. Houve perda do efetivo, dos objetivos bandeirantes e sérios riscos para a permanência do MB como um todo. Em 1979 os programas foram reestruturados e retomou-se tudo que era essencial para a identidade do movimento (GORDINHO, 1992, p. 24).

O que Gordinho (1992) quis dizer é que, antes da reformulação, as atividades e os treinamentos que as coordenadoras recebiam chegavam praticamente prontos para serem aplicados. Na nova proposta, essa elaboração partiria das coordenadoras (muito jovens) e a organização da FBB nos estados passaria a ter pessoas mais jovens também em sua administração. Apesar dos esforços da direção nacional da Federação para manter a maioria das mudanças, talvez elas não tenham se sustentado em razão de serem “muito progressistas”, num momento em que as lideranças regionais e locais do MB ainda não estavam preparadas. A retomada de antigos procedimentos, como mencionado por Gordinho, pode ter se dado em razão de que a organização geral do Movimento voltou a ficar centralizada na Diretoria Nacional, já os treinamentos dos coordenadores se mantiveram a cargo dos estados.

Outras divergências já haviam sido noticiadas na imprensa, como a do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1968, com o título *Bandeirantes: um programa realista*, sobre a reformulação no MB como um “trabalho necessário” que, segundo a presidente Lya Roquette Pinto, a “imagem na sociedade era a de uma associação seletiva, desvinculada da realidade brasileira e, por isso, não atendendo a todas as classes sociais”. Mas não ocorreu como deveria e “algumas seções mais

conservadoras não aceitaram as reformas”, como a Região do Paraná, que solicitou seu afastamento, alegando que com a reformulação, a FBB estaria desvirtuando os princípios de Baden-Powell. A maioria dos participantes, entretanto, apoiou o movimento renovador, já que o programa vigente apresentava grande dificuldade de compreensão e aceitação e não favorecia a participação ou a criação de atividades conforme a necessidade (CORREIO DA MANHÃ, 1968, p. 09). Além deste desentendimento interno, demonstra também a repercussão do MB no período.

O relatório apontou problemas variados e possíveis soluções, de acordo com a pesquisa diagnóstica. As perguntas orientadoras foram muito pontuais e atuais, visto que as discussões são praticamente as mesmas da atualidade e muitas delas continuam sem respostas. As contradições apareceram, entre outros, na falta de discussão e definições de conceitos e na manutenção de uma consciência difusa quanto à identidade do Bandeirantismo; na dificuldade em conseguir adultos para a coordenação, pois geralmente tratavam-se de moças em início de namoro ou de faculdade e que não se dispunham a assumir grupos sem acompanhamento, sem capacitação e com muitas exigências, responsabilidades e acúmulo de cargos. Tais circunstâncias podem levar a questionar: como, nestas situações, aconteceria a descentralização de poder da esfera nacional e o desenvolvimento de maior autonomia dos estados, sem a devida preparação? Que experiência de autonomia as coordenadoras efetivamente possuíam? Do que adiantaria um programa novo se quem iria aplicá-lo seriam essas coordenadoras? Como resolver a situação de excessivo comprometimento com a religião, especialmente o catolicismo? Como efetivar a coeducação, em um contexto de visões estereotipadas de gênero e de heteronormatividade? Observando-se ainda que a coeducação se tornou o fator predominante da reformulação, porém acabou sendo enquadrada numa série de regras tão rígidas quanto incongruentes, como a definição de percentuais de participação de meninos e meninas nos grupos e sua subordinação à aprovação das famílias. Provavelmente esse conjunto de situações, e muitas outras que escaparam a essa análise, possam explicar as limitações às inovações mais efetivas e o distanciamento dos discursos reformuladores das práticas cotidianas do MB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dissertação, procurou-se analisar os argumentos que embasaram o projeto de reestruturação do Movimento Bandeirante entre 1967 e 1968, observando as tensões, contradições e os possíveis limitadores à inovação no interior do Movimento. Buscou-se compreender o contexto histórico/cultural de mudanças no Brasil e no mundo, que influenciariam o processo da reestruturação.

A delimitação cronológica proposta deveu-se à constatação de que, no período estudado, estendido para a década de 1960 e meados da década de 1970, o movimento que até então era feminino, oficialmente tornou-se misto. Esta iniciativa foi considerada uma ruptura para a instituição, não somente pela abertura aos meninos, mas por ter de se reformular a estrutura organizacional e o material técnico, que vinham sendo utilizados há quase 50 anos.

Como embasamento empírico da pesquisa realizou-se a análise documental do relatório de reformulação da Federação de Bandeirantes do Brasil, iniciado em 1967 e entregue à Diretoria Nacional em 1968, para ser aplicado nos anos seguintes com os grupos de Bandeirantes do país, tendo como principal orientação o incentivo a coeducação. Esse documento foi cotejado com textos publicados na revista *Bandeirantes*, e com as atas dos Conselhos Nacionais, de 1963 até 1976, anos em que se consolidaram as avaliações da implantação da coeducação.

Utilizaram-se as categorias analíticas de conservadorismo, a partir da leitura de Norberto Bobbio, para a designação de ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se em contraparte das forças inovadoras. Para o caso desse estudo, tentativas de modernização se mostraram na verdade, conservadoras, como exemplo, o fato do Movimento ter se tornado misto como medida de contenção ao comportamento masculinizado, algo inaceitável, frente ao pensamento heteronormativo do período, visto que não condizia com o modelo ideal de bandeirante/moça, o que me remete a outra categoria, a de gênero, pensado com base nas considerações de Joan Scott, por tratar-se de um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. A imagem da bandeirante era a de moça branca, rica, heterossexual, católica, que fosse boa mãe e boa esposa, que até

participava de ações sociais e defendia a igualdade de direitos, porém sem se envolver ou se expor para não interferir na imagem da instituição, característica do feminismo liberal, última categoria de análise que, conforme Celi Pinto, remete às organizações de mulheres ligadas à luta dos direitos civis e políticos, conforme suas escolhas, mas não de mudanças nas estruturas sociais.

Ao longo da pesquisa confrontaram-se acontecimentos histórico-sociais com o material institucional, buscando analisar como o MB se relacionava com os acontecimentos da época. Também se procurou confrontar distintas visões do MB, presentes nos documentos produzidos pelo próprio Movimento. As opiniões apresentadas nas revistas ou em outros documentos não retratavam necessariamente a unanimidade da instituição na época. No entanto, todos estes escritos passavam pela aprovação e crivo de equipes representativas, de pessoas escolhidas e/ou indicadas, então, acredita-se que seja o que melhor representava a imagem que a direção gostaria de apresentar sobre a entidade.

Para situar o leitor procurou-se, no capítulo I, apresentar a gênese do Bandeirantismo no mundo, a partir do Escotismo com breve trajetória do fundador Baden-Powell, sua chegada ao Brasil, expansão, estruturação, as reformulações, organização geral e atual da instituição. Essa descrição foi embasada em materiais produzidos pelos Movimentos Bandeirante e Escoteiro, num relacionamento de “aproximação distante”, ou seja, mesmo fundador, mesmo método, diferentes formas de aplicação, com diferentes caminhos assumidos e muitas vezes com contradições. Ressalta-se que as fontes documentais do MB omitiram muitas das informações que somente foram encontradas no material dos escoteiros.

O Movimento Escoteiro, no Brasil, foi impulsionado por políticas públicas de educação e tornou-se popularmente mais conhecido, já o Movimento Bandeirante cresceu com menos intensidade, mesmo com a ajuda do Estado, de pessoas “influentes” e da Igreja Católica, porém não alcançou a mesma abrangência, talvez por esbarrar na visão patriarcal de que a mulher deveria se restringir ao âmbito doméstico e não participar de um movimento que as associava a figuras de desbravadoras.

Para tentar entender o contexto no qual foram escritos os documentos analisados no capítulo II, apresentou-se os principais aspectos do contexto sócio

cultural da década de 1960 e, especialmente, de 1968. Procurou-se compreender as possíveis inter-relações entre as transformações no panorama nacional e internacional, tentando observar alguns nexos possíveis entre as transformações em âmbito macro e micrológico, que justificassem o conteúdo dos documentos institucionais analisados.

O ano de 1960 constituiu uma década em que se destacaram acontecimentos importantes em diversas áreas: cultura, arte, música, ciência, política, religião e sociedade e também pela culminância de movimentos estudantis, culturais e sociais alternativos, conflitos, reivindicações e avanços tecnológicos. A educação nacional passou por mudanças como a promulgação da primeira LDB e a reforma universitária. Naquele contexto, os modelos de professora, mulher (não masculinizada), companheira e colaboradora do marido, mãe dedicada, chefe, bandeirante e escoteira criados e reproduzidos, foram fortalecidas pelo MB e ME.

No final dos anos 1960, o posicionamento do MB, que inicialmente apoiou o golpe de Estado e o regime civil militar dele decorrente, havia mudado de forma semelhante à mudança ocorrida com a Igreja Católica, sua grande referência. A proposta de reformulação do MB amparou-se na necessidade de atender às expectativas dos jovens, entretanto, contraditoriamente, os jovens não foram ouvidos durante o processo de elaboração das propostas de mudanças. Eles foram considerados apenas na forma de dados estatísticos e em inferências, muitas vezes pelo perfil do período, quanto aos seus interesses e reivindicações.

No capítulo III, apresentou-se a análise e os argumentos do *corpus* documental, que serviu de base empírica a essa investigação, do relatório de reformulação de 1967-1974. Buscou-se responder aos problemas de pesquisa (quais as tensões, contradições do MB e as limitações à sua inovação?), fazendo contraponto principalmente com a revista *Bandeirantes*, meio informativo utilizado na época; pelos discursos de gênero, feminismo e conservadorismo.

A reformulação visava atualizar o MB e tentar sanar seus problemas, especialmente a pouca renovação e a evasão do efetivo. Contudo, isso não aconteceu, pois na tentativa de resolvê-los, outros problemas surgiram nesse movimento de mudança. Além disso, eram muitas as contradições dentro do MB e o projeto de reformulação não permitiu mudar a cultura da sociedade patriarcal

impregnada no discurso e nas ações do MB, que surgiu pautado por práticas conservadoras e estereótipos naturalizados. Parece possível de se afirmar que o processo de reformulação gerou um discurso e uma autoimagem de modernização que não conseguiu romper com o conservadorismo muito mais antigo e arraigado na história do Movimento.

As conclusões foram as que as fontes, ou parte delas, permitiram formular, reconhece-se, entretanto, que muitos dilemas e questões foram deixados de lado. Podem-se citar algumas que, no futuro, poderão interessar a outros pesquisadores. A título de exemplo, o que ocorreu após a reformulação? Voltou-se ao jeito “antigo” de aplicação do método? Quais foram as motivações para as reformas seguintes? Outras questões poderiam se voltar aos aspectos de aproximação e afastamento dos Movimentos Bandeirante e Escoteiro; ou sobre os problemas atuais, muito similares e com formas semelhantes de resolução, que muitas vezes levam a repetição da frase: “no meu tempo era diferente”, mas que tempo seria esse? Outras possibilidades analíticas estariam em uma pesquisa com o público não bandeirante, como o MB ou mesmo o ME são vistos pelos de “fora”? E finalmente, independente da questão orientadora, considera-se que se faz necessário pesquisas acadêmicas, pois mesmo com tantos percalços, são quase 100 anos de história que não podem ser negligenciados em uma das maiores associações de educação não escolar do mundo.

Para finalizar reitera-se que o início dessa pesquisa se deveu as inquietações da autora, como coordenadora do MB. Estas, lhe fizeram querer ver o outro lado da instituição, para isso, precisou distanciar-se não somente simbolicamente, mas efetivamente para que o olhar fosse o mais desnaturalizado possível. Conseguir esse distanciamento foi muito difícil, pois são muitos anos de vivência da autora no Movimento. Mas, com o decorrer da pesquisa, as certezas se tornaram dúvidas, e as respostas já não estavam mais na instituição e sim fora dela.

REFERÊNCIAS

ABONG. Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (online). **O Novo Código Civil e o Estatuto Social das ONGs**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/ongs.php?id=19>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BADEN-POWEEL, Robert. **A educação pelo amor substituindo a educação pelo temor**. In: 3º Congresso Internacional de Educação Moral, Genebra - Suíça, 01 ago. 1922. Revista JAMBOREE: The World-wide Scout Journal, n. 9, jan. 1923.

BADEN-POWEEL, Robert. **Lições da escola da vida**: Autobiografia de Baden-Powell. Brasília: Editora escoteira, 1986.

BADEN-POWEEL, Robert. **Guia do chefe escoteiro**. Curitiba: UEB, 2000.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

BDTD. **Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações**. Disponível em: <<http://bdttd.ibict.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOULANGER, Antonio. A União. **A história da chegada do Escotismo ao Brasil e dos 90 anos da UEB**. Curitiba: UEB, 2014.

BRASIL. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPES. **Banco de teses da Capes**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/?login-url-success=/capesdw/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CARVALHO, Samara dos S. **Considerações acerca da influência religiosa na formação moral de mulheres pertencentes ao movimento bandeirante no início do século XX.** In: Seminário Religiões e Religiosidades no mundo contemporâneo. UNESP, Campus de Marília, 2013a.

CARVALHO, Samara dos S. **A federação das bandeirantes do Brasil e a trajetória feminina no limiar dos anos sessenta:** uma proposta de emancipação da mulher? Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013b.

CARVALHO, Samara dos S. **O movimento bandeirante e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. v. 3. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CELLARD, André. **Pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

CÉLESTIN FREINET. Só Pedagogia (online). [s.d.]. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/biografia/celestin_freinet.php>. Acesso em: 30 out. 2016.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Francisco. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

ÉDOUARD CLAPARÈDE. Wikipédia (online), 24 set. 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89douard_Clapar%C3%A8de>. Acesso em: 22 set. 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade brasileira em busca de sua identidade.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60.** O pacto do silêncio. São Paulo: Loyola, 1988.

FERRAZ, Osvaldo. **Uniforme Bandeirante.** 2015. Disponível em: <http://chefeosvaldo.blogspot.com.br/2015_08_01_archive.html>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____ e DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil republicano.** O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

FICO, Carlos. **O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FLORINDO, Caroline W. **Movimento Bandeirante e desenvolvimento moral: uma relação possível?** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Instituto de biociências da Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro, 2011.

FOLHA ONLINE. **Anos 60.** Cronologia Histórica. [s.d.]. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/cronologia_60.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas.** Petrópolis: Vozes, 1985.

ISTO É, Revista. **Fotos de Murillo Constantino e Daniela Dacorso.** 25 mar. 2009. Disponível em <<https://goo.gl/dGjZMP>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos.** In. PINSKY, Carla Regina Bassanezi (org.). São Paulo: Fontes Históricas, 2010.

MELO, Clarice Nascimento de. **Deslocamentos do ensino misto no Pará: adesões e divergências.** In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História, Londrina, 2005.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Tropicalismo.** [s.d.]. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=A8XIV>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

MOLL, Jaqueline. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Escola de Baden-Powell: Cultura Escoteira, associação voluntária e Escotismo de estado no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2008.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **Práticas escolares em revista: o Escotismo**. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

NOGUEIRA, Natania. **Jerônima Mesquita e o Voto Feminino**. História Hoje.com, 05 out. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/5o02P2>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

NÓVOA, António. **Carta a um jovem investigador em educação**. In: Conferência de abertura do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Vila Real, 11 set. 2014. Investigar em Educação – IIª série, número 3, 2015.

PACIEVITCH, Thais. **Maria Montessori**. Info Escola (online), [s.d.]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/maria-montessori/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Simmus, 1994.

PIERRE BOVET. Wikipédia (online), 03 mar. 2016. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Pierre_Bovet>. Acesso em: 30 out. 2016.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu, Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), v. 5, n. 10, p. 201, 1992.

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. Disponível em: <<https://goo.gl/kutgVf> >. Acesso em: 31 mar. 2015.

PORTAL SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

QUINTANA, Mário. **Caderno H**. São Paulo: Editoras Globo S.A., 2009.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RODRIGUES, Ana Ramos; SERRES, Juliane Primon. Museu: memória e esquecimento, do individual ao coletivo. **Mouseion**, n.14, p. 37-48, abr. 2013.

ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **A história da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes. 1988.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; FELDENS, Dinamara Garcia. O “Scouting for boys” abre para mulheres: a implantação da coeducação no Escotismo brasileiro. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 05-22, jul./dez. 1990.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, nov. 2000.

UEB. União dos Escoteiros do Brasil. **Olave Baden-Powell**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.escoteirossc.org.br/site/index.php/escotismo/olave-baden-powell>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. **60 anos de Escotismo e Judaísmo**: uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avandava 1938-1998. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

ACN. **Atas dos Conselhos Nacionais**. Rio de Janeiro: FBB, 1962, 1963-1965, 1967, 1969, 1971, 1973, 1976, 1977.

BANDEIRANTES, Revista. **Audiência do Presidente Getúlio Vargas à FBB**. Rio de Janeiro: FBB, 1944. p. 276-278.

BANDEIRANTES, Revista. **Bandeirantismo, uma jornada de 70 anos**. Rio de Janeiro: FBB, 1989.

BANDEIRANTES, Revista. **Liberação da mulher**. Rio de Janeiro: FBB, 1976.

BANDEIRANTES, Revista. **2. ed. comemorativa**. Rio de Janeiro: FBB, 1984.

BANDEIRANTES, Revista. Rio de Janeiro: FBB, 1941, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1966/1967, 1967/1968, 1968/1969, 1970, 1971, 1972.

CENSO. Rio de Janeiro: FBB, 1960-1972.

CENSO. Rio de Janeiro: FBB, 2015-2016.

CORREIO DA MANHÃ. **Bandeirantes**: um programa realista. 24 nov. 1968. p. 9. Disponível em: <<https://goo.gl/d7idhw>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

FBB. Federação de Bandeirantes do Brasil. **Programa Ramo B2**: Livro do Coordenador. Rio de Janeiro, 2001.

FBB. Federação de Bandeirantes do Brasil. **Chama acesa**: livro do bandeirante. 1. ed. Rio de Janeiro: Grafitto, 2008.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Ser Bandeirante**: memória da região de São Paulo. São Paulo: Marca D'Água, 1992.

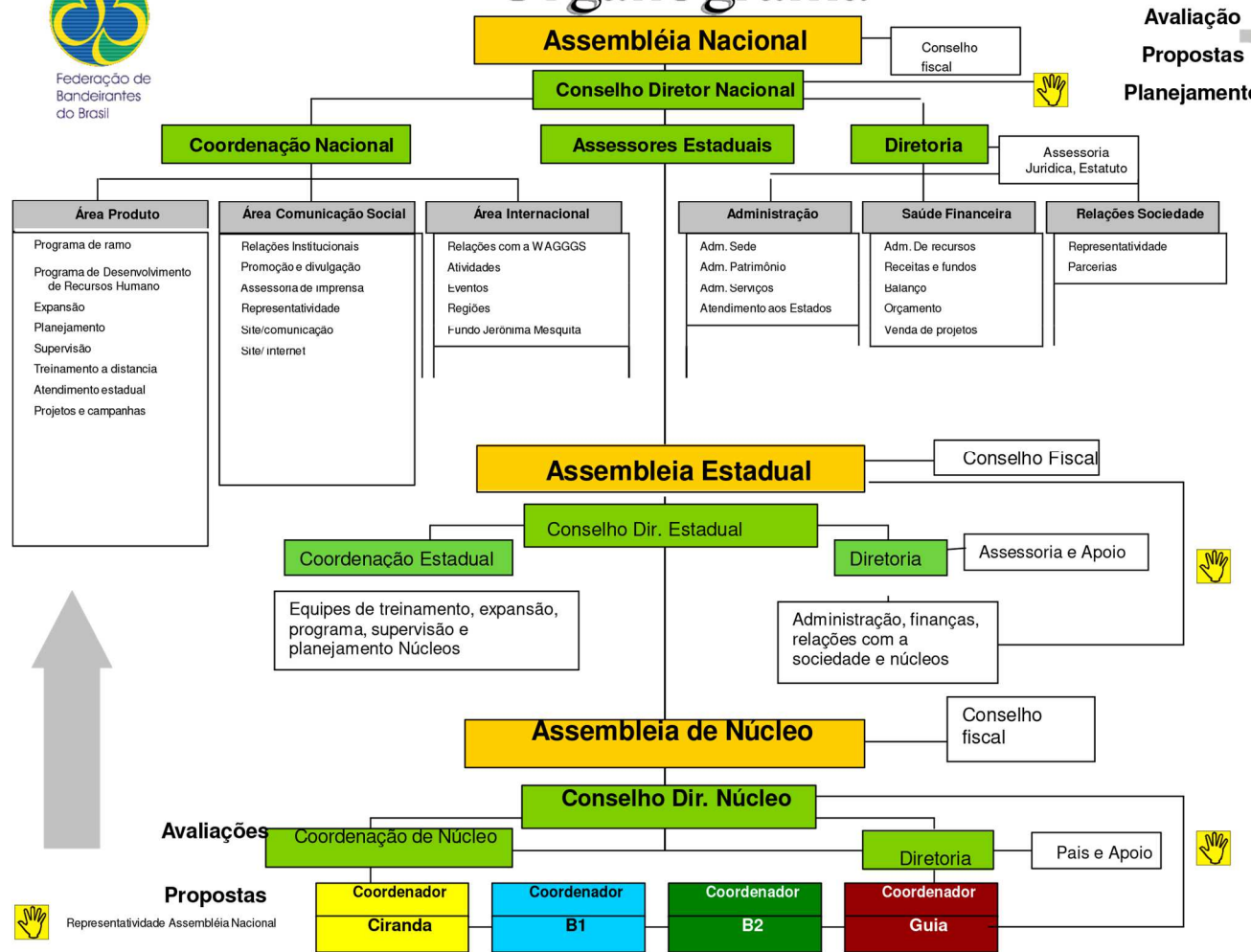
PRI. **Projeto de Reestruturação Institucional**: 1967-1974. Rio de Janeiro: FBB, 1968.

ANEXO A - ORGANOGRAMA

Organograma



Federação de Bandeirantes do Brasil



Avaliação
Propostas
Planejamento

